

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

HENRIQUE DUARTE

**AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA VIOLÊNCIA ENVOLVENDO “AS
JUVENTUDES INDÍGENAS” NA IMPRENSA DE DOURADOS (MS)**

Dourados-MS

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

HENRIQUE DUARTE

**AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA VIOLÊNCIA ENVOLVENDO “AS
JUVENTUDES INDÍGENAS” NA IMPRENSA DE DOURADOS (MS)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação – Mestrado em Sociologia, da Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Walter Roberto Marschner

Dourados – MS

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

D812r Duarte, Henrique

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA VIOLÊNCIA ENVOLVENDO
"AS JUVENTUDES INDÍGENAS" NA IMPRENSA DE DOURADOS (MS) /
Henrique Duarte -- Dourados: UFGD, 2016.
143f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Walter Roberto Marschner

Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Ciências Humanas,
Universidade Federal da Grande Dourados.

Inclui bibliografia

1. mídia. 2. juventude indígena. 3. representações sociais. 4. violência. I.
Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

HENRIQUE DUARTE

**AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA VIOLÊNCIA ENVOLVENDO “AS
JUVENTUDES INDÍGENAS” NA IMPRENSA DE DOURADOS (MS)**

COMISSÃO JULGADORA

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM SOCIOLOGIA

Presidente e Orientador: Prof. Dr. Walter Roberto Marschner
Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD / FAIND

Membro titular: Prof. Dr. André Luiz Faisting
Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD / FCH

Membro titular: Profa. Dra. Rita de Cássia Aparecida Pacheco Limberti
Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD / FACALE

DOURADOS – MS, 16 de junho de 2016

DEDICATÓRIA

Dedico nas representações do eu humano, aos jovens indígenas que continuam vivendo por dias melhores. Dedico ao passado à Maria das Dores de Bem Duarte (in memoriam) que foi a mulher que me fez vida. E no presente à Lílian Luana da Silva minha companheira de sonhos e de luta e nossa pequena Verônica da Silva Duarte que faz todo este sonho ter sentido em se REALIZAR.

AGRADECIMENTOS

A minha família *Lílian e Verônica* pelo apoio e incentivo durante estes momentos de trabalho, desafios e ausência. Na saúde e na doença com a paciência e o carinho para chegar até aqui. A minha irmã *Ana Paula Duarte* que mesmo distante continuou proferindo esperança. A *dona Matilde e Antonio* pelo apoio no momento de enfermidade, sendo eu adotado por carinho e cuidado. Ao *Prof. Dr. Cléber D. Coelho* que se tornou uma referência acadêmica e um irmão em vida, desde as partidas de jogo de botão durante a adolescência até a partilha de artigos filosóficos e sociológicos. *Tia Zilda* por ter sido uma segunda mãe até o dia em que ‘fugi’ de casa para outras aventuras.

Ao *Prof. Dr. Walter Roberto Marschner*, por ir além das orientações acadêmicas e ter creditado uma fala em um momento peculiar: - “*esta etapa é como uma metamorfose que não sabemos qual borboleta iremos nos tornar (casulo), a questão é que seremos algo novo*”. E que hoje é significativo pelas sugestões, cobranças, leituras e entendimento diante das dificuldades encontradas neste caminho acadêmico. Em que as orientações foram verdadeiras aulas, pois aprendi muito neste processo.

A FUNDECT – *Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado do Mato Grosso do Sul*, que me deu o suporte para a realização da pesquisa na chamada FUNDECT/CAPES nº 02/2014 – Mestrado em Mato Grosso do Sul a providência de bolsas de estudo. A equipe do CDR – *Centro de documentação regional da UFGD*, em especial ao *Carlos, Ivanir e Prof. Dr. Paulo Roberto Cimó* pela atenção em ajudar-me na pesquisa com os jornais e coleta de dados.

Ao *Prof. Dr. André Luiz Faisting* que me acompanhou neste percurso acadêmico, desde a iniciação científica na graduação até a defesa da dissertação, com contribuições acerca das Representações Sociais e incentivo neste processo.

A *Prof. Dra. Rita de Cássia Pacheco Limberti* que aceitou participar deste processo de construção acadêmica, contribuindo de maneira importante para o amadurecimento do trabalho.

Aos professores da FCH que me ajudaram neste percurso como amigos (as). Em especial à *Dra. Grazielle Acçolini* que me ensinou a compreender os indígenas com outros olhares, *Dr. Guillermo Johnson* pelos diversos momentos de apoio na vida acadêmica, desde o PIBID até as aulas da pós, *Dr. Claudio Reis* pela ajuda desde a graduação até o mestrado no entendimento de política, *Dr. Carlos Paes* pela co orientação feita durante o período de estágio de pós-doutorado, *Dr. Conrado Neves* pelas palavras e incentivo.

Aos amigos “jovens indígenas” que conheci e pude aprender e conviver: *Ronildo Jorge, Jaqueline Gonçalves, Daniele Lourenço, Julietty Echeverria*. Aos amigos e amigas docentes que me ajudaram a chegar até aqui *Odilar, Bruno, Arlei, Marisa, Nei, Regina, Roberta, Fabio, Helena, Rose, Aristides* pela amizade, companheirismo, apoio e aprendizado. E a todos os alunos (as) que são motivo da minha caminhada acadêmica, em especial das escolas *Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos, Escola Estadual Presidente Vargas, Serviço de Educação Integral*. Aos irmãos e irmãs que fiz nesta vida *Lara, Jamel, Eduardo Bezerra (in memorian), Amanda, Moacir, Mathiel, Aline, Nicolas, Markley, Maydra, Elisamar, Ir. Nilo (in memorian), Ir. Ilário, Cristina, Mauren, Pedro Rocha Martins (in memorian)*. Aos colegas de caminhada acadêmica *Bruna, Cacilda, Gracindo, Laio, Yasmine, Joziane, Ellen e Rayane*, pelas conversas, diálogos e principalmente pela força durante as aulas de Sociologia.

Agradecendo finalmente ao Programa de Pós-graduação em Sociologia e a Universidade Federal da Grande Dourados por oportunizar a realização da minha formação acadêmica até aqui.

EPÍGRAFE

“Nesse mundo que vivemos só existe ilusão, por isso eu te digo se ligue meu irmão, amor, amizade e a paixão, sonhos que se vão e deixam para traz tamanha recordação, sempre que acordo, mais uma noite se passou, todos nossos sonhos se perderam pelo amor, tenho fé em Deus que tudo vai mudar, basta ter talento, lutar e confiar, sei que não é fácil viver assim, criminalidade, violência nesse mundo enfim, te mostro a vida de verdade, seja bem vindo a minha realidade, sei que quando eu passo me olha diferente e a gente luta pra manter a nossa crença. O homem branco traz doença dizimou nosso povo, causou nossa miséria e agora me olha com nojo”. (A vida que eu levo - Brô MC`s)

*“Os indígenas têm seus direitos
assim como os brancos têm seus direitos,
todos os brasileiros devem respeitar a constituição
que é a nossa lei maior, e a DEMARCAÇÃO das terras indígenas
é uma questão de direitos que tem que ser respeitada.
É uma dívida que a União tem com os grupos indígenas
desde a promulgação da Constituição de 1988”.*
(Pedro Rocha Martins)

RESUMO

Esta dissertação pretende discorrer sobre as diversas formas como os jovens indígenas são estigmatizados na imprensa de Dourados-MS. Tomamos os jornais *O Progresso* (impresso) e *Douranews* (virtual) para encontrar as representações sociais da violência que são evidenciadas no cotidiano da mídia. O trabalho parte da hipótese que a estigmatização e preconceito relacionado aos jovens indígenas tem um percurso definido a partir do discurso da notícia. As representações sociais da violência influenciam o imaginário social que cria a opinião pública. Esta opinião pública intensificada com a relação de poder que a mídia exerce se transforma em esfera pública. Utilizando o método sociológico de pesquisa e de análise de documentos cria-se um campo semântico capaz de identificar expressões que podem ser tratadas como representações sociais. A delimitação dos anos de 2010 a 2013 das notícias será confrontada com as notícias do jornal *Ajindo* (Ação de Jovens Indígenas de Dourados), permitindo uma crítica ao perfil da mídia em Dourados-MS quando serão apresentados discursos feitos pelos próprios indígenas. Propõe-se compreender que a imprensa ao noticiar a violência, relacionando os jovens indígenas, também produz violência pelo fato de estigmatizá-los a partir de diversas representações sociais da violência.

Palavras-chave: Mídia, Juventude indígena, Representações sociais, Violência.

ABSTRACT

This dissertation intends several forms talk on as the young natives are branded in the press of Dourados-MS. We take the newspapers *O Progresso* and *Douranews* to find the social representations of the violence that are shown up in the daily life of the media. The work breaks of the hypothesis that the stigmatization and prejudice made a list to the young natives has a distance defined from the speech of the piece of news. The social representations of the violence influence the social imaginary thing that creates the public opinion. This public opinion intensified with the relation of power that the media practises if it transforms in public sphere. Using the sociological method of inquiry and of analysis of documents there is created a semantic field able to identify expressions that can be treated like social representations. The delimitation of the years from 2010 to 2013 of the news will be confronted with the news of the newspaper *Ajindo* (Action Indigenous Youth Dourados), allowing a criticism to the profile of the media in Dourados-MS when speeches done by the natives themselves will be presented. It is proposed to understand that the press while announcing the violence making a list of the young natives also produces violence because of branding them from several social representations of the violence.

key words: Media, native youth, Social representations, violence.

LISTA DE ABREVIATURAS

AJINDO	Ação de Jovens Indígenas de Dourados;
CDR	Centro de Documentação Regional – UFGD;
CIMI	Conselho Indigenista Missionário;
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente;
FAMASUL	Federação da Agricultura e Pecuária de MS;
FUNAI	Fundação Nacional do Índio;
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde;
FUNDECT	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Ciência e Tecnologia do Estado do Mato Grosso do Sul.
MCS	Meios de Comunicação Social;
MPF	Ministério Público Federal;
MS	Mato Grosso do Sul;
RS	Representações Sociais;
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados;

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	44
Gráfico 2	53
Gráfico 3	56
Gráfico 4	60

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 (código de segurança)	65
Tabela 2 (código de homicídio).....	72
Tabela 3 (código de alcoolismo)	81
Tabela 4 (código de violência sexual)	90
Tabela 5 (código de suicídio)	96
Tabela 6 (código de conflito de terras).....	103

LISTA DE IMAGENS

Imagem do Douranews, de 19 de maio de 2013.....	116
---	-----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I – A MÍDIA E AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA VIOLÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DE UMA ESFERA PÚBLICA	19
1.1. A Violência como Representações Sociais na Mídia	20
1.2. A Constituição de um <i>ethos</i> jornalísticos no Mato Grosso do Sul	24
1.3. Percepções das Representações Sociais da Violência	30
1.4. Opinião Pública e Esfera Pública	41
CAPÍTULO II – SOBRE A METODOLOGIA	50
2.1. O Objeto de Análise de Pesquisa	52
2.2. A Análise de Documentos	54
2.3. A Tabulação e Sistematização dos Dados da Pesquisa	58
2.3.1. Código e Subcódigo	59
2.3.2. Códigos de Processo e Código de Definição de Situação	60
CAPÍTULO III – O CAMPO SEMÂNTICO QUE REPRESENTA A VIOLÊNCIA NA MÍDIA: PROCESSOS DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE OS JOVENS INDÍGENAS	62
3.1. <i>Comunidade, Furto, Preso e Reserva. Os Subcódigos de Segurança</i>	64
3.2. <i>Morte, Crime, Noite, Armas, Brigas, Atropelado e Cadáver. Os Subcódigos do Homicídio</i>	70
3.3. <i>Drogas, Estudante, Afogado, não-índio e bebida. Os Subcódigos de Alcoolismo</i>	81
3.4. <i>Estupro e Prostituição. Os Subcódigos da Violência Sexual</i>	91
3.5. <i>Jovens e FUNAI. Os Subcódigos do Suicídio</i>	96
3.6. <i>Estrada, Aldeia, Doença e Funasa. Os Subcódigos dos Conflitos de Terra</i>	101
3.7. Desfigurando o Indígena: os Discursos Recorrentes da Mídia Versus o Discurso de Indígenas	109
3.8. Crítica aos Códigos e Subcódigos que Representam a Violência Envolvendo os Jovens Indígenas na Imprensa de Dourados	114
CONSIDERAÇÕES FINAIS	120
REFERÊNCIAS	124
ANEXOS	130

INTRODUÇÃO

Este trabalho surgiu de uma pesquisa desenvolvida ainda na graduação de Ciências Sociais. Na ocasião a proposta estudava as representações sociais da violência envolvendo os jovens indígenas. No processo de maturação para o Mestrado em Sociologia, a pesquisa ganhou sentido quando teve por objetivo pesquisar estas representações na imprensa de Dourados MS, tomando como pressuposto a influência dos meios de comunicações sociais (MCS¹) no comportamento e também a imagem que se cria sobre diversas situações do cotidiano.

Por se tratar de um trabalho sociológico, temos nos discursos jornalísticos materiais suficientes para desenvolver uma pesquisa acadêmica. Portanto, esta dissertação observa como é construído o processo expresso nos jornais impressos e virtuais ligados as representações sociais da violência.

A primeira parte da dissertação trata da mídia como objeto de pesquisa, bem como das representações sociais da violência, que é um modo de construção da esfera pública. Qual é a imagem do índio na mídia? Para respondê-la foi necessário refletir a mídia e violência como RS². Os MCS são formadores e reprodutores do imaginário, o que em Habermas (2004) se dá na construção da esfera pública num percurso formado pela relação do poder de comunicação. Como uma forma de regulação, está se dá na indústria cultural e imprensa de massa. Quando a comunicação é como um produto de consumo, se torna um regulador econômico. Adorno (2002) trata de um público consumidor de mensagens estigmatizadoras. Sendo assim, a ideologia é que padroniza os sistemas culturais, valendo-se de representações sociais dos jovens indígenas.

O retrato da violência pela mídia é fabricado pela mensagem. Rocha (2008) exhibe a cultura e a formação social da violência como um produto. De acordo com Habermas (2004) isto significa que a esfera pública é uma farsa quando construída a partir de interesses. Portanto, as RS da violência pela mídia são uma força. Tomada como sentido para contrapor a noção midiática, a violência significa um processo mais empírico que conceitual, ou seja, a mídia ao reproduzir a violência, pela força da repetição é geradora da violência e do sentido. A resposta para esta imagem do índio é que a imagem do jovem indígena é violenta.

¹ Meios de Comunicação Social – São MCS porque junto a noção de meios de comunicação de massa, a relação entre a imprensa escrita e virtual, o processo de representação pode ser observado.

² Representações Sociais.

O *ethos* jornalístico no MS acontece com a constituição do imaginário coletivo de que este jovem é violento. O jeito de ser ou *ethos* da mídia configura o discurso que estigmatiza os indígenas. Como são representados estes jovens indígenas? A historiografia do *ethos* jornalístico no MS acontece na concepção de que a construção discursiva de um lugar propõe significados. A questão das demarcações de terras faz com que o indígena seja representado como inimigo do “progresso”. Assim os discursos jornalísticos formam uma sociedade que não inclui o indígena. Por isso a forma de ser da mídia é um processo pautado em uma democratização que é facilmente manipulada. O poder da comunicação nas mãos da autoridade pública tornam as mensagens transmitidas criadoras de espaço de controle. Estas ações do MCS constroem uma versão do fato apenas. Ou seja, os jovens indígenas são estigmatizados na esfera pública. Por isso a violência deve ser questionada quanto ao seu sentido e significado quando publicada pela mídia.

No primeiro capítulo, as percepções das RS da violência formam um conjunto teórico, confecção da violência pela imprensa. Decifrar os processos de naturalização e generalização das relações, propiciando o processo de desnaturalização. As RS se definem como os atores sociais se dispõem na relação social. Ao desnaturalizar a violência no discurso de segurança, por exemplo, permite ressignificação dos conceitos. Para Porto (2009) a mídia é geradora da violência, justamente por seu discurso tomar um comportamento genérico. As representações constroem o imaginário, por isso que a definição de violência é complexa, na discussão de opinião pública e esfera pública. Por sua vez, o imaginário social produz a opinião pública, que na relação de poder da comunicação se torna esfera pública. A opinião pública e poder são produzidos na vida social. A imagem estigmatizada do jovem indígena assume na esfera pública condições de cristalização deste processo que surge nas representações sociais. Esta relação que inicia nas RS e vai formar o imaginário. O imaginário incide na opinião pública, que contendo uma relação de poder vai formar a esfera pública.

A metodologia de pesquisa qualitativa se dá nos jornais *O Progresso* e *Douranews* de 2010 a 2013 que apresentam estas estigmatizações. A relação com a pesquisa é hermenêutica, significa que o contato com as notícias vai dando sentido para os dados que serão apresentados. Nas páginas policiais que encontrarmos as notícias, e o objeto de análise de pesquisa é este primeiro processo em que os textos jornalísticos são classificados de maneira padronizada. O meio de comunicação constrói uma realidade com as representações sociais criando o campo semântico.

Assim a análise dos documentos apontam os dados essenciais, base e finalidade da pesquisa. Analisar os documentos é colher informações dos jornais *O Progresso* e *Douranews*, como caracterização dos jovens indígenas nestes discursos. A formação do campo semântico é composto pelos seguintes termos: *violência sexual, alcoolismo, suicídio, homicídios, segurança e conflito de terras*. O jornal *Ajindo* servirá de contraponto, fazendo referência as RS como método de análise destas notícias. Estas notícias foram coletadas no CDR da UFGD, sitio oficial da internet e acesso ao acervo digital. Os 231 artigos do *O Progresso* e 80 do *Douranews* permitem uma análise substancial destes documentos.

A tabulação e sistematização dos dados de pesquisa não só quantificam os termos, mas qualificam a relação entre eles com a utilização de ferramentas para a captação de dados. É o caso do programa excel para coletar tais termos e tabular a incidência quantitativa das notícias. Este processo de sistematização se dá em dois sentidos. O primeiro sentido, deste modo de tabulação, é formar código e subcódigo destes termos. A partir das representações dos discursos elencamos o significado das expressões contidas nos jornais. Este é o campo semântico formado por códigos e subcódigos a partir do número de notícias que se relacionam numericamente e em sentido.

Quanto ao estudo das notícias pesquisadas desta dissertação, o campo semântico que representa a violência na mídia são os processos de representações sociais sobre os jovens indígenas. Apresentam nas 311 notícias os códigos: *segurança, homicídios, violência sexual, alcoolismo, suicídio e conflito de terras*. As RS estão nos fragmentos das notícias em que os discursos recorrem. Assim *comunidade, furto, preso e reserva* são subcódigos. A caracterização de comunidade relacionada com segurança que é discursada como um lugar sem leis. O processo de criminalização dos jovens indígenas se dá na imagem que se faz no discurso midiático. *Morte, crime, noite, armas, briga, atropelado e cadáver* são subcódigos que se relacionam com *homicídio*. Estes subcódigos dão o tom de rotina para o fato do homicídio quando se retrata os jovens indígenas. As RS estão na repetição insistente das expressões pela mídia, como *armas, cadáver e brigas*, por exemplo. *Drogas, estudante, afogado e não-índio* estão também como subcódigos, porém relacionado ao alcoolismo. O processo de naturalização da figura do jovem bêbado também ocorre nas notícias. As narrações apontam para o cenário de barbárie provocado pelo alcoolismo. A mídia tenta obter o controle na perspectiva do alcoolismo como justificativa da violência para com o indígena. A relação com drogas é muito peculiar, bem como a noção de quem é civilizado e quem é selvagem no sentido figurativo do embriagado.

Estupro e prostituição são tomados como subcódigos nesta dissertação, mas nas notícias ganham sentido genérico, e se relacionam com o código violência sexual. A exibição destes termos pela mídia denota como doença, criminalidade e principalmente como uma prática natural dos indígenas. Nesta naturalização do indígena *FUNAI e jovem* são subcódigos que se relacionam com mais incidência com alcoolismo. A relação do jovem indígena com o suicídio se dá de forma significativa nas notícias. O discurso que o suicídio é promovido por um conjunto de práticas violentas é assumido pela mídia. Já o das demarcações de terra é omitido no discurso midiático quando representa os conflitos de terra. A caracterização do suicídio é percebida quando as notícias imprimem um sentido de naturalidade quando envolve jovens e adolescentes indígenas.

Os termos *estrada, aldeia, doença e Funasa* são subcódigos que se relacionam com o código *conflito de terras*. Os poucos artigos estigmatizam o indígena diante da questão das demarcações. Forma um campo semântico peculiar, pois se refere à violência como uma prática dos indígenas ao retomar suas terras. O próprio fato de pensar na questão das demarcações é visto como violência no discurso midiático. O conflito é tomado como a forma pela qual a mídia narra a condição dos indígenas de viver em insegurança. As questões das doenças também estão relacionadas à questão da territorialidade para os jornais.

A composição do terceiro capítulo insere a discussão da desfiguração do indígena quando são colocados os discursos da mídia versus os discursos dos indígenas no jornal *Ajindo*.

Contudo, não estamos explicando a violência quanto um conceito e sim que a violência é exercida pelas vias simbólicas da comunicação e do conhecimento. A violência, por se tratar mais de um fato empírico, que um conceito, é comunicada no seu sentido³. A inserção do jornal *Ajindo* apresenta os discursos feitos pelos indígenas. Este discurso apresenta contraposição ao discurso das mídias pesquisadas anteriormente, que vão estereotipar o jovem indígena como “menor”. Esta expressão estigmatiza o jovem indígena como infrator nos jornais *O Progresso* e *Douranews*. Em contraponto no jornal *Ajindo* aparece a questão da falta de lazer e a narrativa da ausência de políticas públicas nas aldeias de Dourados.

Não negamos que existam aspectos de violência entre os indígenas, porém, a maneira como são estigmatizados nos meios de comunicação é que permite tecermos uma crítica a

³ BOURDIEU, 1989: 14-15.

mídia de Dourados MS. Qual a identidade que é desenvolvida pela mídia quando retrata os jovens indígenas nestas representações sociais da violência?

A partir da noção da violência simbólica, buscamos compreender como é representado o sentido da violência e os processos que favorecem desdobramentos múltiplos e complexos da imagem do indígena.

Com o histórico dos conflitos de terras ocorridos no Estado do Mato Grosso do Sul, observa-se uma severa violação dos direitos dos indígenas. A falta de política de terras e a situação de confinamento étnico tornam as etnias indígenas vítimas de marginalização na tensão entre aldeia e cidade, justamente pelo aldeamento existente. A mídia faz sua escolha pela causa dos grandes proprietários de terra e pela produção agrícola em massa, o plantio extensivo de grãos. A forma de repetir e relacionar os termos nos textos, sobre os jovens indígenas, nos faz compreender o interesse da mídia local. As articulações do discurso da mídia é estigmatizante, por isso necessita ser pensado a partir das RS.

CAPÍTULO I - A MÍDIA E AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA VIOLÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DE UMA ESFERA PÚBLICA

Este capítulo visa apresentar o que se entende por mídia, violência e representações sociais, na mídia impressa e virtual, especificamente nas notícias sobre jovens indígenas no Mato Grosso do Sul.

Qual é a imagem do jovem indígena⁴ demonstrada pelos meios de comunicação? Como compreender a construção do imaginário pelos meios de comunicação social? Qual a relação dessa construção de imaginário com a violência?

Podemos observar um cenário de violência envolvendo a histórica disputa pela terra no Estado do Mato Grosso do Sul. A supressão das terras e o aldeamento⁵ consolidaram a violação de identidade e a vulnerabilidade social dos indígenas, especialmente os jovens.

Abordaremos as questões ligadas à construção da opinião pública a partir da persuasão que os meios de comunicação social exercem na sociedade. Assim ao tratar das RS estaremos abordando os jovens a partir da categorização que a mídia faz deles. Também discutiremos a noção de esfera pública que constrói e determina a opinião pública, cultivando espaços de interpretações das características culturais e sociais dos jovens indígenas.

⁴ A categoria juvenil nas etnias indígenas é vista como algo recente e com significados diferentes de uma classificação etária, em que há um entendimento como os ocidentais caracterizam de um período que se vive com menos responsabilidade e que a pessoa não está marcada por ditas experiências negativas, podendo obter tempo para realizar suas utopias. Há, portanto, o jovem indígena a situação étnica tanto guarani quanto kaiowá como o espaço de vida entre a escola e a vida de casado, chamado de vida adulta. (SILVESTRE, 2011).

⁵A partir de 1910 começou um processo de mudança em relação à ocupação do território, estes indígenas encontrando dificuldades para se assentarem e viver de forma autônoma, visto que justamente neste ano o Estado instituiu um órgão tutor para lidar com as questões relativas aos indígenas e os trabalhadores. Este organismo foi o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais... O qual, no atual Cone Sul do Estado do Mato Grosso do Sul, entre 1915 e 1928 efetivou estrategicamente a delimitação de 08 minúsculos espaços de terra, denominados “Aldeia Indígena” e/ou “Posto Indígena”. (BENITES, 2009, p.27). Em Brand (1997) o aldeamento dos Guarani e Kaiowá é paradigma de confinamento que se deu após a Guerra do Paraguai. No sentido de uma etnologia indígena e história do indigenismo no MS, tal confinamento não se deu apenas na forma territorial, mas também na cultural.

1.1. A violência como Representações Sociais na mídia

Ao apresentar a importância exercida pelos MCS como formadora e reprodutora de representações sociais da violência, este capítulo se estende no diálogo sobre uma teoria da comunicação. A mídia apresenta a violência como um produto a ser consumido, e a maneira como a informação é criada deriva do poder que os próprios meios de comunicação exercem sobre a sociedade.

1.1.1. Sobre a comunicação, indústria cultural e imprensa de massa - Para compreender como a mídia influencia o imaginário das pessoas é necessário observar quais são as expressões utilizadas por ela para produzir as informações. Colocamos como problema o sentido da notícia sobre a noção de violência. A questão indígena colocada pela imprensa de Dourados ⁶ divulga os cenários de violência enfrentados por esses jovens indígenas.

Para analisar a apropriação do discurso pela mídia, partimos das contribuições feitas por Habermas (2004), sobre a discussão da teoria da ação comunicativa, no âmbito da construção da esfera pública. Há aí um papel determinante que a mídia representa e apresenta, a notícia como espaço e a mídia como poder simbólico conforme Bourdieu (1997).

Portanto, no que se refere à violência envolvendo os povos indígenas é importante compreender não somente o número alarmante de homicídios e suicídios apontados na pesquisa, mas outros aspectos sobre a violência que envolve esses povos.

Esta afirmação fala de uma regulação cultural, controlada pelos interesses de mercado. Na teoria os MCS são como identificadores de produtos que na sociedade contribuem para a formação de uma cultura de massa. O que afirma que a imprensa trata de forma padronizada todos os bens simbólicos que lhe pertencem.

Para Silva (2012) determinar os meios de comunicação social enquanto elementos de regulação cultural, permite refletir que a integração da cultura em um mercado tem cultivado a homogeneização a partir dos grupos econômicos com mais poder, assumindo se como os

⁶ As respostas para tais questões necessitam de um breve resgate histórico e neste contexto Ferreira e Brandt (2007) apontam a necessidade de estudar os indígenas a partir do contexto histórico específico, onde a violência deriva da luta pelo território. A expansão da exploração ervateira a partir de 1882 suprimiu grande parte das terras indígenas e ocasionou um processo de confinamento das populações indígenas. Para os autores as ações violentas promovidas pelo Estado hoje tem relação direta com a disputa de territórios que vem sendo intensificada no contexto contemporâneo.

verdadeiros reguladores culturais⁷ da sociedade. A análise do autor é coerente com a teoria crítica da Escola de Frankfurt, que identifica já no início do século XX a formação da indústria cultural. Como parte da indústria cultural os MCS realizam a função de produtores de informações e por consequente identificam na sociedade os seus interesses como produto.

Adorno (2002) ao propor que toda cultura de massa em um sistema econômico concentrado é idêntica, conceitua que a constituição da identidade do público se desenvolve a partir da ideia de industrialização. A violência da sociedade industrial opera nos homens de uma vez por todas. Os produtos da indústria cultural servem para serem consumidos, como um modelo do gigantesco mecanismo que propõe o consumo tanto no trabalho quanto no lazer.

Nesta relação de transmissão de ideologia realizada pelos meios de comunicação na ótica da indústria cultural, Rüdiger (1998, p.19) afirma: “o conceito de ideologia pressupõe a crença ou engajamento em certas ideias e valores. Que têm lugar no âmbito da indústria da cultura”. Rüdiger (1998) trata a indústria cultural feita pela Escola de Frankfurt como um programa de pesquisa que pode ser caracterizada como uma ampliação da análise marxista, do fetichismo, da mercadoria e a esfera dos fenômenos culturais. Para indústria cultural não se deve tomar de maneira literal o termo indústria ou tecnologia. Mas a referência ao manejo das técnicas de distribuição e a padronização da estrutura dos bens simbólicos da mídia. É fundamental em Rüdiger (1998) entender o processo social que transforma a cultura em bem de consumo.

Considerando então a relação entre indústria cultural e interesses de mercado, podemos verificar o papel da imprensa na perspectiva da produção da violência.

Os interesses produzem o contraste entre elite e massa. A imprensa de massa é feita para o consumo das massas, mas não expressa a sua voz. A opinião pública é fabricada por uma imprensa que se justifica em forjar um consenso e não na liberdade das pessoas. Eis a análise teórica a que se propõe esta dissertação.

É por isso que a tarefa da crítica⁸, na maioria das vezes, não é tanto sair em busca de determinados grupos de interesses que subordinam a produção cultural da informação, mas, sim decifrar as tendências manifestadas na sociedade através dos MCS vinculados aos interesses dos mais poderosos.

⁷“O esclarecimento das ciências sociais quanto à produção de informação. A informação é um produto cultural, sendo uma das suas características principais o fato de não se extinguir no ato de consumo” (SILVA, 2004, p.8).

⁸ Adorno, 2002.

A questão é que os MCS apresentam esta representação de interesse explícito na construção da notícia. Chomsky (2004) esclarece que não se tratam apenas de elites, mas de uma definição, de um consenso da própria sociedade, ou seja, das massas o que exclui a liberdade diante da mídia e a possibilidade de controle sobre a mesma. A questão da indústria cultural é, todavia, elaborada como proposta para dominar a opinião pública, tratando as informações como um espetáculo.

As alternativas de quem cria e incentiva as notícias são argumentações que apontamos como MCS sujeitos as noções de mercado. As palavras contidas em uma notícia constrói um campo ideológico, o que chamaremos de campo semântico. Há aí a formação do imaginário que é derivado das representações sociais e não uma mera produção de informação. Isso se dá produzindo sentidos nas notícias sobre violência e estabelecendo um poder simbólico sobre o consumo de narrativas.

1.1.2. Sobre o retrato da violência para a mídia - As noções sobre a violência na sociedade perpassam sobre a produção da imprensa. Há um retrato que é impresso e divulgado e que pode ser indagado, por isso observaremos as questões inerentes à construção de uma relação de poder que inicia na construção de uma esfera pública, como veremos ainda neste capítulo.

É evidente que a mídia exerce sobre a sociedade um poder supostamente democrático, mas que, em sua essência, constrói situações pautadas na noção de consumo. Assim a opinião pública é tanto produto como também produtora do que é disseminado pelos meios de comunicação de massa, retratando de forma efetiva a violência.

Encarado do ponto de vista da Sociologia Sistemática – de uma perspectiva puramente descritiva, portanto – o termo massa designa uma coletividade de grande extensão, heterogênea quanto à origem social e geográfica dos seus membros e desestruturada socialmente. Isto é trata-se de um coletivo, contíguo ou á distancia, de indivíduos indiferenciados quanto a normas de comportamento, valores e posições sociais, pelo menos naquilo que diz respeito a uma situação determinada. (COHN, 1973, p.17)

Rocha (2008) afirma que há uma fabricação da notícia, e que a mídia nesta sociedade democrática detecta e apresenta uma realidade a partir da configuração que pretende para a cultura e formação social. Ou seja, considerando a violência para a mídia, a violência se torna um produto para consumo.

A tentativa de compreender a intervenção da mídia, como porta voz da violência no caso específico sul mato-grossense. É que apresenta uma discussão da informação, e como

ela é elaborada. De acordo com Bourdieu (1997, p.25), “as palavras fazem coisas, criam fantasias, medos, fobias ou simplesmente, representações falsas”. Assim o foco deste trabalho não está em conceber a violência como expressão de anomia, mas como Barreira e Adorno (2010) expressam, no foco sociológico, interrogando a violência como linguagem social.

Segundo Porto (2010), este retrato da violência está ligado a um processo incontornável de produção dos meios de comunicação de massa e do poder que a mídia exerce nas sociedades midiaticizadas. Ou seja, a violência é tomada a partir de um monopólio da informação, visando um modo de interpretação possível, o da imprensa.

Habermas (*apud* Giddens, 2005, p.375), explica que a informação das massas transforma a esfera pública em uma farsa. Na demonstração do campo jornalístico⁹ explícita que assim como no campo político, econômico, também no campo científico, artístico e literário, o campo jornalístico está permanente sujeito à prova dos vereditos do mercado, através da luta por audiência. Dessa forma os MCS se fazem presente no cotidiano, construindo representações da violência como mensagem de consumo.

Retratando a violência como RS, Porto (2000) aborda os noticiários como difusores e estabelecimentos de uma ordem social, representando assim uma institucionalização da violência.

Zaluar (1999), na tentativa de responder o que é a violência, esbarra sempre em noções relativizadas nas Ciências Sociais. A dificuldade principal desta abordagem é que violência torna-se um sinônimo de desigualdade, exploração, dominação, exclusão, segregação e outros males usualmente associados à pobreza ou discriminações de cor e gênero. “A violência sempre foi empregada, no Brasil e no mundo, para forçar o consenso, defender a ordem social”. (ZALUAR, 1999, p.11)

Relacionando-se à mídia a autora cita:

As imagens ou Representações Sociais do crime e da violência e o medo da população, muitas vezes apresentada como irracionalmente e envenenada pela mídia que manipularia o seu sentimento de insegurança através do exagero ou excessiva exposição de notícias sobre crimes (...). Daí resultou uma crítica cultural, denunciando a natureza violenta da sociedade e a sua falta de percepção de cidadania. (ZALUAR, 1999, p.8).

⁹ Bourdieu, 1997

Nesta desnaturalização¹⁰, a violência também é produto da opinião pública quando é manipulada pela mídia, pois provoca esta constituição e promoção do que ocorre no cotidiano. As notícias como disfarces de uma situação ou comparação, podem ser um formato ou um estilo de comunicação. Porém, a reflexão sobre o papel da mídia necessita de uma reflexão sobre a manipulação que ela exerce.

Sobre o retrato da violência sob a visão da própria mídia, podemos compreender que ela provoca a violência. Girard (1990) reflete que há uma mimetização quando a violência é respondida com mais violência. A violência legitimada pelo Estado, pelo poder repressivo da polícia, da justiça, da ordem e do castigo é absorvida no cotidiano das organizações sociais das escolas e empresas. Girard (1990) atribui esta ação ao oposto que é adjetivado de desviado, anormal ou errado. Pensando a partir desta relação, podemos apresentar também a mídia com um poder repressivo ao representar a violência. Tornando se assim um espaço particular para a difusão da própria violência que tenta noticiar.

1.2. A constituição de um *ethos* jornalístico no Mato Grosso do Sul

O controle da esfera pública pela mídia significa a construção do imaginário coletivo. Isto se dá, por exemplo, na histórica depreciação da imagem do indígena ao longo do processo de construção do jornalismo no Mato Grosso do Sul, cujo percurso passaremos a caracterizar. Considerando as pesquisas de Silva (2007), Limberti (2012) e Benites (2014) temos a análise da imagem que a mídia faz do indígena (índio bom ou índio mau).

1.2.1. O *ethos* jornalístico no Mato Grosso do Sul - Giddens (2005) afirma que os jornais na modernidade tiveram origem nos panfletos que eram distribuídos no século XVIII com edições diárias e começaram a ser lidas por milhares de pessoas a partir do final do século XIX.

A origem da imprensa ocorre por conta dos primeiros jornais que começam a circular na Europa, constroem a opinião e principalmente é fonte de acesso à informação da sociedade. Como modelo de comunicação, atentamos ao papel do jornal e sua importância

¹⁰ A naturalização significa dizer que a desigualdade social entre homens e mulheres, classes sociais, jovens e adultos, é natural, ao invés de ser o que é: social e histórica. Essa desigualdade a que nos referimos é social, pois, se os homens recebem maiores salários do que as mulheres, isso se deve a um processo social e histórico de opressão das mulheres. (VIANA, 2013, p. 72)

diante dos múltiplos sentidos que pode provocar. As representações são características marcantes dos textos jornalísticos.

O jornal é um lugar onde se constrói discursivamente a experiência, é o porta-voz de uma sociedade. Ao mesmo tempo em que faz circular as ideias, saberes e representações, por meio das publicações, dinamizando-os, o jornal cristaliza-os, na medida em que os registra; é um mecanismo duplo de acessar os sentidos e controlar os critérios de sua construção. (LIMBERTI, 2012, p.169)

Nesta relação entre a dinamização e cristalização da informação, os MCS como locutora dos processos históricos e sociais apresentam ao longo da história sul mato-grossense este andamento da formação da opinião.

Assim, como na constituição da mídia, Limberti (2012) problematiza a produção jornalística no MS, especificamente em que a produção relativa ao indígena é dada de forma diferenciada no processo histórico da cidade. No exame da imagem do índio produzida pelo jornal “*O Progresso*”, a autora percebe um discurso típico acerca da história de Dourados-MS. Por exemplo, seleciona, transforma e propaga preceitos ideológicos legitimados como memória, separando as fases desta imagem sobre o índio em cinco décadas. Na primeira década (1951-1960) do jornal, as representações do índio são inexistentes. A autora analisa a notícia que descreve a missa da fundação de uma cidade vizinha, à época Vila Glória em 1958 comparando com a primeira missa no Brasil expressada em uma pintura de Vitor Meireles. Assim como no rito que inaugura o país, a missa de Vila Glória é apresentada e inaugura a cidade. Só na segunda década (1961-1970) fala-se do índio, como sujeito frágil e incapaz, que necessita de tutela. O conceito de invasor ligado ao indígena é veiculado, mas utilizando a imagem do indígena como selvagem. Na terceira década (1971-1980), há um alheamento às questões indígenas diante da propagação do milagre econômico. Encontram-se aí notícias que representam o indígena como indígena, ou como qualquer cidadão, fazendo referência à população da periferia. Na quarta década (1981-1990) o índio já constitui um tópico, ou seja, um lugar estabilizado no jornal. Há a proposta do discurso de integração, principalmente pelas notícias de suicídio que começam a aparecer. A quinta década (1991-2000) a autora apresenta o índio que fala e ganha seu espaço no jornal, bem como o índio que não fala pelas questões que são apresentadas diante das questões de suicídio, pesquisas, a FUNAI, o CIMI, Dossiê Guarani.

Esta trajetória da história do jornal *O Progresso* diante da construção de uma realidade, propicia a noção da construção simbólica do índio na imprensa e principalmente diante das notícias locais. Benites (2014) retrata que em meados de 1980 até os anos 2000 as informações noticiadas sobre a situação dos Guarani e Kaiowá se davam de forma

distorcida. Neste período há o conteúdo relacionado às questões das demarcações de terra e a própria existência dos indígenas. Mas a representação é realizada de maneira preconceituosa e estigmatizante. Segundo Silva (2007), esse retrato de negação da presença indígena se deve aos discursos provocados pela noção de expansão desenvolvimentista e econômica voltada ao trabalho a partir de representações negativas feitas dos Guarani.

O exemplo da constituição de *O Progresso* representa esta relação de propagação da notícia em detrimento aos indígenas no sul do MS.

O caráter de desenvolvimento empregado tanto no nome do jornal como na sua capa inicial está em perfeita consonância como os projetos federais de ocupação e desenvolvimento da região, bem como dos ideais que sustentam a formação da identidade sul-mato-grossense. (SILVA, 2007, p.25).

O que podemos compreender desta mídia local é que a noção de formação da sociedade não inclui o indígena em seu discurso. Podemos entender, a partir dos exemplos dos estudos feitos sobre o jornal *O Progresso*, um discurso que ideologicamente estigmatiza o indígena. Portanto, refere-se a um *ethos* jornalístico sul mato-grossense que merece ser investigado. Nas palavras de Silva (2007) o discurso midiático demarca uma fronteira entre o nós e o eles, o que somos e o que não queremos ser. Assim podemos refletir a forma de ser da mídia.

1.2.2. A forma de ser da mídia - Observamos que os jornais escritos e virtuais são ferramentas de comunicação da atualidade e que exibem cada vez mais um *ethos* da mídia que fabrica a mensagem como uma forma de poder. No caso, a mídia tem um ‘jeito de ser’, que interfere na esfera pública manipulando-a seletivamente.

A forma de ser da imprensa exprime características de sua constituição histórica, portanto é necessária uma releitura dos períodos em que os jornais pesquisados formam a opinião pública. Também é necessário observar como os indígenas foram apresentados durante a história pelos MCS. Tanto a privatização da esfera pública, quanto a democratização da informação, são produtos de um controle na fabricação da mensagem.

Para Jean Baudrillard:

A potência do “virtual” nada mais é do que virtual. Por isso, aliás, pode intensificar-se de maneira alucinante e, sempre mais longe do mundo dito “real”, perder ela mesma todo princípio de realidade. Para que essas potências técnicas estendam seu império sobre o mundo seria preciso que tivessem uma finalidade – não há potência sem finalidade da potência. (BAUDRILLARD, 2005, p.102).

Isto significa que a mensagem não é capaz de ser distante da realidade a ser abordada. Na fabricação da informação há uma finalidade potencial, ou seja, aquilo que é feito pelo

jornalista. A mídia é promotora desta finalidade econômica, cultural e social, e se apropria da realização da condução deste princípio de caráter político e ideológico que se perde e ressignifica. Para Habermas (1984), os espaços¹¹ de poder exercidos pela comunicação se dão na ampliação da autoridade pública destes setores privados da mídia. Isto significa dizer que há uma substituição do poder público, por um poder social organizado pela ação da mídia que é a construção da esfera pública.

Portanto, a forma de ser da mídia é econômica, porque vende a opinião pública aos interesses dos setores privados como um produto a ser consumido. É cultural uma vez que subjuga a outros interesses os costumes e modos de vida de uma sociedade. E é social porque atribui a mensagem a um coletivo de pessoas.

O fator ideológico é um campo político a ser refletido como potência¹² e as ações promotoras de uma manipulação do poder, são favorecidas por esta virtualização da informação.

Carey (1975) explana que a comunicação é um processo de mensagens que são transmitidas e distribuídas no espaço para controle das distâncias e das pessoas, portanto, comunicação é o processo simbólico por meio do qual há uma construção da realidade produzida, mantida, reparada e transformada.

Tal construção é tratada por Berger e Luckmann (2004) a partir da noção de que o conhecimento transmite situações sociais, compreendendo o processo pelo qual se realiza uma “realidade” admitida como certa, assim solidificando essa noção. A linguagem é destacada, pois comunica significados que não são expressões diretas da subjetividade. Portanto, a ordem social existe unicamente como produto da atividade humana, assim questionando neste contexto de construção de estigmas sobre as juventudes indígenas.

Tratando-se do senso comum e a construção da imagem dos personagens noticiados temos em Baudrillard (*apud* Giddens, 2005, p.375) a consideração de que a mídia de massa moderna produz um impacto bastante diferente, e também muito mais profundo, que qualquer outra tecnologia, fazendo da informação de massa em consumo.

O consumidor moderno integra e assume espontaneamente esta obrigação sem fim: comprar a fim de que a sociedade continue a produzir, a fim de se poder pagar aquilo que foi comprado [...]. Em cada homem o consumidor é cúmplice da ordem de produção e sem relação com o produtor – ele próprio simultaneamente – que é vítima dela. Esta dissociação produtor-consumidor vem a ser a própria mola da

¹¹ Aqui a opinião pública para Habermas, na condição do poder é elevada a realização de uma esfera pública diante da sua formulação sobre a ação comunicativa da mídia.

¹² Baudrillard, 2005

integração: tudo é feito para que não tome jamais a forma viva e crítica de uma contradição. (BAUDRILLARD, 2006, p. 169-170).

Assim, a esfera pública se conecta a um fenômeno no campo da manipulação da mensagem, que é pública. Há aí certa comprovação de como ocorrem os espaços de construção da opinião pública. A relação entre esfera pública e opinião pública se aplica na construção do imaginário.

Aqui está a importância de observar o papel estigmatizador dos meios de comunicação de massa. Rocha (2008) apresenta que há uma fabricação da notícia e que os profissionais destes meios de comunicação, em sociedades ditas democráticas, constroem um paradigma a serviço da conjuntura do poder que vigora em momentos específicos, ou seja, o modelo que os jornalistas utilizam para interpretar um fato está inteiramente ligado a interesses particulares, interferindo na mensagem veiculada. “Mas para o editor do jornal, teve o significado de que ele passou de vendedor de novas notícias e comerciante com a opinião pública” (HABERMAS, 1984, p.214). A leitura dos eventos no cotidiano é democrática, mas tende à parcialidade, porque significa que os interesses particulares se sobrepõem ao público.

As ações dos meios de comunicação constroem uma versão do fato, e esta é consumida e cada vez mais incentivada a ser realizada. O preço a ser pago para se informar sobre a imagem dos atores sociais é maior e transcende as questões relativas ao mercado. Porque no caso das notícias, não há uma crítica, mas uma escolha de um produto, mercadoria, em detrimento de outro, menos atraente, competitivo. A constituição da opinião pública como uma relação entre produtor – consumidor, ou seja, jornalista e público se dão na construção do imaginário oferecido pela mensagem midiática sem um questionamento sobre o cotidiano dos atores sociais, alvo das publicações, que são os jovens indígenas.

Como identidade teórica da esfera pública para compreender as questões relativas aqui abordadas, é preciso atentar metodologicamente para as expressões contidas nos noticiários locais. Para Baudrillard (1991) vivenciamos um universo que existe cada vez mais informação e menos sentido. A socialização se mede pela exposição às mensagens midiáticas e a informação produz uma circulação acelerada do sentido. Onde pensamos que a informação produz sentido, é oposto que se verifica. A informação devora seus conteúdos em dois momentos. Em um primeiro momento, em vez de comunicar há uma encenação da comunicação e a encenação do sentido. No segundo momento, está a desestruturação do real,

quando a informação dissolve o sentido e dissolve o social, ou seja, os *media*¹³ são produtores da implosão social nas massas.

Segundo Comparato (2001) a comunicação de massa é explorada e domesticada pelo Estado ou por organizações empresariais, que moldam a opinião pública no mundo todo. Exceto na internet e nas redes sociais.

Isto se percebe, por exemplo, na gama de expressões que encontraremos no decorrer deste trabalho, como as posições públicas tomadas nos noticiários. A realização de um questionamento sobre tais posturas noticiosas auxiliam a identificação destes processos estigmatizantes. A autoridade pública na esfera privada exerce extremo poder ideológico na opinião pública, e no caso dos Jovens indígenas, esta apreensão é relativa ao poder composto pela opinião pública.

Assim tais questões culturais e sociais estão ligadas a mercadoria¹⁴, ou seja, as notícias são produtos e percebe-se que a mídia contribui diretamente nesta nova forma de educar o imaginário das populações. Os escritos noticiosos também induzem o comportamento humano, pois são representações sociais, portanto, atravessam o âmbito comercial das informações e são aplicadas no contexto particular nas ditas verdades pessoais. Nas palavras de Habermas:

Ou seja, com as funções de formação do capital, a família também perde cada vez mais funções como a de criar e de educar filhos, funções de proteção, de acompanhamento e de guia, em suma, funções elementares de tradição e orientação, ela perde o poder que tinha de determinar comportamentos, sobretudo em setores que, na família burguesa, eram considerados com âmbito mais íntimo do privativo. (HABERMAS, 1984, p.185).

O próprio imaginário constituído pela informação da mídia, afeta as famílias indígenas em suas formas de representação e nas representações de seus filhos. Há, portanto, uma construção da esfera pública, amparada na opinião pública, em que, se pese a postura ética exercida pela mídia brasileira e sul mato-grossense. A orientação de novos comportamentos ou a continuidade de repetir processos de poder se dão pelos MCS. Não se quer afirmar que a mídia trate unicamente os jovens indígenas como violentos. Mas, para

¹³ “Em toda a parte a socialização mede-se pela exposição as mensagens mediáticas. Esta dessocializado, ou é virtualmente associal, aquele que subexposto aos media. Em toda a parte é suposto que a informação produz uma circulação acelerada do sentido, uma mais-valia do sentido homólogo à mais-valia econômica que provém da rotação acelerada do capital”. (BAUDRILLARD, 1991, p.104)

¹⁴ A esfera pública burguesa pode ser entendida inicialmente como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público; elas reivindicam esta esfera pública regulamentada pela autoridade, mas diretamente contra a própria autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais da troca [...] as leis do intercâmbio de mercadorias e do trabalho social. O meio dessa discussão política não tem de modo peculiar e histórico, um modelo anterior: a racionalização pública. (HABERMAS, 1984, p. 42).

Chomsky (2004), as posturas da mídia devem ser indagadas no sentido de como ela dá o significado de conflito e de estigmatização.

Não se pode negar a influência exercida pelos MCS em uma construção ideológica da realidade. Os jornais são ferramentas e a partir de sua forma de ser produz uma comunicação simbólica, uma forma de ser. A socialização das imagens produzidas pela mídia assume um poder influente tanto no Estado quanto no comportamento da sociedade. A partir deste contexto é que podemos pensar as percepções criadas pela imprensa, que são as representações sociais.

1.3. Percepções das Representações Sociais da Violência

As representações sociais da violência serão fatores determinantes para este trabalho, pois esta pesquisa tem por objetivo compreender estas representações e delimitar estas RS da violência. Para Porto (2002) a violência é vista a partir de seu sentido. Ou seja, existe a dificuldade de tratar a violência como um conceito teórico. Por isso, ela é tida como um fenômeno empírico. Portanto, não iremos explicar a violência como um conceito a ser estudado, mas entendê-la a partir da forma como aparece nos escritos jornalísticos. Porto (2010) enfatiza que o conceito tem sido apropriado pelo senso comum, pela política, pela mídia e outros âmbitos, tornando uma urgente discussão sobre a definição e a representação da violência. As questões entre o consenso da notícia produzida e o papel da mídia na confecção de notícias sobre violência, auxiliam no entendimento destas concepções e representações.

A imagem contém simbologia, significados. Sua veiculação responde a interesses e tem, principalmente, a capacidade de apresentar esses conteúdos de forma diversa. Quando consideramos as representações da violência na mídia escrita, temos então um fenômeno social complexo e com vários significados de tal forma que compreendê-lo exige um esforço no sentido de ir além da sua manifestação concreta.

Tratar as representações sociais na Sociologia deve iniciar-se com o conceito de representações coletivas feitas por Durkheim (2003). A tarefa de descobrir e antecipar ações se dá, por exemplo, na religião como fenômeno, por isso a proximidade deste com o conceito de fato social. Ao estudar a religião como um conjunto socialmente definido Durkheim (2003) apresenta um caráter de sistemas de representações, que emprega o conceito de

representações coletivas quando apresenta a dimensão coletiva e científica do conhecimento produzido pela vida religiosa.

Como explica Moscovici (1988, p.214) “as representações sociais que modelam nossas relações com a sociedade, e ao mesmo tempo, um componente de organização social”. Esta por sua vez, compõe um imaginário que estabelece relações de poder na forma de representações sociais. A partir de Moscovici (1988) a ênfase sociológica se dá na medida em que essas relações e interações sociais chegam a manter ou transformar determinadas condutas, sendo estas particulares ou de políticas públicas.

Estas percepções das representações também são traçadas por Goffman (1985) quando trata do ciclo da descrença em que a crença pode ser representada em seu sentido oposto. Para ele o termo representação se refere à toda a atividade do indivíduo que é caracterizado por sua presença diante de um grupo particular de observadores e que tem sobre estes alguma influência. Retomando a noção durkheiminiana de fato social Goffman (1985) vai chamá-la de ‘fachada’ por conta da institucionalização e estereotipação das representações coletivas, passando a ser concebida como idealização, como percepção teórica das representações sociais.

Quando trabalhamos com o conceito de imaginário, passamos a decifrar este poder de atribuir às imagens e estigmas, sedimentando opiniões e relações de poder, como no caso das notícias policiais escritas sobre os jovens indígenas. Assim a mídia faz seu papel de reprodutora da violência.

1.3.1. As representações sociais da violência - A discussão de como a mídia traduz o jovem indígena, é um tema que está no cotidiano. As representações cotidianas não fogem da perspectiva dos interesses. A naturalização das mensagens só acontece devido à representação da sociedade manifestada pela própria mídia. Portanto, há um processo simbólico na caracterização dos indígenas.

Este alerta diante da atuação da imprensa na construção do imaginário social se dá justamente pela abordagem equívoca que a construção de uma opinião se dá de forma livre e igualitária.

Teoria das RS constitui um dispositivo metodológico relevante para a análise sociológica. Pensar os saberes a partir da análise de representações sociais é produzir conhecimento quando se interroga a realidade através do que se pensa sobre ela. (MACHADO e PORTO, 2015, p.298).

Ao questionar esta construção da realidade, podemos tomar o seguinte conceito. Habermas (1997), indaga a formação democrática diferenciada na comunidade jurídica em que os sujeitos podem ser livres e iguais. No processo democrático o conteúdo ideal da razão prática se institucionaliza, assim realiza o sistema dos direitos.

As notícias apresentam um processo fixo das informações emitidas. Deduz-se, portanto, que o senso comum e toda a operacionalização da informação denominam a RS. Com a “naturalização” e “generalização” detectadas, podemos compreender que o imaginário não é algo que se modificam apenas sobrepondo informações diferentes em uma sociedade comunicativa. A generalização da própria mensagem do fato quando emitido e noticiado, Representa a manifestação de uma sociedade que é refém da reflexão ofertada apenas pela mídia.

Portanto, o que são as representações sociais? Em um primeiro momento podemos construir as RS como uma investigação. Goffman (1985) mostra que na vida cotidiana há uma clara compreensão de que as primeiras impressões são importantes. Assim como em Moscovici (1988), Machado e Porto (2015), Goffman (1985) também atribui a Durkheim a primeira noção de representação quando há um ressaltar dos valores comuns da sociedade considerando-a como uma cerimônia, numa reificação da sociedade. Superando a proposta de representação coletiva, Goffman (1985) apresenta as representações sociais com cinco processos de classificação. A de *fachada* quando há uma padronização intencional ou inconsciente da ação do indivíduo durante a representação. A *realização dramática* que significa que a ação para tornar-se significativa precisa ser mobilizada, por exemplo, na comunicação em que a partir do ator alguns papéis como o dos lutadores, violinistas ou policiais são expressos de maneira dramática ganhando locais de destaque e fantasia. A *idealização* que se dá na representação e incorporação de exemplos dos valores já reconhecidos pela sociedade. Já a *manutenção de controle expressivo* se dá quando se tem consciência de que a mensagem a ser passada é falsa, mas é necessário ter um controle da mensagem a ser difundida. E a *representação falsa* acontece quando se dá conta que mentiras e verdades estão presentes no contínuo do reconhecimento formal da sociedade. Por exemplo, os conselhos imobiliários que criam códigos explícitos, explicando até que ponto pode ser dado impressões duvidosas por seus critérios de construção. Pensar sobre este critério, é entender que a notícia contida no terceiro capítulo desta dissertação estará apresentando este controle expressivo, bem como expressando uma representação falsa, quando entendemos o interesse que a mídia tem ao representar os jovens indígenas.

Desse forma, se aproximam da ideologia quando o imaginário se torna esta noção de coincidir ou divergir. A diferença está na manutenção ou transformação de relações sociais. Assim tais relações podem ser relativas. As práticas simbólicas, portanto, mesmo identificadas como formas ideológicas, exibem uma relação de determinação da mensagem, que influência em uma apreensão da informação como processo simbólico dominante.

O imaginário constituído destas representações fomentadas pelos meios de comunicação pode derivar a estigmatização destas relações desiguais. Faz-se necessário compreender este processo teórico das RS.

Moscovici tinha consciência que o modelo de sociedade de Durkheim era estático e tradicional, pensado para tempo sem que a mudança se processe lentamente. As sociedades modernas, porém, são dinâmicas e fluidas. Por isso o conceito coletivo apropriava-se melhor àquele tipo de sociedade, de dimensões mais cristalizadas e estruturadas. Moscovici preferiu preservar o conceito de representação e substituir o conceito coletivo, de conotação mais cultural, estático e positivista, com o de social: daí o conceito de Representações Sociais. (GUARESCHI e JOVCHELOVITCH, 1995, p. 196).

Nesta relação de superação do que aponta Durkheim, seguimos entendendo que aqui estas RS não são estáticas. Ou seja, “Representações não são criadas por um indivíduo isoladamente. Uma vez criada, contudo, elas adquirem uma vida própria, circulam, se encontram se atraem, se repelem e dão oportunidade ao nascimento de novas representações...” (MOSCOVICI, 2003, p. 41). Para Machado e Porto (2015) as RS nasceram em Durkheim, mas foram revisitadas pela psicologia social na passagem de representações coletivas. A partir daí edifica-se uma doutrina que facilite a tarefa de descobrir e antecipar ações.

Assim as representações podem ser compreendidas a partir da conceituação de Moscovici (2003), que elucida o papel da mídia, por exemplo, em dar vida própria às mensagens que generalizam os jovens indígenas no cotidiano. Esta vida própria são doutrinas representadas socialmente e têm relação com o que Guareschi (1998) apresenta como uma cosmovisão, um ajuste, uma prática simbólica e os processos simbólicos existentes neste diálogo entre representações sociais e imaginário.

Para Porto (2009) o que chamamos por representações sociais tem como conteúdo os ditados, provérbios, valores e crenças afirmados pela mídia e que são considerados noções pelas quais os indivíduos tentam se inserir no mundo. Explicando e aprendendo sua maneira de ser. “É uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objeto prático, que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (JODELET *apud* PORTO, 2009, p. 216).

A produção de sentidos na sociedade é feita por alguns indivíduos ou grupos. A maioria dos indivíduos apenas consomem conteúdos, como normas ou valores. Assim ao pautar algumas matérias, os meios de comunicação apresentam e representam determinados acontecimentos mediados por sua versão, silenciando outros.

Realizando um paralelo destas representações sociais, independente de sua condição falsa ou verdadeira, o que importa ressaltar é que, por força da repetição, tais afirmações passam a fazer parte do imaginário popular. Uma vez constituídas como “verdade”, informam condutas e comportamentos de atores sociais. Fazendo assim referência a mídia não somente como apresentadora destas representações sociais, mas representante de tal fenômeno. (PORTO, 2009, p.215).

As contribuições de Guareschi e Jovchelovitch (1995), Moscovici (2003), Goffman (1985) e Porto (2009) demonstraram que as RS existem a partir de uma manipulação e determinação do agir comunicativo. Dando significado a esta razão prática institucionalizada em Habermas (1997), que as representações sociais ditas democráticas podem confirmar tal sociedade ou grupo a partir da violência.

A violência aparece na condição de quem constrói uma realidade. A mídia fornece RS dos jovens, ou seja, o exercício de pensar o jovem se torna um produto ideológico. As ações da mídia para Perlatto (2015) conduzem a construção de uma realidade a partir de uma virtualização, ficando aí a questão das representações sociais da violência como as mensagens que são transmitidas para obtenção do controle. Sua produção passa por um procedimento de reparação e transformação, nas palavras de Chomsky (2004, p. 35): “a ideologia na comunicação permeia um estado de consenso na sociedade”.

O sentido da violência ligada à noção de criminalidade propõe aqui o funcionamento da mídia como um instrumento que contém poder. E este comando se dá na comunicação e interpretação dos personagens noticiados. Os estímulos dados às mensagens cotidianas relacionadas aos indígenas são definidos por uma elite. Os interesses contidos ideologicamente irão basear uma caracterização midiática.

Porto (2010) reforça a tese que as representações sociais do fenômeno da violência nos meios de comunicação produzem um monopólio da informação, transformando uma realidade já interpretada, em uma criação que se impõe como única representação possível. E os sentidos das narrativas que compõem e representam a violência como realidade Porto (2009) chama de ‘estatuto da verdade’, quando há jargões como: no Brasil a violência só cresce, é um fenômeno urbano, a pobreza é causa da violência.

Ou seja, com o monopólio da mídia, as representações são como uma porta voz de que há apenas uma característica dos personagens violentos e criminosos. Na produção deste

monopólio, para Chomsky (2004), existe a intenção da mídia em formar uma imagem de consenso. Sendo assim, os meios de comunicação obtém o potencial de transformar o sujeito que é noticiado em um produto.

O consumo de mídia está conectado a de produção de consumidores potenciais em ideologias previamente fomentadas, como no caso a interpretação da conjuntura indígena e da violência. Chomsky (2004) ao tratar de uma democracia do espectador reflete que a propaganda e os meios de comunicação são instrumentos eficazes para se constituir um consenso. Que exemplifica o poder da mídia de decidir e produzir a aprovação diante de novas tecnologias de propaganda.

Nas palavras de Habermas (2004, p.44),

“Contudo, o sucesso da ação comunicativa depende do processo de interpretação de como os personagens definem suas situações com o sistema de referências e das notícias, quanto mais apolítica, mais está numa aparente privatização das informações públicas. Como o caso de acontecimentos públicos, que se confluem em informações policiais envolvendo os jovens indígenas de forma particular”. (HABERMAS, 2004, p. 44)

Acreditamos que já podemos refletir o papel da mídia escrita na questão de como se dá a manipulação na formação do imaginário social. Para fabricação da opinião, segundo Chomsky (2004) há necessidade de certo estímulo para deter apoio da sociedade, como assustar a população com qualquer tipo de mensagem. Querer formar uma sociedade violenta que avalie a utilização da força em todo o mundo para alcançar a finalidade de sua própria elite doméstica, implica em valorizar as virtudes de guerras e intenções acerca da legitimidade do uso da violência.

As populações indígenas vivem em insegurança e estigmatização, também como consequência da ação da mídia. A análise tenta compreender este poder promovido pelos meios de comunicação no cotidiano, onde a violência já inicia na falsa caracterização da população indígena e principalmente os jovens caracterizados promotores da violência. Ao dialogar com Habermas sobre como os personagens se definem e são definidos pela mídia, problematizamos também a partir de Chomsky (2004) apontando uma construção da realidade realizada por uma elite específica.

A ação dos meios de comunicação é então pautada por interesses de uma classe específica que detém o poder de virtualizar uma informação, uma opinião pública constituída ao seu favor.

Por conta da estigmatização a notícia veiculada assume um caráter de entretenimento, que apresenta um processo de fraude da esfera pública. Ou seja, um produto que determina a posição social dos atores sociais que são reproduzidos nas notícias.

Segundo Giddens (2005), dá-se uma encenação política, protagonizada pelos representantes e pela mídia. Da mesma forma podemos indagar se os interesses do agronegócio se sobrepõem ao interesse dos movimentos e grupos étnicos indígenas. Nesta relação de interesses comerciais e interesses públicos apresentados pelo autor, a opinião pública não é formada por meio de debate racional e aberto, mas sim pelo controle e manipulação.

A questão da violência envolvendo jovens indígenas, apresentada nas notícias de Dourados-MS segue esta relação, pois, as representações que compõem o imaginário, alimentado pela mídia, exercem o poder de conduzir a opinião pública.

A caracterização midiática dos jovens indígenas, como agentes violentos, está impregnada na função da própria história da composição dos espaços de comunicação, conflito e violência na própria cidade de Dourados-MS. Limberti (2012), ao estudar as notícias relacionadas aos indígenas no jornal *O Progresso*, representa imagens divergentes deste indígena que em um momento fala e em outro se cala, realizando comparação à questão da informação sobre os suicídios. No estudo que faz referência à década de 90, demonstra como os jornalistas se utilizam dos recursos de estabelecerem o que os não índios, querem ou não enfatizar com o discurso.

Afirmar que a mídia executa um poder sobre a sociedade como um todo, significa dizer que pode e deve ser questionada eticamente, no sentido de apontarem-se os interesses econômicos postados nas notícias por conta do conflito histórico entre produtores rurais e comunidades indígenas. A exibição a partir da mídia tem foco político, econômico e social de interesse na construção da notícia. O discurso jornalístico é uma representação padronizada pela construção da informação.

As RS da violência produzem um imaginário e relações significativas para que a mensagem da mídia se torne efetiva. Por mais que haja uma institucionalização na prática midiática, a formação do imaginário social é como uma generalização dos atores sociais que são produzidos nestes discursos. Portanto, ao serem partilhadas e elaboradas pela mídia, auxiliam na construção de uma realidade quando em seu discurso produz o imaginário.

1.3.2. A violência: uma definição complexa na construção do imaginário - Para compreender as perspectivas das RS da violência é necessário entender como é abordada a construção do imaginário. O que constrói o imaginário é o que estigmatiza a sociedade e faz parte do imaginário popular que se dá aqui nas representações sociais. Todavia, é preciso desnaturalizar o conceito de violência, observando seu aspecto simbólico. A definição de violência pertence ao imaginário quando a comunicação determina a diversidade de significados e interpretações sobre determinado grupo ou fenômeno social.

Ao discutirmos que o imaginário é resultante das imagens que se produzem nas informações. A prática da mídia contém normas, a partir de um processo simbólico de transmissão da notícia. Que mesmo sendo exercido por diversos veículos, incidem de uma maneira como imaginário.

Para Saraiva & Coutinho (2012, p. 56) “a violência é um fenômeno que precisa ser descaracterizado como um ato natural”. Na ordem das coisas a sociedade prática uma naturalização sobre o conceito de violência, formando pareceres e hábitos como condutas sociais e leis de convivência. Assim dando tom de normalidade na vida da sociedade, é preciso ter uma força para descaracterizar tal poder. A mídia escrita representa jovens indígenas como violentos e criminosos, apontando assim o conflito e a violência nas aldeias. Portanto, não informam, mas criam imagens.

Nas palavras de Bourdieu (1989), a dominação cultural exercida por uma classe diante da economia, desenvolve a violência simbólica. Ou seja, o sistema simbólico da violência é uma construção cultural que pode ser exercida pela mídia, assim permitindo que a mídia conceitue e determine significados para a violência.

A ideologia permite que o imaginário promova a interesses comuns na construção simbólica de qualquer significado. Assim o conceito de dominação cultural se encaixa na concepção da construção do imaginário sobre a violência. Justamente por exercer uma força para conduzir as massas. Diante desta dominação cultural, em relação com as teorias democráticas, há uma difusão de pressupostos ideológicos.

Chomsky (2004) afirma que uma democracia se dá em duas funções: por um lado, a classe especializada que exerce função executiva, o que significa que pensam, entendem e planejam os interesses comuns, por outro lado existe o que ele chama de “rebanho desconcertado” com uma função de espectadores sem voz ativa. A fabricação de um consenso serve para a domesticação de um rebanho.

Nesse sentido, há a hipótese de que a democracia da comunicação é constituída e manipulada através de interesses, este conceito exhibe valores e ideias já determinadas pelo fenômeno de uma ação da comunicação da opinião pública. Para isto refletimos a realização da ação comunicativa que constrói o significado de violência.

Como a definição de Porto (2009) que questiona se a mídia é geradora ou não do caos do discurso sobre segurança. O conceito é como se a violência fosse um fantasma, ou seja, diante dos MCS é possível apontar a violência como um espetáculo da contemporaneidade.

Independentemente de sua condição de falsa ou verdadeira, o que importa ressaltar é que, por força de repetição, tais afirmações passam a fazer parte do imaginário popular. Uma vez constituídas como “verdade”, informam condutas e comportamentos de atores sociais. (PORTO, 2009, p. 215)

Ou seja, a violência além de ser um fenômeno, é um comportamento que, sem ser genérico, é apresentado na sociedade com um poder valorativo na repetição provocada pela mídia. Mesmo que a notícia não possua uma completa reflexão sobre o assunto a ser tratado, o fator das informações atribui características à sociedade de forma insistente, realizando assim a apropriação e difusão como construção de uma opinião pública. A violência¹⁵, portanto, não pode ser tratada como uma característica intrínseca, a uma “naturalidade” da cultura dos jovens indígenas. As páginas policiais exercem então a função que ultrapassa a capacidade de informar e se tornam protagonistas em realizar o próprio sentido da violência quando denota sua função de poder.

“Do ponto de vista empírico, as especificidades culturais apontam ao olhar sociológico a relatividade dos valores, implicando necessariamente, distintas representações da violência”. (PORTO, 2009, p. 218). Neste contexto, o imaginário se encontra nas representações da violência, quando os valores da dominação cultural são representantes dos valores sociais na imprensa, faz-se necessário relativizar os discursos. Esta distinção entre o discurso e a dominação cultural no que chamamos de processo democrático da construção das notícias é que deve atentar a definição complexa da violência.

¹⁵ “A primeira, apropriando-se, talvez de forma pouco ortodoxa, da tese defendida por Elias (1990), na análise do processo civilizatório, supõe a sociedade brasileira transpondo novos patamares nesse/desse processo, o que a levaria a uma reconceitualização da violência, de modo a incluir e a nomear como violência acontecimentos que passavam anteriormente por práticas costumeiras de regulamentação das relações sociais. Práticas fundadas em uma rígida hierarquização do social que instituíam a desigualdade como processo legítimo, por assim dizer, de estruturação do social. Práticas nas quais a relativa indiferenciação público/privado propiciava, nos dizeres de Freire, o desenvolvimento de uma sociedade (defendida) menos pela ação oficial do que pelo braço e pela espada do particular” (PORTO, 2000, p. 33).

Martins (2008) em sua obra “Sociologia da Imagem” entende que as figuras retratadas na imprensa influenciam o imaginário da sociedade contemporânea. Para ele, assim como as imagens, as palavras também permitem interpretações que são complexas. Ou seja, as palavras ao emitirem significados importantes, são formadoras da opinião pública porque incutem no imaginário dos indivíduos o resultado de suas diversas situações. Com esta constatação podemos seguir seu raciocínio a partir da construção deste imaginário nas notícias jornalísticas, que são produzidas como produto a ser consumido.

Para Laplantine (1997) as relações entre imaginário e ideologia se dão justamente nesta mitificação das relações reais entre os seres humanos com os produtos divulgados das instituições e fenômenos sociais. Segundo Laplantine (1997, p.) símbolo e imagens são construídos a partir de experiências de visões passadas. Ou seja, as produções de informações se originam da percepção do imaginário para construir uma ideologia de consumo.

Dessa forma, o autor explica que o imaginário é a:

“faculdade originária de pôr ou dar-se, sob a forma de apresentação de uma coisa, ou fazer aparecer uma imagem e uma relação que não são dadas diretamente na percepção (...) no imaginário o estímulo perceptual é transfigurado e deslocado, criando novas relações inexistentes no real”. (LAPLANTINE, 1997, p.78).

Nesta discussão do que se pode tornar lei através da prática da mídia em constituir a informação, Bourdieu (1997, p.25) “essas categorias são produto de nossa educação, da história, etc. Os jornalistas têm óculos especiais a partir dos quais veem certas coisas e não outras, e veem de certa maneira as coisas que veem. Eles operam uma seleção e construção do que é selecionado”.

O simbólico se faz presente em toda a vida social, na situação familiar, econômica, religiosa, política etc. Embora não esgotem todas as experiências sociais, pois em muitos casos essas são regidas por signos, os símbolos mobilizam de maneira afetiva as ações humanas e legitimam essas ações. A vida social é impossível, portanto, fora de uma rede simbólica. (LAPLANTINE, 1997, p. 87).

Ou seja, os sentidos do símbolo são plurais e assim refletindo ou não o que a mídia produz sobre as dimensões da sociedade. Reflete a condição do ser humano como um objeto pronto para se comercializar e o imaginário segue esta perspectiva da condução ideológica¹⁶. Há, portanto, a necessidade de se discutir se representações sociais e ideologia coincidem ou divergem.

¹⁶ O que podemos citar sobre ideologia é a forma que Guareschi dá ao imaginário construído socialmente, a partir da intenção de mostrar ao leitor a importância que possui um símbolo para toda a sociedade.

Guareschi (2000, p. 43) contribui retomando o imaginário como quatro pontos de vista: a) o sentido de uma cosmovisão já atribuída, ou seja, uma construção simbólica socialmente partilhada. b) a não acomodação e resistência, sendo as RS uma porção do senso comum adquirido. c) as formas positivas que aproximam as representações sociais da ideologia como um conjunto de práticas simbólicas que servem para criar ou manter as relações sociais. d) assim as RS e ideologia que se transformam em relações assimétricas sociais, criando, reproduzindo estes processos simbólicos das relações desiguais e de dominação¹⁷.

Por mais que exista a ação informativa do jornalista, apreendemos que a informação é exercida por diversos veículos de informação. O imaginário, portanto, constituído socialmente é tomado como um processo que influencia na caracterização de uma sociedade e representação da mesma.

Esta construção do imaginário que produz a opinião pública sustenta os interesses ao longo da história e mantém as RS da violência que estigmatizam os jovens, promovendo o cotidiano das páginas policiais na questão da juventude indígena, em situação de vulnerabilidade e violência.

Estas informações são incutidas nos espaços noticiosos e necessitam de uma promoção ou propaganda que perpassem o imaginário da população. Por isso, continuando o imaginário criado pelos meios de comunicação e de massa, em Habermas (1984) é exemplificado na aparência, da esfera pública e assim estão integrados a esfera privada, garantindo a ilusão dos consumidores quando a violência é um problema particular e social.

Aqui consideraremos que a mídia a partir da reflexão e da sua prática, exerce poder sobre o imaginário atentando-se para a opinião pública. Tal impacto estudado por Baudrillard (2005) e Martins (2008) apresentam os itens da simulação dos fatos cotidianos e adquiridos na observação do fato (retrato) de uma imagem do ser fragmentado.

Na afirmação de Alexandre (2001) a mídia como comunicação é o fenômeno pelo qual uma pessoa influencia ou esclarece outra, que por sua vez, pode fazer o mesmo em relação à primeira. Para tanto, o método mais completo da comunicação entre as pessoas é o da linguagem. O desenvolvimento através das representações sociais procura ligar e relacionar os fatores pessoal e social que entram no processo da informação. Por isso justifica que nos tornamos ao mesmo tempo atores e plateia de um espetáculo mais rico que um

¹⁷ GUARESCHI, 2000, p. 43.

acontecimento jornalístico. Neste diálogo entre o imaginário e as RS, fica elucidada a realização de uma efetiva influência da mídia na formação de um consciente coletivo.

Imaginário e ideologia tem relação peculiar, porque criam novas relações diante da realidade das notícias. Portanto, esta relação coincide, pois, havendo uma partilha social, esta promove a partir das RS um conjunto de práticas simbólicas que se transformam em relações sociais. Estas por sua vez iguais ou desiguais irão formar o que chamamos de opinião pública.

A mídia exerce papel fundamental na discussão de esfera pública e opinião pública quando falamos o que estigmatizam os sujeitos. No caso deste trabalho o que estigmatiza os jovens indígenas, são os discursos jornalísticos que exerce poder no imaginário, que por sua vez, forma uma opinião pública. É a partir desta noção que entendemos como são processados os estigmas.

1.4. Opinião Pública e Esfera Pública

Após as considerações acerca das representações sociais e do imaginário, seria importante entendê-las melhor como constituintes de relações de poder, ou seja, influenciam o imaginário, que por sua vez incide na opinião pública e que com a caracterização do poder é elevada a esfera pública (cf. GIDDENS, 2005, p.374). Para tal valemo-nos na noção de opinião pública e, mais precisamente, do conceito habermasiano de esfera pública.

1.4.1. A opinião pública e o poder - A opinião pública é constituída pela mídia e por todas as representações sociais que influenciam o imaginário. Todas essas colocações feitas apontam para a afirmação de que há a opinião pública e ela é produzida. A opinião sobre a violência, por exemplo, pode transformar e alterar o comportamento de sociedades, justamente pelo poder que é exercido na forma de estigmatização. Portanto, para compreender a formação da opinião pública, a teoria deve se ater as reflexões do senso comum.

Bourdieu (1989, p. 11) apresenta que não é suficiente olhar o modo inseparável destas relações de comunicação sendo elas simbólicas ou materiais, justamente porque exercem poder e acumulam este simbolismo.

A mídia é promotora de processos simbólicos em seu discurso. Portanto, a opinião pública cria ações políticas, sociais e específicas que determinam imagens e caracterização

de determinado grupo ou sociedade. Reproduzindo imagens que são condicionadas a partir de interesses, a opinião pública intensifica a estigmatização dos jovens, por exemplo.

As questões simbólicas e materiais apresentam o real papel da formação da opinião pública. E a função dos jornais é informar a população de todas estas questões fragmentadas, como observamos na questão da construção do imaginário e respondendo não definitivamente a questão da opinião pública.

Para Habermas (1984) entender o que é opinião pública, significa discutir, por exemplo, o papel do fenômeno da urbanização como vida social. Existem alguns aspectos que são colocados para fabricar consenso na sociedade, como as trocas de mercadorias, informações econômicas e políticas. O incentivo das opiniões públicas em relação à política, cultura e qualquer âmbito da sociedade, perpassa pelo agir comunicativo que toma a opinião pública em uma relação de esfera pública.

Dessa maneira, a formação de um argumento coletivo (opinião pública) pela mídia, está mais para a generalização e estigmatização das sociedades e é nesta lógica que o poder é apresentado. Portanto, os artigos noticiosos que se referirem aos jovens indígenas terão espaço em relação com a violência. As notícias das páginas policiais que envolvam indígenas e a questão propícia da violência e da criminalidade são representações constituídas pelas notícias e base para a fomentação da opinião pública.

Uma vez que para Cademartori & Neto (2013) os meios de comunicação sofreram ao longo da história significativas transformações quanto a influência que exerce sobre a política e a opinião pública. Assim sendo necessária a discussão do seu papel efetuado na esfera pública.

Dentro destas representações podemos considerar abertamente a relação destes comportamentos nas palavras de Guareschi e Jovchelovitch (1995), a manipulação ideológica do imaginário com as representações sociais, são comportamentos e práticas que apelam ao afetivo e ao emocional na criação da opinião pública.

Para o cultivo da opinião pública¹⁸, a ideologia é utilizada para comportar o sentido tanto afetivo e emocional sobre a construção de uma determinada realidade. Incluso da esfera

¹⁸ Cohn (2001) ressalta a dimensão política entre público, elite e massa e determina a caracterização de massa em uma formulação na contraposição entre elite e massa. A noção de elite representa a quase exata contrapartida da de massa, ou seja, as massas são sempre os outros que não conhecemos ou podemos conhecer. Descreve que em relação à expansão do poder social em um desenvolvimento da reflexão acerca de público e opinião pública se conectam com o discernimento referente à massa e classe no século XIX.

pública existem diversas ideologias, portanto ao constituir uma informação há uma determinação desde poder.

Assim sendo, Habermas (1984, p.208) afirma que “a esfera pública assume funções da propaganda. Quanto mais ela pode ser utilizada como meio de influir política e economicamente, tanto mais apolítica ela se torna no todo e tanto mais aparenta estar privatizada”. Esta dita sensação, se assim podemos denominar, ocorre quando há fundamentalmente interesses políticos e sociais de um grupo que pretende ser detentor da informação. Ou de organismos sociais que é a proposta de nossa reflexão desta esfera pública atribuída à própria propaganda.

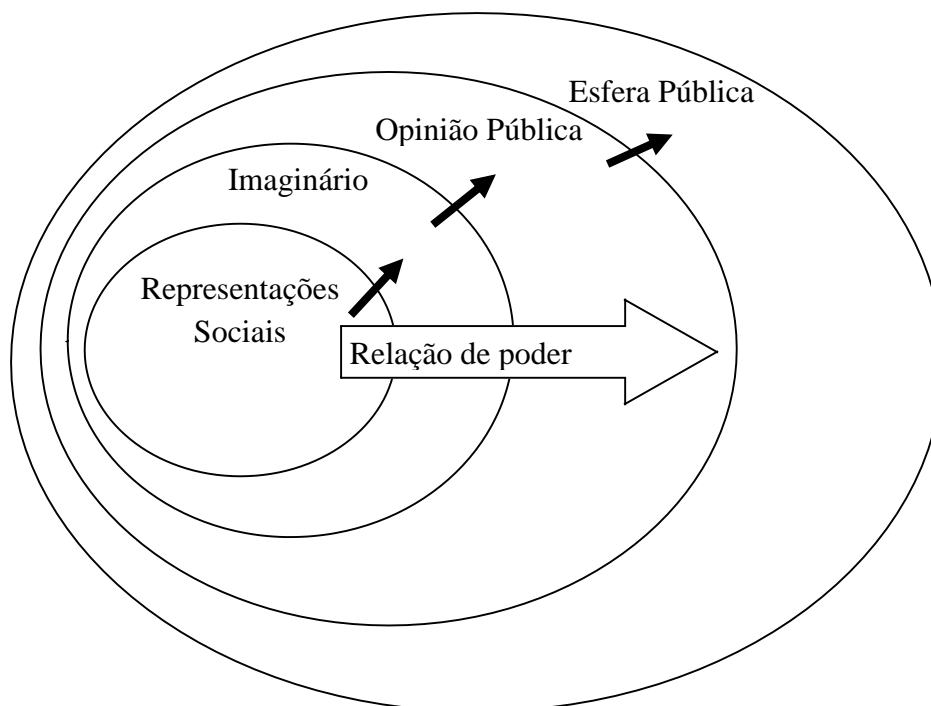
A opinião pública elevada à condição de poder, já se torna uma esfera pública, pois há uma opinião já formada que define uma ação política, por isso há a necessidade de manipulação para construir esta esfera.

Diante das questões de esfera pública e opinião pública, podemos entender que a influência da mídia é fundamental, pois é um processo simbólico porque cria ações políticas. Portanto, pode formar a estigmatização de uma sociedade ou situação diante dos fenômenos sociais. O pensamento habermasiano neste capítulo nos favorece pensar a questão da ação da comunicação, visando refletir a questão da opinião pública como matriz de uma construção exercida como poder.

1.4.2. A Esfera Pública - A manipulação da esfera pública, por exemplo, determina um senso de politização das informações como se fossem teleguiadas, com a massificação da informação.

A opinião pública tem diversas origens e formações com variados símbolos e expressões do imaginário, exercendo influência, por exemplo, na política. Pode promover estigmatização, influenciando a sociedade e o coletivo. Nesta perspectiva temos as RS que estão para a construção do imaginário como relação de poder, assim o imaginário constrói a opinião pública. Estas opiniões públicas elevadas à condição de poder constituem o que chamamos de esfera pública. Esta relação de poder é citada no gráfico a seguir, que foi confeccionado a partir da pesquisa e entendimento teórico:

Gráfico 1



Fonte: Autor em conjunto com o Prof. Dr. Walter R. Marschner (2015).

Este gráfico¹⁹ explica como é constituída a Esfera Pública a partir de uma relação de poder exercida na composição da opinião pública. Portanto, há um percurso que vai das Representações Sociais até culminar na constituição de uma realidade que é a Esfera Pública. Os MCS incidem homogeneamente em todas as esferas, pois auxilia na composição de cada um dos conceitos trabalhados. Desde a criação da notícia até quem consome a informação, a formação da opinião pública relaciona o poder como indicam as setas. A esfera pública por sua vez é produto desta relação, ou seja, a opinião pública elevada à situação de poder forma a esfera. Podemos observar que a Esfera Pública contém todos os conceitos.

As informações que formam a opinião pública são associadas em Habermas (1984), com duas formas. Há um poder político exercido na comunicação que pode ser a crítica e a manipulativa. É assim que há uma identificação do Estado moderno atrelado a soberania popular, significando assim o que exige ser a opinião pública. Os meios de comunicação de massas passam a servir apenas para possibilitar um entretenimento ao mesmo tempo agradável e facilmente digerível, que tende a substituir a captação totalizadora do real por aquilo que está pronto para o consumo e que mais desvia para o consumo impessoal de

¹⁹ Gráfico elaborado em conjunto com Prof. Dr. Walter R. Marschner para compreender como se dá a construção da esfera pública quando trabalhamos com o método de RS.

estímulos destinados a distrair do que levar para o uso público da razão. O que chamamos de coletivo de opinião pública deriva sentido nas palavras de Habermas, onde a opinião pública reina, mas não governa. Ou seja:

À medida que o conceito de opinião pública, fixado nas instituições do exercício do poder, não alcança bem a dimensão dos processos informais de comunicação, tampouco por outro lado, o conceito de opinião pública dissolvido psicossociologicamente em relações grupais, consegue novamente inserir-se naquela dimensão em que a categoria outrora desenvolveu seu significado estratégico. (HABERMAS, 1984, p. 281).

A opinião pública apresenta e tenta determinar as características culturais, sociais e políticas como atribuímos ao Estado moderno de forma observável à dimensão teórica da opinião pública e como ela se relaciona com a construção da esfera pública que é o da sociedade em si.

O exercício de poder, principalmente tratando o papel da mídia que orienta a opinião pública pelas características de reprodução do imaginário social em que a esfera pública é que pode responder a indagação diante da construção do imaginário social. Contempla a esfera pública determinada reflexão acerca dos diversos interesses contidos nas informações jornalísticas. O exercício de poder da mídia explica processos de estigmatização, por exemplo. Há aí uma dimensão constituída na massificação da informação, bem como de interesses particulares afins.

Fazendo referência à mídia não somente como apresentadora destas representações de tal fenômeno. É aqui, portanto formada a opinião pública que assim exige uma relação com a esfera pública a partir de uma análise crítica da mídia diante deste comportamento social apresentado.

Portanto, há uma manipulação evidente dos sentimentos e emoções no que vai denominar de “catarse” coletiva. Um processo que pode ser elucidado é a questão da cura feita nas igrejas. Para Guareschi e Jovchelovitch (1995, p. 198) “há uma constituição de uma forma de dominar as pessoas”.

Realizando este paralelo, as notícias podem conter o domínio que se caracteriza pela interpretação étnica, política e social provocada pela mídia e os processos de interesses tanto da esfera pública quanto privada, como observaremos a seguir.

A esfera pública promove a ideia de que há um espaço comum, um traço que condiciona tanto o imaginário, como a realização e introdução da opinião pública como vimos. A esfera pública é condicionada não em sua totalidade pela produção desta opinião pública.

Perlatto (2015) descreve que a mudança estrutural da esfera pública em Habermas (2004) está ligada a um processo burguês e que o legitima no poder, pois utiliza a imprensa como fórum das instancias estatais. Assim há uma construção de legitimidade no discurso dos melhores argumentos racionais dos meios de comunicação. A divisão entendida da esfera pública e privada realiza uma degeneração, ou seja, uma privatização de locais pertencentes ao domínio público e a intervenção do estado no domínio privado. Há aí a noção de esta esfera tomar como consequência o cidadão que passa a ser tratado como cliente, ou seja, um consumidor de serviços.

Para Perlatto (2015, p. 17), a mídia na sociedade brasileira é abordada na esfera pública em dois contextos: a “seletiva” e “subalterna”. Há uma construção de uma sociedade excludente²⁰ na história do Brasil, formando assim a código de legitimidade exercida por interlocutores seletos. Portanto, é seletivo pelo fator da exclusão de muitos grupos sociais na formação política e social. Isto se inicia com a chegada da família Real em 1808 como uma cultura dominante, na imprensa régia, que desencadeia uma série de transformações na vida e costumes, criando um ambiente favorável para as discussões públicas. Embora a liberdade da imprensa só tenha sido implementada em 1821, desde 1820 houve um intenso movimento para o debate político diante da publicação de jornais.

Durante o segundo reinado em 1840, o debate político é efetuado entre a tribuna e o parlamento. Com a historiografia se observa está “privatização” da esfera pública como o exemplo da imprensa que também se mobiliza para a questão da independência do Brasil. Jornais e panfletos tiveram papéis decisivos para uma pequena classe escolarizada concentrar o debate exclusivo de uma elite imperial. Durante o movimento abolicionista diversos jornais discutiam o final da escravidão frente a interesses, ressaltando a opinião pública na figura de Joaquim Nabuco.

Nas primeiras décadas do século XX eram claras as transformações na sociedade brasileira, motivadas pela industrialização e urbanização. Exemplifica Perlatto (2015), que na era Vargas a configuração de esfera pública se modificou no país ressaltando a relação entre público e privado, na afirmação do público sobre o privado diante da questão de conquista de direitos trabalhistas e sociais. O espaço público é ampliado em 1922, com o consumidor de linguagens e dos meios de comunicação, bem como a criação do Partido

²⁰ PERLATTO, 2015, p. 17.

Comunista Brasileiro, A Semana de Arte Moderna e a Coluna Prestes, mostram momentos desta discussão pública.

A partir de 1946²¹, há uma expansão da esfera pública e em 1964, com o Golpe Militar, há um retrocesso significativo no processo democrático da esfera pública, ocasionado pelo autoritarismo que separou o público e privado. Atuando assim este período como espaço de interesse dominante de uma esfera privada. Só em 1988, junto com a Constituição Federal, é que há uma tentativa de democratizar a esfera pública, isto significa que houve a ampliação dos mecanismos de participação da população e da mídia para além da democracia representativa, com a formulação de plebiscitos, referendos e conselhos.

Nos anos recentes com a internet, redes sociais e o poder do mercado implantaram novas formas e possibilidades ao acesso e difusão da informação. Estas transformações também incidem na esfera pública, principalmente com o avanço das redes sociais que podem influenciar ampliações na esfera. Porém esta construção na sociedade brasileira, segundo Perlatto (2015), passa pela questão de uma promoção do espaço privado em toda a relação da esfera pública quando determina a questão de uma esfera pública “subalterna”.

Contudo Perlatto (2015, p. 15) afirma que há uma composição do que denomina de esferas públicas subalternas que é criada por uma esfera pública seletiva. A hegemonia das classes dominantes constituiu uma sociedade altamente desigual atribuindo o conceito gramsciano de hegemonia em que conceitos e valores dominantes são expressos na sociedade, mas não assumidos de forma passiva pelas classes populares. O que há, portanto, é uma forma de repressão e controle social sobre o que chama de classes subalternas. Mesmo não tocando na situação das populações indígenas, podemos atribuir a noção de uma esfera pública subalterna até os dias atuais por conta de sua resistência a constante caracterização e estigmatização realizada pela mídia ao referir se aos jovens indígenas.

Na realidade, porém, a organização do espaço público de comunicação – não só em matéria política, como também econômica, cultural ou religiosa – faz-se, hoje, com o alheamento do povo, ou a sua transformação em massa de manobra dos setores dominantes. (...) a comunicação social constitui monopólio dos governantes, nos países geralmente considerados democráticos o espaço de comunicação social deixa de ser público, para tornar-se, em sua maior parte, objeto de oligopólio da classe empresarial, a serviço de seu exclusivo interesse de classe. (COMPARATO, 2001, p. 10)

A composição da autoridade pública da mídia, para Habermas (1984) é ligado ao setor privado, determinando a substituição de poder público por poder social. E parte de um

²¹ *Ibid.*, p.19.

interesse da esfera pública versus a esfera privada, o modelo de esfera pública construída é um fenômeno social, a comunicação institucionaliza um modelo de conteúdo que é difundido para a formação de tal esfera.

Habermas (1997) explana que existem fluxos de comunicação sobre o que chamamos de ordenamento econômico, identificando ao setor privado um lugar cada vez mais importante. Isto significa dizer que a esfera pública é composta por um agir comunicativo que no campo da opinião pública é dotado de poder. Portanto, tal poder inserido na opinião pública assume na comunicação a proposta de interesses específicos do setor privado.

Com Guareschi (2000, p. 39), nota-se que “a crescente importância da ideologia se deve hoje, certamente, ao fato de nossa sociedade e nosso mundo tornarem-se, a cada dia, mais ‘imateriais’, sempre mais sustentados numa comunicação verbal e simbólica”. Portanto, temos aqui a importância de distinguir as concepções de ideologia²² no sentido de uma prática negativa, por conta de um papel que serve para criar e manter relações assimétricas, efetuando uma produção, reprodução e transformação de subjetividades. O que Guareschi (2000) contribui para a reflexão é que há uma função indispensável da ideologia em compreender as dimensões éticas que influencia na condição de vida da própria composição da sociedade.

Nesta relação entre a autoridade pública e particular, há a característica ideológica atuando na produção de poder. A urbanização é descrita como uma progressiva polarização da vida social para Habermas (1984), e ao exemplificarmos a tensão existente na vida dos jovens indígenas, observa-se a relação entre aldeia e cidade como dois espaços de relação e vivência que se auto excluem. Isto ocorre por conta de vários fatores e um deles é o papel dos instrumentos noticiosos no estado do Mato Grosso do Sul, e como estes produzem a informação.

Após a discussão dos termos e conceitos levantados, faz-se necessário discutir em um capítulo o processo metodológico desta dissertação que irá aportar a pesquisa a partir do método hermenêutico²³, juntamente com o discurso das notícias jornalísticas. A partir do momento em que se tem contato com o material pesquisado (notícias), vai se processando informações e conteúdo que vão sendo apresentados e delimitado enquanto a pesquisa

²² “Hoje "ideologia" significa sociedade enquanto aparência. Embora seja mediada pela totalidade, atrás da qual se esconde a dominação do parcial, a ideologia não é redutível pura e simplesmente a um interesse parcial; por isso, de certo modo, está em todas as suas partes à mesma distância do centro.” (ADORNO, 2002, p. 57).

²³ Método em que os fatos humanos se distanciam dos naturais, o conhecimento científico e sua veracidade universal está na repetição nos espaços e tempo, assim trabalha para compreender textos via interpretação. (Habermas, 1997)

documental acontece. A interpretação está justamente fundamentada no método hermenêutico por que com ele o processo de pesquisa apresenta os elementos que apresentamos como hipóteses. É preciso explicar o objeto de pesquisa (a imprensa virtual e impressa), bem como qual será a forma utilizada para a análise dos documentos (notícias) e a própria tabulação e sistematização da pesquisa.

CAPÍTULO II – SOBRE A METODOLOGIA DE PESQUISA

Ao tratar de representações sociais algumas pesquisas primam por metodologias qualitativas. A metodologia qualitativa é aberta e processual. Portanto, este é o nosso ponto de partida considerando uma pesquisa sobre mídia nos discursos jornalísticos. Observamos no capítulo anterior que as mensagens se ressignificam por influência do veículo/mídia que as transmite, exercendo, muitas vezes, sem compromisso com o real, uma influência significativa para a formação da atual sociedade. Por isto os artigos jornalísticos selecionados neste trabalho fazem referência ao sentido da violência discursada e que relacionam os indígenas, em códigos e termos. O recorte nos anos de 2010 a 2013 nos auxilia na realização de uma análise diante da comunicação social sobre esta situação, sem o interesse de comparar com outros períodos históricos, mas contrastando com um periódico fomentado pelos indígenas.

A análise de documentos refere-se à importância de levantar dados empíricos no processo simbólico de uma construção comunicativa de dominação, que influenciam a relação da sociedade com a informação apresentada.

Já a sistematização da pesquisa, as tabulações dos dados a partir dos artigos jornalísticos consistem em tipificar, no sentido weberiano, os discursos que desvelam os processos de mistificação da informação na sociedade. Assim procedendo buscamos compreender o poder da imprensa na formação da opinião pública.

Para tanto o objeto e análise da pesquisa adentram como parte na metodologia de se compreender como são utilizados os termos e palavras e suas funções. O teor de subjetividade pode revelar os interesses se apontar processos estigmatizantes sobre os indígenas.

É necessário, porém, ultrapassar “a passagem” das hipóteses, para delimitar o tema de pesquisa. Portanto, a coleta dos dados ao formular hipóteses de investigação, representa como é constituída a imagem dos atores sociais, aqui os jovens indígenas. Com esta

investigação de trabalho, iremos apresentar a partir dos discursos as expressões recorrentes que estigmatizam os indígenas. Para que esse processo aconteça, as etapas e os procedimentos que serão realizados na pesquisa terão caráter sociológico no sentido de entender as representações sociais.

Por isso há uma diferença entre interpretar a comunicação e uma informação na pesquisa sociológica. A construção social da realidade perpassa por uma construção coletiva efetivada pelos MCS. Para tanto, se faz necessário desvelar os processos de mistificação da informação e estigmatização dos jovens indígenas.

Nas palavras de Bourdieu (1989):

O que espero, não é um discurso em forma, quer dizer, defensivo e fechado em si mesmo, um discurso que procure antes de mais (...) esconjurar o medo da crítica, mas uma apresentação simples e modesta do trabalho realizado, das dificuldades encontradas, dos problemas, etc. (BOURDIEU, 1989, p. 17).

O método está intimamente ligado ao percurso hermenêutico que a pesquisa ganha a partir dos documentos analisados. Pretendemos aqui realizar um trabalho que contribua para a discussão empírica e acadêmica dos próprios problemas encontrados nas fontes dos documentos jornalísticos que citam os jovens indígenas.

A utilização do acervo digital do jornal *O Progresso* acessível no CDR Centro de Documentação Regional da UFGD, auxiliou no rastreamento das palavras e termos contidos no meio jornalístico. O rastreamento dos artigos jornalísticos se deu a partir da leitura de cada notícia e da captação das palavras em um espaço de quantificação destes termos. Assim observamos que o procurar sobre gestos de violência na notícia, significa encontrar o espaço estigmatizante relacionado ao jovem indígena nas palavras do corpo da notícia. As páginas policiais dos jornais *O Progresso* e *Douranews* apresentam quantidade significativa de notícias ligado aos jovens indígenas envolvendo os a violência. As notícias do periódico virtual *Douranews*, estão disponíveis no sitio e disponíveis para a pesquisa.

Para Melo (2012) o modelo hermenêutico se distancia do paradigma das ciências naturais quando os fatores humanos não podem ser captados da mesma maneira que os naturais, pois objetivam materiais de pesquisa distintos. A movimentação da linguagem hermenêutica trabalha para a compreensão de textos via interpretação, tradução, etc. Citando Gadamer *apud* La Maza (2005, p. 130) na consolidação da filosofia hermenêutica, o sujeito só consegue se inserir em um plano hermenêutico quando consegue situar-se no ponto de vista do seu interlocutor para compreender suas posições.

Enfim, é importante perceber as próprias concepções da informação, de forma que o texto se apresente e sua alteridade efetue a possibilidade de confronto entre o conteúdo dos textos e as demonstrações do sujeito. A partir da hermenêutica que consiste no método em que os dados vão surgindo a partir do contato com a pesquisa. Habermas (1984) explica que este contato com o material de pesquisa permite a noção de uma reconstrução do materialismo histórico, visto que toda a pesquisa que se coloca em processo de descoberta, relaciona-se e interage a todo momento com o objeto. Porque, o levantamento de dados vai dando sentido e encontrando significado a partir do momento em que eles são constatados, aqui no caso com a identificação dos artigos jornalísticos que relacionam o jovem indígena a violência. Este trabalho de maneira hermenêutica encontrou a importância dos termos nos jornais, quando imprimiram uma noção estigmatizante dos jovens indígenas no processo de leitura dos artigos.

2.1. O objeto de análise da pesquisa

O objeto de análise de pesquisa é a mídia nesta dissertação. Isto significa que tal objeto é composto metodologicamente pelos M.C.S., como uma caracterização da realidade. Há, portanto, o fato em si que é noticiado, porém nosso objeto não se apresenta de imediato, mas se constitui ao longo da pesquisa, na medida que temos contato com este discurso.

Um campo semântico, identificado pelas representações sociais²⁴ da violência abriga a frequência de linguagens e conteúdo estigmatizadores. É o exemplo de termos como: *bêbado, violento, suicídio, estupro, drogas, homicídio*. Na medida em que se identifica a existência de um campo, buscamos compreender como este exerce poder de persuasão sobre a opinião pública.

Cabe nos atentar que a construção do campo semântico passa pelo método de análise destes textos. Pêcheux (1995) demonstra a partir da teoria do discurso que a reflexão sobre o processo semântico da oração em relação à afirmação do óbvio cria um campo. Trazemos como processo metodológico a construção deste campo semântico que é legado por Pêcheux (1995) quando faz referência ao conjunto de questões que podem ser interpretados a partir de um discurso. Chama de componencial e forma a semântica das frases e que fazem parte

²⁴ “Independentemente de sua condição de falsa ou verdadeira, o que importa ressaltar é que, por força de repetição, tais afirmações passam a fazer parte do imaginário popular. Uma vez constituídas como “verdade”, informam condutas e comportamentos de atores sociais” (PORTO, 2009: 215).

de métodos de pesquisa a partir da linguística. Nosso foco não é uma análise puramente linguística, mas compreender a contribuição de Pêcheux que qualquer termo possui sentido subjetivo e contrário quando narrado.

Tentamos mostrar que, para além do ato de informar, os meios de comunicação constroem discursivamente uma “informação”. O que está em jogo aqui é, segundo Rocha (2008), o “mito da objetividade” da imprensa:

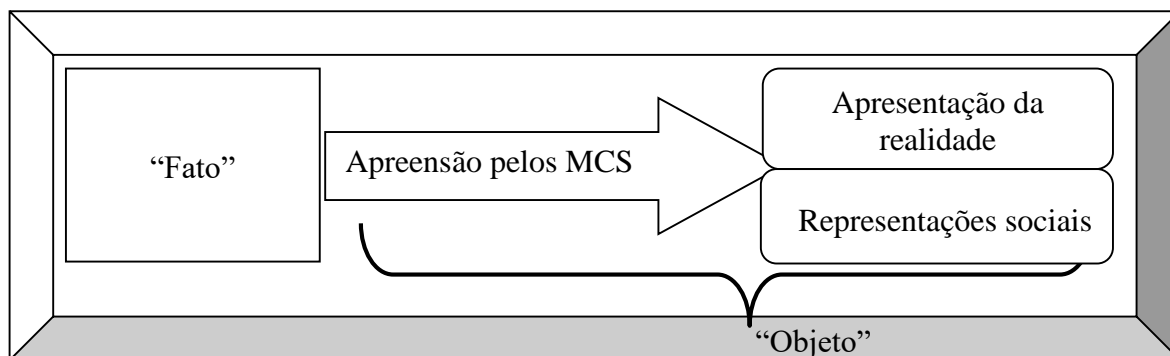
A reflexão crítica sobre o mito da objetividade esbarra em existência dos próprios jornalistas. Essa reação dos profissionais evidencia o caráter ideológico do mito da objetividade, haja vista o seu significado, como falsa consciência, no empobrecimento da visão epistemológica da relação do jornalismo com o mundo. (ROCHA, 2008, p. 45).

A criticidade entra como método, indagando a mídia, bem como a produção noticiosa no estado do Mato Grosso do Sul como um todo, utilizamos também como método de pesquisa o que é concernente as Ciências Sociais, bem como uma multidisciplinaridade na forma de entender o que é a esfera pública e a opinião pública.

No rastreamento das “palavras-chave”, o foco da análise destes documentos será a procura de expressões contidas nos textos que expressem a violência, bem como a pesquisa terá enfoque nas páginas policiais dos meios de comunicação que apresentam a categorização do jovem indígena.

O que chamamos de “fato”, é aquilo que passa por uma construção da realidade e está nos MCS, e como estes noticiam a sociedade. Tal apresentação pode ser vista a partir deste primeiro passo do método de definir o objeto de análise da pesquisa. Ao apresentar o seguinte gráfico, tentamos identificar nele esta pesquisa:

Gráfico 2



Fonte: Gráfico construído a partir da análise do método utilizado, com a contribuição do Prof. Dr. Walter R. Marschner (2015).

Historicamente o estudo dos pontos de vista subjetivos e objetivos encontrados na mídia impressa é pano de fundo metodológico do interacionismo simbólico²⁵. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, pois tentará levantar preposições a partir dos dados levantados buscando o resultado das palavras que irão compor o campo semântico de análise do discurso (FLICK, 2004).

Portanto, para verificar o objeto de pesquisa, é necessário um método de análise no caso da consulta aos jornais. Aqui este método se denomina como campo semântico a partir das representações sociais contidas nos discursos jornalísticos.

2.2. A análise de documentos

Os meios de comunicação e seus relatos sobre a realidade indígena serão investigados a partir da leitura dos textos jornalísticos. Para Flick (2004, p. 46) os documentos selecionados devem responder a três características básicas: apresentar os dados essenciais, ser base de interpretações e meio central da pesquisa; estar alinhados as finalidades de pesquisa. Portanto, a *análise de documentos* se dará no contato com as notícias que serão extraídas das páginas policiais dos veículos de informações escolhidos, que são *O Progresso* e *Douranews*.

Para apresentar tais dados, é importante compreender que as notícias policiais apresentadas nos jornais serão utilizadas como estratégia para a sondagem e rastreamento dos dados referentes às representações sociais.

Assim a finalidade da pesquisa está presente por causa da compreensão que os jornais defendem e como é feito a caracterização de um grupo específico como os dos jovens indígenas no contexto da violência. Trata-se de uma pesquisa documental, focada nos artigos jornalísticos em periódicos selecionados. Busca identificar uma quantidade significativa de termos, de modo a formar um universo semântico e discursivo típico, um linguajar sobre a violência indígena.

²⁵ Foi Blumer, em 1938, quem cunhou o nome dessa linha de pesquisa sociológica e psicológica, interacionismo simbólico. Podemos expor as concepções centrais que delineiam o interacionismo, da seguinte forma: 1- o enfoque está nos “processos de interação” que serão examinados por “conceito específico de interação que privilegia o caráter simbólico da ação social”; 2- “as definições das relações são, recíproca e conjuntamente, propostas e estabelecidas”; 3- “as relações sociais são vistas... como algo aberto e subordinado ao reconhecimento contínuo por parte dos membros da comunidade”. In (<http://sociologiadehoje.blogspot.com.br/2013/09/sobre-interacionismo-simbolico.html>). Acesso em 12 jan. 2015 as 14h45

Portanto, a proposta deste trabalho, se deve ao fato de que muito se tem discutido sobre a temática da violência e pouco se aborda sobre o papel preponderante da mídia em produzir características sobre os jovens indígenas. Com este trabalho a análise de documentos nos proporciona discutir e amadurecer a hipótese de como os jornais comunicam e determinam imagens na sociedade, tornando se fonte importante para interpretar os processos de representações sociais da violência.

De um modo geral, isto quer explicitar que existem várias situações que podem ser abordadas nesta pesquisa, pois há a apropriação da realidade feita pela mídia e que é polissêmica. Entretanto, relevar como esta informação é veiculada e qual o grau de seletividade de notícias pesquisadas diante destes jovens e das questões étnicas, realiza uma extrema determinação de interpretação da sociedade a partir da mídia e não do conhecimento específico que é social e cultural da comunidade étnica.

Para Bourdieu (1989) o poder simbólico é uma força na construção da realidade ao estabelecer uma ordem gnoseológica, ou seja, o sentido imediato do mundo. As notícias têm este certo credenciamento social em tentar interpretar o sentido dos fatos no mundo com certa legitimidade²⁶ de forma imediatista e nem tanto reflexiva. Com a análise dos documentos, traçamos então a análise das narrativas jornalísticas.

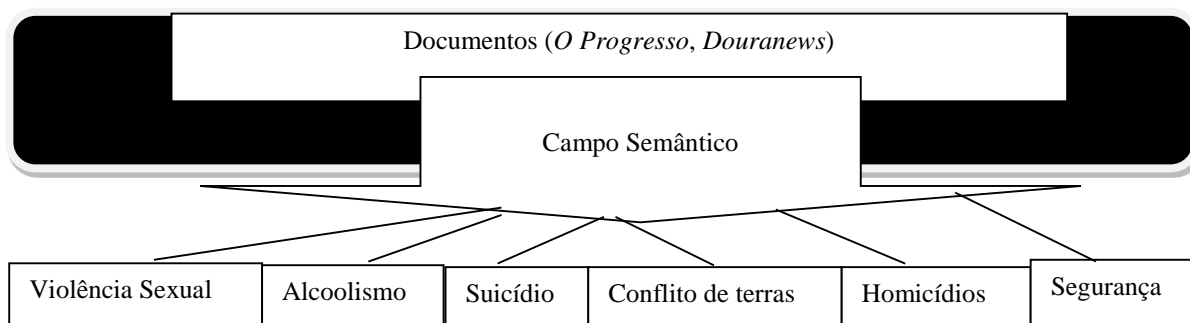
As notícias deste período de 2010 a 2013 apresentam estas representações sociais e fazem “desse modo, entender por que a mídia produz certas representações sobre violência ou segurança pública pode revelar-se mais pertinente do que se preocupar apenas em desmentir ou confirmar tal e qual representação” (PORTO, 2009, p. 219). É aqui que a proposta de pesquisa encontra uma reflexão sobre os processos de generalização, caracterização e reprodução social de um estigma sobre a situação do jovem indígena. Entender o porquê da mídia em produzir as representações, é realizar a noção da condução do imaginário e da opinião da sociedade.

Portanto, a delimitação temporal de 2010 a 2013 dos documentos, faz com que a análise destes documentos produza o campo semântico. Este campo semântico significa o desdobramento das representações sociais da violência que se habilitam na pesquisa. Acontece quando está organizado a partir de termos que se repetem na análise das notícias, se dividindo entre códigos e subcódigos. Uma vez que ao ter contato com os documentos

²⁶ A legitimação produz novos significados, que servem para integrar os significados já ligados a processos institucionais díspares. A função de legitimação consiste em tornar objetivamente acessível e subjetivamente plausível as objetivações de “primeira ordem”, que foram institucionalizadas. (BERGER & LUCKMANN, 2004, p. 127)

jornalísticos observamos o que entendemos por construção simbólica da realidade. Desta forma confeccionamos o seguinte gráfico:

Gráfico 3



Fonte: Autor em conjunto com o Prof. Dr. Walter R. Marschner (2015).

Para se chegar a estes códigos e subcódigos definidos no capítulo III desta dissertação, foi necessário o contato com a pesquisa em si. Os artigos jornalísticos foram selecionados a partir de um rastreamento nas páginas policiais de *O Progresso* e *Douranews* que faziam referência as expressões: *jovem indígena*, *violência*, *crime* e *derivações da violência*. Foi selecionado o artigo que apresentava o tema correspondente e consequentemente quantificado o número de vezes que se repetia um termo na mesma notícia. O campo semântico se dá na quantidade de elementos que foram aparecendo durante a leitura das notícias e codificação dos termos que expressamente representavam os indígenas, como poderemos observar no próximo capítulo. Este gráfico é composto por seis códigos: *violência sexual*, *alcoolismo*, *suicídio*, *conflito de terras*, *homicídios* e *segurança*. Estes códigos foram surgindo a partir do contato com as notícias pesquisadas e que apresentaram grau de relação entre si, conforme Anexo 1.

O primeiro momento consiste no contato com o material jornalístico e captação de um acervo do material jornalístico. Tomando como amostragem dois periódicos locais, *O Progresso*²⁷, *Douranews*²⁸, ambos apresentam notícias policiais e relacionadas a violência e os jovens indígenas como atores sociais nestas narrativas. Em contraponto está o jornal *AJIndo*²⁹, considerado um veículo de comunicação orgânico que é representado pela comunidade jovem indígena em Dourados-MS. Serão selecionados artigos que noticiam casos de violência envolvendo jovens indígenas das diversas etnias que vivem nas aldeias

²⁷ In: <http://www.progresso.com.br> Acesso em 20/10/2013 às 22h 33.

²⁸ In: <http://www.douranews.com.br/htm> Acesso em 20/10/2013 às 22h 40.

²⁹ In: <http://www.jovensindigenas.org.br/jornal-aj-indo.htm> Acesso em 20/10/2013 às 22h13.

próximas à cidade de Dourados como: Jaguapirú, Bororó, Panambizinho, Passo Piraju, Panambi e Suri'y.

Além das páginas policiais dos jornais citados, faz-se necessário também o diálogo com artigos e trabalhos acadêmicos que relacionam a questão da violência com os indígenas para elucidar o discurso que é representado pela mídia. A dissertação de Miqueletti (2007) sobre a constituição de imagens e de sentidos sobre a desnutrição indígena e Benites (2009) (2014) com a dissertação e tese sobre os Guarani e Kaiowá.

O jornal AJIndo é publicado de maneira impressa e encontrado de forma digital, e foi retirado do sitio oficial do grupo na internet. É eficiente para se perceber como a comunidade indígena se posiciona e reflete a questão da violência e em loco apresenta diferente interpretação midiática.

O material coletado no Centro de Documentação Regional da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (CDR – FCH/UFGD), foram os exemplares reproduzidos em mídia digital do jornal *O Progresso*. A seleção das notícias se deu na leitura das páginas policiais do periódico. As páginas com o título “Polícia” apareceram com frequência relacionada às páginas de “Esportes” ou “Dia-a-dia”. Não houve nenhuma ferramenta de busca especializada, mesmo se tratando de um acervo digital, o recurso utilizado foi à leitura de cada periódico contemplando o período de 2010 a 2013. A análise destes documentos gerou o total de 231 artigos que foram computados em uma tabela na ferramenta Excel (vide Anexo 4) do programa Microsoft Office.

Já o jornal *Douranews* o acesso ao seu conteúdo se deu na pesquisa da internet no sitio oficial do veículo de informação. Sobre os 80 artigos computados na ferramenta do Excel (vide Anexo 3) a coleta de dados se deu de maneira diferente. Como as notícias estão disponíveis no sitio oficial do veículo de informação, as notícias foram captadas a partir dos instrumentos de busca existentes no próprio portal.

Há uma diferença significativa no número de notícias encontradas em ambos os jornais. Justamente pela análise de documentos realizada podemos abordar o tema proposto, porque codificamos o campo semântico nesta segunda etapa metodológica. E tivemos a configuração retomando o gráfico apresentado anteriormente.

Em Flick (2004) a postura inicial do cientista social quase sempre carece da familiaridade como que fato ocorre na esfera da vida que ele se propõe estudar. Aqui a familiaridade está prescrita na análise de artigos jornalísticos que pressupõe um desafio significativo para a sistematização da pesquisa em si.

2.3 A tabulação e sistematização dos dados da pesquisa

Para a *tabulação e sistematização* dos dados qualitativos propõe-se a adoção da metodologia de campo semântico elencando códigos mais incidentes³⁰ nos textos e que possuam densidade explicativa, organizativa do discurso proferido. Assim cada termo que configurara uma característica de violência e relacionando a códigos de definição de situação e códigos de processo em Bogdan & Biklen (1994).

O campo semântico se dá na quantificação dos dados captados na **análise** dos documentos e registrado de maneira em que possa se compreender a relação que os termos que aqui chamamos de códigos e subcódigos fazem relação (vide Anexo 1). A tabulação ocorre com o registro do título da notícia e o registro dos termos elencados que representam a violência de cada notícia. A sistematização acontece quando há o cruzamento dos dados em que se verifica um grau de incidência entre os termos nas notícias pesquisadas, ou seja, na quantidade de vezes que determinada expressão se repete em um grupo de notícias. Diante desta sistematização é que a quantidade de termos é apresentada nas notícias pesquisadas e nos oportuniza o processo qualitativo da pesquisa para utilizar as representações sociais como método.

Portanto, os códigos se formulam como se apresentam na informação coletada da análise dos documentos. A identificação é um procedimento importante, pois a partir dos dados coletados, podemos identificar também subcódigos que compõem estes códigos. Deste elenco de códigos e subcódigos procurar-se-á explicitar informações acerca da subjetividade das matérias veiculadas, delimitando assim um “campo semântico típico”, com linguagens, figuras e conteúdo, motivadoras de um imaginário social acerca da violência nas aldeias. De modo prático a leitura de cada notícia pesquisada refle as representações sociais que são construídas por este poder que detém a mídia.

Em sua vertente qualitativa, parte de uma série de pressupostos, os quais, no exame de um texto, servem de suporte para captar seu sentido. Este sentido nem sempre é manifesto

³⁰ Bardin exemplifica, partindo da aplicação da metodologia no âmbito da psicologia. Para autora a análise deve resultar de testes de associação de palavras (estereótipos e conotações). Busca-se por exemplo encontrar a incidência de estereótipos sociais espontaneamente partilhados pelos membros de um grupo relativo a certas profissões. “O teste por associação de palavras, o mais antigo dos testes projectivos, permite, em psicologia clínica, ajudar a localizar as zonas de bloqueamento e de recalçamento de um indivíduo” (BARDIN, 2009, p. 53).

e o seu significado não é único. Poderá ser focado em função de diferentes perspectivas. Por isso observamos esta tabulação em códigos e subcódigos.

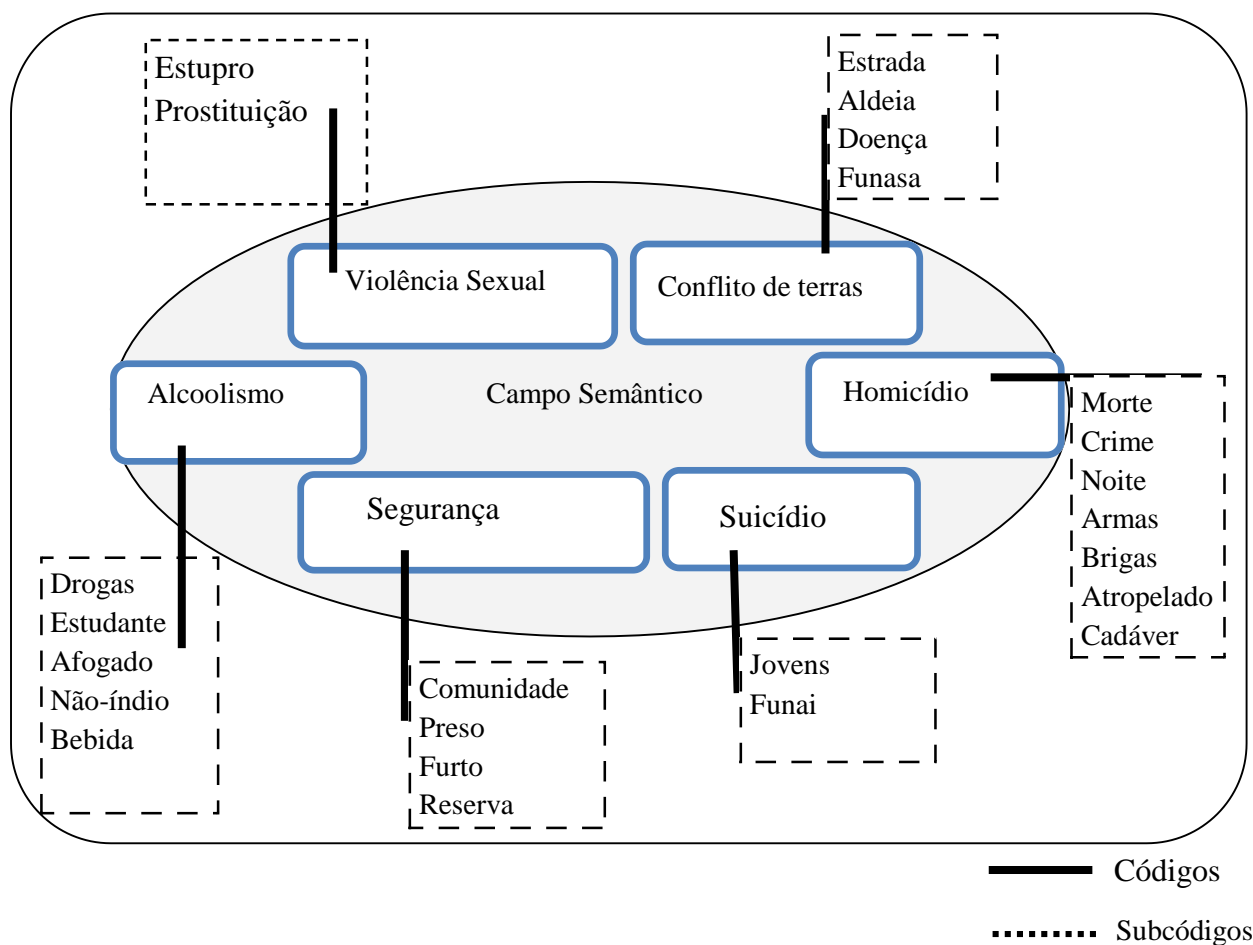
2.3.1. Código e subcódigo - O código são os termos que compõem o campo semântico formulado a partir do contato com os artigos jornalísticos encontrados. Na sistematização das informações, a relação quantitativa da pesquisa apresenta processos de identificação destes termos que são os *códigos*. Estes por sua vez são compostos por outros termos que se relacionam a repetição dos termos e formação de uma característica de discurso, que são os *subcódigos*. Cada código irá apresentar uma quantidade de subcódigos definidos pela pesquisa (vide Anexo 2). O processo qualitativo da pesquisa se dá na composição dos códigos e subcódigos e identificação dos mesmos.

Um texto contém muitos significados quando pesquisado, conforme (OLABUENAGA e ISPIZÚA, 1989, p. 185) há quatro sentidos de análise. O primeiro se dá no sentido que o autor pretende expressar pode coincidir com o sentido percebido pelo leitor do mesmo; A hipótese de que a mídia pode exercer um poder sobre a sociedade, se baseia no poder efetivo de manipulação exercido pela comunicação. Como observamos no capítulo anterior. O segundo sentido se dá no texto que poderá ser diferente de acordo com a impressão de cada leitor. As condições de formação e acesso à informação, refletem como o texto pode ser entendido, caracterizado e conceituado de formas diversificadas. Não se entende aqui que haja uma única interpretação do texto jornalístico. Este trabalho pretende, antes sim, dar uma contribuição para a reflexão diante do que é apresentado pelos artigos jornalísticos. No terceiro sentido, um mesmo autor poderá emitir uma mensagem, e diferentes leitores poderão captá-la com diversos sentidos. O sentido do texto forma a opinião pública, e pode ser interpretado e determinado por quem escreve a notícia. No quarto sentido o texto pode expressar uma posição da qual o próprio autor não esteja consciente. Aqui a informação parte do princípio que não há um conhecimento prévio e maduro sobre a temática a ser abordada.

Ou seja, estes quatro sentidos apontam que ao tabular as expressões nas notícias, permite uma sistematização qualitativa do discurso. Os conceitos utilizados pelo jornalismo são apreendidos pelos leitores de formas distintas e estigmatizantes, portanto chamamos os de códigos e subcódigos.

A sistematização da pesquisa se dá no campo semântico, ao ser identificado, no que se discursa sobre a violência. Como o exemplo do gráfico construído a seguir:

Gráfico 4



Fonte: Autor em conjunto com o Prof. Dr. Walter R. Marschner (2015).

O gráfico representa que há uma esfera pública constituída quando tentamos sistematizar a pesquisa. Os códigos que compõem o campo semântico na parte central do gráfico, já os subcódigos fazem relação com este campo, e são termos que representam. Com esta noção podemos verificar que há um campo semântico que é composto por um fluxo que inicia nas representações sociais e vai até a esfera pública. A tabulação apresenta a esfera pública diante de todo este contexto apresentado acima. Vai ao encontro ao que chamamos de construção simbólica da realidade que é composta por códigos, sendo estes de processo ou de definição de situação.

2.3.2. Códigos de Processo e Código de definição de situação: sistematização das RS - Bogdan & Biklen (1994, p.225) referem-se a “códigos de processo” a codificação de palavras e frases que facilitam a ordenação dos acontecimentos durante a pesquisa. Para a utilização de tal método o pesquisador deve ver a pessoa, grupo e organização ou atividade

num contínuo temporal e perceber a mudança que ocorre numa sequência de pelo menos duas partes.

O exemplo dos códigos de processo são todos os fragmentos de notícias que compõem um campo semântico relacionado à violência, cujas palavras que abordaremos carregam significados específicos e que podem traduzir esta investigação sobre o que está sendo estigmatizado diante dos jovens indígenas. Os critérios de classificação das palavras incidem diretamente na confecção destes campos.

Dessa forma, é por isso que junto aos códigos de processo, também se somam os “códigos de definição da situação”, que para Bogdan & Biklen (1994) são conjuntos de códigos em que os sujeitos são definidos a partir de expressões contidas nos fragmentos das notícias. Para os autores, isto está expresso quando entendemos que os jornalistas não se isentam de formar padrões de comportamentos. A tabulação dos códigos obedece ao critério do número repetições dos mesmos nas diversas notícias coletadas.

O método requer a utilização de códigos que apontamos anteriormente, para compreender a composição do campo semântico. Sendo as ações, caricaturadas pela mídia, os códigos partem de processos de ações e definições de situação. Aqui os códigos de processo oferecem a partir de signos subjetivos e teóricos, a partir da quantidade de vezes que as palavras se repetem nas notícias. É assim que é criado tal campo, por isso estas palavras definidas neste campo a partir de um processo hermenêutico traz a necessidade de utilizar a verificação das representações sociais destes termos como já discutimos no primeiro capítulo desta dissertação. É utilizado como método, para discutir como é formado esse campo semântico.

CAPÍTULO III – O CAMPO SEMÂNTICO QUE REPRESENTA A VIOLÊNCIA NA MÍDIA: PROCESSOS DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE OS JOVENS INDÍGENAS

Para escrever neste capítulo sobre o que denominamos “campo semântico”, se faz importante compreender como pudemos construir este conceito nesta dissertação. O campo semântico é tratado no singular porque é referente ao discurso feito na mídia sobre a violência. Faz alusão aos significados que a informação é caracterizada pela constituição de termos ou significados que se repetem no discurso midiático, formando um campo de representações sobre o jovem indígena.

Determinamos aqui refletir tal construção simbólica da violência chamando-as de códigos (*segurança, homicídios, violência sexual, alcoolismo, suicídio e conflito de terras*) que se apresentam como campo semântico nos artigos jornalísticos. A composição destes códigos se deu a partir da pesquisa feita em que o número de termos recorrentes, como observamos no Anexo 1. A estes são vinculados subcódigos: (*furtos, presos, drogas, crimes, armas, brigas, prostituição, estupro, atropelamento, bebida, noite, morte, aldeia, comunidade, FUNASA³¹, FUNAI³², doença, estrada, jovens, estudante, afogado, não índio, cadáver, reserva*) fazendo referência ao espaço, tempo, identificação e contexto destas representações da violência. Estes seis códigos e vinte e quatro subcódigos surgiram a partir do contato com as notícias de cunho policial dos jornais *O Progresso, Douranews* e no recorte temporal entre 2010 a 2013, como produto da reflexão daquilo que foi produzido diante do contato feito com as notícias. Os dados do jornal *Ajindo* estarão presentes como forma de contraste a produção midiática pesquisada, pois, tal periódico é escrito pelos próprios jovens indígenas. Formando, assim, um arca bolso para uma crítica à problemática da violência desenvolvida pela mídia.

³¹ Fundação Nacional de Saúde.

³² Fundação Nacional do Índio.

Certamente, este capítulo não esgota o universo das representações sociais da violência, porém os termos elencados respondem a proposta que é decifrar esta construção de uma realidade proporcionada pelos MCS.

O acervo de 231 notícias do jornal *O Progresso* e 80 notícias do veículo da internet *Douranews* são classificados como códigos e subcódigos considerando o grau de incidência, a recorrência dos mesmos nas notícias, formando então o que denominamos de campo semântico.

Para entender melhor como irão se distribuir esses termos passaremos a compor uma apresentação tabulada da relação dessas palavras encontradas. Esta relação funciona da seguinte maneira: Segurança (comunidade, furto, preso, reserva); Homicídio (morte, crime, noite, armas, brigas, atropelamento, cadáver); Alcoolismo (drogas, estudante, afogado, não-índio, bebida); Violência Sexual (estupro, prostituição); Suicídio (jovens, FUNAI); Conflito de terra (estrada, doença, FUNASA, protesto). Chegamos a esta configuração a partir da tabulação das notícias atribuindo assim códigos e subcódigos.

Não são todas as notícias que apresentam expressamente o termo “jovem” ou “adolescente”, por isso consideramos também as notícias que são acompanhadas da expressão da idade da vítima ou autor da violência noticiada. Neste capítulo apresentaremos como as notícias se relacionam em expressões e incidências. E também como constroem este processo de representação social da violência do jovem indígena, neste processo que é de estigmatização de seu papel social.

O termo violência aparece nos textos jornalísticos diversas vezes. Nosso objetivo é traçar dentro do campo semântico as expressões que apresentam e representam a violência na mídia. Ou seja, um conjunto de códigos que podem integrar e formam este campo. Estes códigos foram elencados por conta da quantidade de termos que apareceram nas notícias pesquisadas. São códigos que representam a violência: a *segurança*, os *homicídios*, a *violência sexual*, o *alcoolismo*, *suicídio* e *conflito de terras*.

Neste primeiro momento estaremos conectando estes códigos que formam o campo semântico e representam a violência, e, em um segundo momento na composição dos códigos que apresenta o campo semântico do discurso. Por isso, estas representações sociais da violência possuem subcódigos, apresentados aqui segundo sua incidência.

Ao representar esta relação da pesquisa se faz importante apresentar os fragmentos que representam os jovens indígenas. Porque é a partir do tratamento destas notícias que

observamos as RS da violência que envolve os jovens indígenas neste processo contínuo de estigmatização.

3.1. *Comunidade, Furto, Preso e Reserva. Os subcódigos de segurança*

O código *segurança* aparece em 22 notícias pesquisadas. Pensar segurança sociologicamente para Barreira e Adorno (2010, p. 295) é “compreender as condições históricas no Brasil que favoreceram a afirmação de políticas de segurança declaradamente repressivas e inquisitoriais”.

Zaluar (1999, p. 15) aponta a partir das estatísticas criminais um dualismo entre políticas de proteção de direitos humanos e as políticas de segurança.

Daí a ênfase no papel da mídia impressa e eletrônica, dissimulando imagens de medo e insegurança. “A relação numérica entre de um agente de segurança público para cinco agentes de segurança privada”. (BARREIRA e ADORNO, 2010, p. 307)

Em Bauman (2003) a segurança é relacionada ao conceito de comunidade. Descreve que há um desequilíbrio entre segurança e liberdade na noção da comunidade moderna. E em específico a segurança como a liberdade nunca vem na mesma medida, e por isso, não se pode acessar as duas ao mesmo tempo. Sociologicamente pensando, segurança é também contrapor e compor a liberdade. Para Bauman (2003), a segurança sem liberdade equivale à escravidão, a liberdade sem segurança equivale a estar perdido.

O seguinte fragmento de notícia apresenta como o termo segurança é desenvolvido nas notícias que envolvem as populações indígenas: “*Três pessoas foram mortas em menos de 24 horas, na cidade de Dourados. O mais violento aconteceu na Aldeia Jaguapiru*³³”. “*Lideranças indígenas aproveitaram do acontecimento para cobrar das autoridades providências quanto à **segurança**. (...) que fazem parte do cotidiano da **comunidade indígena**”³⁴.*

Relacionando a notícia com a proposta de trabalhar segurança como um código, refletimos como a ideologia da mídia e a tensão entre liberdade e segurança na formação de comunidade tem sentido na abordagem que faremos. O que fica evidente é que a notícia propicia maior valor ao ato violento ocorrido na Aldeia Jaguapirú em detrimento de outras mortes ocorridas na cidade de Dourados. O tratamento sobre como esta notícia estigmatiza

³³ A escrita dos termos reproduz fidedignamente como se apresenta na edição original do jornal *O Progresso*.

³⁴ “*Três são mortos na grande Dourados*”; *O Progresso*, 10 de março de 2011, n° 11150. (grifo nosso)

os indígenas será observado no item 3.3 deste capítulo. Por isso apresentamos a partir dos artigos jornalísticos a violência.

*“Falta **segurança** efetiva, que há mais de dois anos não acontece nas aldeias (...). Quando não resta mais nada para trocar os índios começam a **roubar** por causa da droga (...). A **comunidade** toda sabe onde ficam estes locais de revenda de entorpecentes. (...)As crianças, **adolescentes e jovens** são usados por traficantes como distribuidores. Disk entrega e outras formas de venda de **drogas** é fácil de se manter numa **terra sem leis**”³⁵.*

Esta notícia apresenta o exemplo da segurança ligado ao sentido da segurança pública, e a ação do indígena frente ao contexto das drogas. O destaque dado ao roubo apresenta o que chamamos de subcódigos. Assim como o termo comunidade é um subcódigo e será desenvolvido em um item posterior. O importante é ressaltar que ambas notícias apresentam o indígena e o local que eles vivem como um lugar com ausência de segurança no sentido dos direitos humanos e repleto por outras características da violência.

Encontramos 31 expressões em *O Progresso* e 3 no *Douranews*. O porquê de discutir comunidade como subcódigo de segurança se dá na informação da seguinte tabela.

Tabela 1.

Segurança	Comunidade	Furto	Preso	Reserva
O Progresso	96	44	124	107
Douranews	35	6	44	31
Total de expressões	131	50	168	138
Total de incidência (n° de artigos)	17	3	5	12

Fonte: Autor (2015)

Estes subcódigos na tabela apresentam o número de expressões que as notícias trazem sobre cada um deles. Aqui a expressão pode aparecer mais de uma vez no mesmo artigo, por isso, o número é mais elevado que o quadro denominado Total de incidência³⁶.

Obedecendo tal Tabela 1, obtemos na relação segurança com outros termos a seguinte composição de notícias correlatas: *indígena* 22 (vezes), *índio* 15, *aldeia* 15 e *violência* 14. Observamos que outros códigos e subcódigos têm relação com o termo segurança. Para discutir o que promove estas representações iremos apresentar os subcódigos e os fragmentos que explicitam estas representações.

a) *Comunidade*: contém 131 expressões ao todo no corpo das notícias pesquisadas, sendo 17 notícias que se relacionam diretamente com *segurança*. É o que podemos observar em que a notícia torna claras as representações sociais feitas da noção de comunidade

³⁵ “Dourados tem 40 bocas de pó em aldeias”; *O Progresso*, 9 de junho de 2011, n° 11225. (grifo nosso)

³⁶ Vide, Anexo 2

indígena. O jovem e o adolescente indígena são apresentados como agente da ação criminal, porém o termo comunidade aqui é apresentado diante da expressão segurança e no sentido de falta de segurança.

Para Bauman (2003) a comunidade é fundada em uma noção de um lugar em que as relações estabelecidas se dão em um oposto a noção da ausência de segurança. A falta de segurança está apropriada da noção de gueto, que são lugares reais de onde não se pode sair, verdadeiras prisões que implicam a negação da liberdade para aqueles excluídos e marginalizados. A notícia apresenta em seus fragmentos as expressões de um lugar em que a liberdade é narrada como uma forma cerceada, diante de uma terra sem leis.

*“Em entrevista, a vice-PGR afirma que o problema das **comunidades** indígenas está intimamente ligado à insuficiência de terras. (...) O que a senhora pensa sobre uma opinião corrente de que não adianta dar terra para os índios se eles não vão utilizá-la para a produção agrícola? É uma visão preconceituosa e não corresponde à realidade dos fatos. (...) não se pode ignorar a questão da **segurança pública**”³⁷.*

Por mais que haja uma fala representando a questão do conflito de terras como motivador, como abordamos no item anterior deste capítulo, a questão é que a expressão segurança aparece nas notícias como forma de estigmatizar os indígenas.

A notícia segue estigmatizando os indígenas diante da questão da segurança pública em detrimento da comunidade.

Muitas expressões apresentam a ausência de segurança nas aldeias ou a tentativa de manutenção na comunidade. Bem como o termo segurança aparece como referência de empresas de segurança na questão latifundiária (conflito pela terra) e também como grupo de segurança organizado pelos próprios indígenas. *“Uma empresa de **segurança privada** que atuava em Dourados tenha seu registro cancelado. (...) é acusada de executar ataques contra **comunidades indígenas**”³⁸.* O conflito de terras é recorrente nas notícias que apresentam também comunidade e segurança, portanto o jovem indígena tem representações sociais bem definidas pela mídia. É o que observaremos no próximo subcódigo.

b) *Furto*: Encontramos um total de 50 expressões pesquisadas para este subcódigo sendo que 3 notícias incidem com o código de segurança. Porém a relação com o subcódigo preso tem 16 notícias e tem relação suficiente diante dos seguintes fragmentos e outros subcódigos que formam o código segurança:

³⁷ “A reserva de Dourados é talvez a maior tragédia conhecida na questão indígena em todo mundo”; *Douranews*, 30 de novembro de 2010. (grifo nosso)

³⁸ “MPE pede fim de empresa de segurança”; *O Progresso*, 30 de agosto de 2013, nº 11876. (grifo nosso)

*“Para reivindicar **segurança** na Reserva (...). As famílias estão apavoradas com a situação, já que eles perderam a liberdade de transitar pelas estradas vicinais onde vem ocorrendo **assaltos** à mão armada”³⁹.*

O discurso recorrente sobre furto, aqui expressado como assalto apresenta textualmente o posicionamento da comunidade ou família frente à perda da liberdade. O subcódigo furto aqui é representado e conectado com outros subcódigos. Na relação em que a possibilidade de entender este discurso como resultado de criminalidade, para Machado e Porto (2015) isto é uma construção social e torna-se fundamental compreender os processos que leva a esta criminalização ou a formação deste imaginário das representações.

São estes discursos que produzem ao indígena a expressão furto como uma prática recorrente do cotidiano indígena ligado a outras representações, como exemplo:

*“viver **índios guaranis** kaiowás e terenas, que estão entre os povos mais ameaçados do Brasil.(...) Você tem uma população submetida a um índice de violência extremo. (...) tráfico de drogas é o carro chefe de uma série de outros delitos que são que são consequência: violência doméstica, **furtos**, **roubos** (...).Nós procuramos o homem que teria comprado a menina, mas ele não foi encontrado. A Índia, hoje com 15 anos, vive em uma casa de proteção ao **adolescente**.”⁴⁰.*

Constrói-se o imaginário de um universo regido pelo mundo das drogas. A jovem ou adolescente indígena é retratada como mercadoria, expressa uma barbárie. Retomando os processos civilizatórios de Elias (2011), há sempre uma sociedade que irá representar a legitimidade de segurança em face de uma alteridade. Aqui no caso os jovens indígenas são vistos como agentes deste universo bárbaro em relação aos códigos que são descritos para a mídia.

*“Um indígena de **25 anos** foi morto a tiros na madrugada de ontem. (...) Desconfiados da atitude suspeita do indígena, já que frequentemente índios são flagrados transportando drogas ou de posse de produtos de **furtos** na cidade”⁴¹.*

Esta notícia apresenta expressões que representam o jovem indígena. O texto caracteriza de forma generalizada os jovens indígenas, quando afirma que frequentemente são flagrados transportando drogas ou na posse de furtos. Um evidente processo estigmatizante.

³⁹ “Cacique denuncia violência na aldeia”; *O Progresso*, 8 de abril de 2011, nº 11175. (grifo nosso)

⁴⁰ “Conflito entre índios de Dourados é destaque no Fantástico”; *Douranews*, 31 de janeiro de 2011. (grifo nosso)

⁴¹ “Índio ataca policiais e acaba morto”; *O Progresso*, 23 de junho de 2010, nº 10942. (grifo nosso) (vide anexo 7)

A segurança novamente é retratada na figura do jovem indígena. O termo furto, portanto, é retratado também em um conjunto de expressões como: furto, roubo e assalto, desdobrando-se na questão do latrocínio, como veremos a seguir no subcódigo *preso*.

c) *Preso*: contém ao todo 168 expressões pesquisadas e em 5 notícias este termo as incide com o código segurança. Utilizando a tabela do anexo 2 observamos que este subcódigo tem incidência com outras expressões como: indígena, aldeia, armas, crime, índio e morte. Isto significa que este subcódigo tem relação com outros códigos e subcódigos aqui elencados.

A notícia a seguir comprova esta relação entre os subcódigos furto e preso: “*Polícia prende assassino de indígena. (...) O jovem (...), de 20 anos, foi preso pela Polícia Civil de Dourados. (...) foi acusado de latrocínio (roubo seguido de morte)*”⁴². É recorrente o discurso de segurança quando há a intervenção da Polícia diante do indígena acusado do latrocínio. A questão é que o jovem aqui é colocado como Benites (2014) questiona a padronização perceptível da estrutura das notícias que envolvem os indígenas.

É o caso da notícia que segue e que fornece estereótipos recorrentes:

“*uma jovem de 18 anos foi autuada como usuária de entorpecente apreendida uma arma de fogo e duas motocicletas, que apresentavam sinais de adulteração e, possivelmente, são frutos de roubo.*”⁴³.

Novamente aqui a notícia expressa os termos *jovem*, *autuada* na figura expressiva de prisão e *roubo*. Todos estes subcódigos fazem referência à questão da segurança que é um código recorrente e que representam a violência ao relacionar os jovens indígenas.

Portanto, estes fragmentos demonstram a variedade de expressões que caracteriza preso como um subcódigo que pertence à discussão de segurança. Desta relação de notícias temos os subcódigos: preso e reserva que incidem 19 vezes.

d) *Reserva*: possui 138 expressões ao total tendo como incidência de notícias junto ao código o total de 12 notícias. Pensando também estas representações no que determina a relação com os subcódigos que compõe o que pensamos por segurança. Como ordem⁴⁴ de incidência tem: *indígena*, *aldeia*, *morte*, *armas* e *comunidade*. Este último subcódigo incide em 30 notícias.

⁴² “*Polícia prende assassino de indígena em Dourados*”; *Douranews*, 31 de janeiro de 2012. (grifo nosso)

⁴³ *Ibid.*; *Douranews*, 16 de agosto de 2011. (grifo nosso)

⁴⁴ Vide, Anexo 2.

“A **reserva** de Dourados é talvez a maior tragédia conhecida na questão indígena em todo o mundo, (...) Essa **reserva** foi estabelecida no início do século passado”⁴⁵. *Reserva* é uma expressão que possui um significado específico e que nos remete a conhecer e interpretar os indígenas. Quando se refere a maior tragédia conhecida na questão indígena, está afirmando uma situação que estigmatiza a reserva como um lugar avesso a segurança. Por mais que esta afirmação não é do jornalista, mas, de uma autoridade. A expressão para uma possível reflexão sobre a questão do conflito de terras já apresentamos no primeiro item deste capítulo.

Porém, as notícias que seguem apresentam reserva nas seguintes representações: “Polícia Federal começa a “limpar” **reserva** indígena. (...) **Prisão** de indígenas traficantes. (...) Força Nacional de **Segurança**, surpreendeu as aldeias”⁴⁶. Em primeiro lugar a representação de um lugar *sujo* por conta da falta de segurança e recorrentes representações da violência apresentadas aqui.

Em pesquisa realizada anterior a esta dissertação, Duarte (2013) afirma que o caráter da sociedade ocidental atribuiu aos atores sociais o que é violência como fruto de um imaginário construído. Imaginário que assume conteúdos simbólicos numa sociedade. Aqui temos a relativização do sentido da comunidade e da reserva diante do discurso recorrente da demanda de mais segurança. “Ruas de **Reserva** Indígena (...) principais ruas da **reserva** indígena, (...) a preocupação das lideranças é com a **segurança**”⁴⁷. Este fragmento expressa como as notícias representam os jovens indígenas, bem como os indígenas em um processo generalizante do lugar onde vivem como um não lugar. Moscovici (2003) trata as representações sociais como palavras e imagens que se apresentam naquilo que nos rodeia. Ou seja, na convenção dos objetos e prescrição dos fenômenos sociais as representações são repensadas, recitadas e rerepresentadas. O imaginário construído pela mídia constitui este processo.

Os subcódigos *comunidade* e *reserva* apresentam relações importantes para compreender estas representações dos jovens indígenas. Como observamos os discursos ligados à ausência de segurança, nos permite relacionar códigos e subcódigos constituídos de significados que marginalizam o indígena. Tanto a noção veiculada pela mídia de

⁴⁵ *Ibid.*; *Douranews*, 30 de novembro de 2010. (grifo nosso)

⁴⁶ “Polícia Federal começa a “limpar” reserva indígena de Dourados”; *Douranews*, 10 de junho de 2011. (grifo nosso)

⁴⁷ “Ruas da Reserva Indígena poderão ter luminárias”; *O Progresso*, 13 de janeiro de 2010, nº 10814. (grifo nosso)

contrapor comunidade com falta de segurança e reserva como uma tragédia, um lugar impuro. Existem adjetivos se relacionam a estigmatização.

O subcódigo *furto* é enfatizado ao demonstrar o local onde vivem os indígenas. Reforçando o imaginário sobre como é interpretada e reproduzida o código segurança. É assim acrescido o termo *preso* que remete ao conceito de *liberdade* em Berger e Luckmann (2004) que tal noção chegou a ser suposta como certa em uma sociedade e não em outra. Ou seja, como a “realidade” é mantida em uma sociedade e como não é mantida nas outras. Estas questões é que nos fazem partir para a discussão do próximo conjunto de subcódigos que irão trazer a relação com o homicídio que concebem estes jovens indígenas.

3.2. Morte, Crime, Noite, Armas, Brigas, Atropelado e Cadáver. Os subcódigos do homicídio

Compreendemos como código *homicídio* os desdobramentos das notícias que tratam sobre violência nas 80 notícias pesquisadas. Encontramos 88 expressões em *O Progresso* e 31 no *Douranews*, totalizando 119. Para discutir tal código faz-se necessário entender que não pretendemos distinguir a diferença entre os tipos de homicídios e contabilizamos também o que textualmente aponta para as tentativas de homicídio. Mas apontar para a repetição do termo homicídio faz-se necessário para compreender como o pensamento sociológico aborda o homicídio.

Durkheim trata como um ato imoral por excelência tanto o assassinato como o roubo. Observamos que o conceito de homicídio está ligado ao conceito de crime. “Quando nós representamos o criminoso, é sempre sob o aspecto de um homem que atenta contra a propriedade ou a pessoa do outro” (DURKHEIM, 2002, p. 154). Explica que a sociedade ao constituir um tipo de delinquente, esta denominando um tipo de homicida ou ladrão.

Ao representar o homicídio, Silva (2007) atenta para a análise sociológica o princípio de que não há um crime de homicídio, porém vários crimes de homicídios. Para a pesquisadora as tipologias são dadas pelos fatores estruturais e individuais, ou seja, os homicídios se enquadram nos limites de agressividade do homem o que permite entendê-la como protótipo da ação social weberiana.

Por se tratar de uma ação humana o homicídio para Fausto (1984) é considerado crime em diferentes sociedades. Segundo ele o estudo sobre o homicídio abre caminho para melhor percepção e compreensão dos valores básicos de uma sociedade. Afirma em seu

trabalho *Crime e Cotidiano* que os instrumentos utilizados na prática do homicídio são indicativos dos padrões da atividade cultural, é determinada como maior ou menor em relação com a democratização do porte de armas.

Tavares (2016) aponta que o conceito de homicídio tem profundo significado social quando é um reflexo dos problemas existentes na sociedade, relacionado à desigualdade, corrupção, presença do crime organizado. Ou seja, os discursos sobre os homicídios também são representações sociais da violência, por que se dão conta do sistema de vida das pessoas. A partir da comunicação, há uma ação estratégica para que o homicídio não seja um fenômeno apenas observado e noticiado, mas reproduzido pela linguagem. Compreende que o homicídio como representação da violência, se dá na sociedade pelo mundo da vida e sistema do discurso. Significa que o homicídio passa pelo agir comunicativo e pela ação estratégica do discurso, ou seja, os planos traçados pela linguagem como estratégica de ação da violência para atingir os planos a partir de seus interesses.

Diante dos apontamentos sobre o código homicídio, podemos contextualizar que a linguagem se adapta a composição do campo semântico:

*“de pobreza e **violência** bastante crescente, (...). Se antes era comum assistir pela mídia (...), o que se vê hoje é uma série de **crimes**, **assassinatos**, violências barbaras (...). foi **morta** e arrastada. (...) O número de **homicídios** se mantém (...) foram dez **mortes** e (...), vinte **mortes**.”*⁴⁸

Estes fragmentos de uma notícia apresentam como o homicídio é relacionado e apresentado quando se refere ao indígena. Encontramos aqui a constituição do delinquente utilizando a noção de Durkheim (2002) quando se refere ao tipo de homicídio e também as estatísticas apresentadas na notícia. O termo *violência bárbara* também refere-se ao que Fausto (1984) retrata como valores de uma sociedade na instrumentalização dos homicídios. Porém, quando se refere à situação comum representada pela mídia aos indígenas, o que segue é um contexto de linguagem. Tavares (2016) trata o homicídio provocado pelo reflexo de problemas sociais que tem profundo significado social na imprensa. É o caso do fragmento a seguir.

*“O **crime** aconteceu no quintal da casa da vítima (...). que também mora na aldeia, onde encontrou o **machado** utilizado no **crime** (...). A polícia tenta localizar o suspeito do **crime** (...), cumpriu pena por **homicídio**”*⁴⁹.

⁴⁸ *Indígenas temem aumento da violência durante festas de final de ano; Douranews, 11 de dezembro de 2010. (grifo nosso).*

⁴⁹ *“Mulher é morta a machadada na Aldeia Bororó”; O Progresso, 15 de fevereiro de 2013, nº 11713. (grifo nosso).*

Esta segunda notícia reforça a importância de entender o homicídio como um código formador do campo da mídia, quando retrata a violência. Assim como Fausto (1984) referem-se os instrumentos utilizados na prática do homicídio, são indicativos dos padrões da atividade cultural. A questão a salientar é que a imprensa cria estes padrões sobre a cultura indígena. Como observam Machado e Porto (2015) os homicídios são dados como construções sociais na mídia, que compreendem os processos sociais que levam a criminalização, direcionada preferencialmente o discurso a um grupo de indivíduos mais do que outros.

Ambas as notícias apresentam o indígena e o representam como agente da violência diante do código homicídio. Portanto, no campo semântico que contextualiza o indígena neste processo é relevante descrever o *homicídio* como código:

Tabela 2.

Homicídio	Morte	Crime	Noite	Armas	Brigas	Atropelado	Cadáver
O Progresso	317	166	92	258	34	17	6
Douranews	121	44	24	73	7	11	3
Total de expressões	438	210	116	331	41	28	9
Total de incidência (nº de artigos)	57	56	29	61	15	4	6

Fonte: Autor (2015)

Os termos *morte*, *crime*, *noite*, *armas*, *violência*, *brigas*, *atropelado*, *cadáver*, se exibem a partir da incidência com o código homicídio nas notícias, como observamos na tabela a seguir.

Estes números apresentados acima referem-se as expressões encontradas e também a quantidade de notícias que se relacionam com homicídio. Tal código incide nos seguintes subcódigos: *indígena* 76, *aldeia* 70, *armas* 61, *morte* 57 e *crime* 56 expressões. Podemos observar que há vários subcódigos que aqui aparecem. Reflete diante do código que estas incidências tornam a discussão sobre homicídio significativa para se pensar os subcódigos que representam os jovens indígenas.

a) *Morte*: com o total de 438 expressões no corpo das notícias pesquisadas, este subcódigo pertence ao código *homicídio* por conta de incidir em 57 notícias. Sobre a quantidade de incidência, o termo morte apresenta a seguinte ordem: indígena, aldeia, armas, índio, crime e jovem. Observamos a incidência com subcódigos pertencentes a outros códigos, este termo forma representações sociais que no código homicídio justificam a reflexão que estão nos seguintes fragmentos de notícias:

*“a índia (...), de 21 anos, tinha **morrido** apedrejada (...). E acabou **morrendo** (...). a taxa de **homicídio** entre os guarani-kaiowá. (...) Solucionando a questão das terras, a gente cria um ambiente favorável para diminuir essa situação de violência que acontece tanto dentro das comunidades como também contra os próprios indígenas”⁵⁰.*

Estes fragmentos de uma notícia representam novamente os indígenas em relação com a violência. A morte aqui é tratada a partir de uma linguagem repetitiva e para Agamben (2000) ela insinua, por persistir em pronunciar o sentido, um extermínio e extinção de um grupo ou sociedade. Assim como o fundamento da violência parece ser a implicação do agir humano, o autor relata a recorrente linguagem da morte está na construção de um roteiro mitológico e usual, formando assim um estado de exceção ou estado de morte.

Por mais que se percebe na continuidade do fragmento a possível solução para diminuir a situação de violência e morte entre os indígenas. As notícias que expressam ‘morte’ são recorrentes:

*“Adolescente indígena é **assassinado** (...). Mais um **homicídio** aconteceu na aldeia Bororó (...). ele foi atacado por dois irmãos, também **adolescentes**, que residem na aldeia (...). acabou **morrendo** no local.”⁵¹.*

A expressão morte aqui aparece como assassinato. Distante de tentar conceituar o que significa assassinato, nos vale refletir como a textualmente se expressa “mais um homicídio” representando um tom de naturalidade dos fatos ocorridos na aldeia. Estas expressões se tornam recorrentes na mídia.

*“foram **assassinados** 51 (...). o equivalente a **morte** de um indígena por semana (...). Dos 51 **mortos** no ano passado (...). uma taxa de **homicídios** de 100. (...) Chama atenção o fato de o **suicídio** envolver, sobretudo, pessoas **jovens** e até muito jovens. Das vítimas, 6 eram menores, havendo uma concentração de casos na faixa de 15 a 19 anos,”⁵².*

Mesmo as notícias que vão apontar os dados ligados à violência, apresentados por organismos indigenistas, apresentam a figura do jovem expressa e representam com o seguinte discurso “pessoas jovens e até muito jovens”. O estado de exceção em Agamben (2000) toma sentido ao se perceber a padronização de conteúdos nos jornais locais. Expressa que a morte de indígenas é classificada como violência entre os índios. É o que encontraremos no próximo subcódigo.

b) *Crime*: com 210 expressões encontradas e com 56 notícias relacionadas diretamente com o código homicídio, este subcódigo tem incidência considerável para se

⁵⁰ *Ibid.*; *Douranews*, 31 de janeiro de 2011. (grifo nosso)

⁵¹ “Adolescente indígena é assassinado na Aldeia Bororó”; *Douranews*, 2 de janeiro de 2012. (grifo nosso)

⁵² “Cimi aponta que em 2011 foram assassinados 51 indígenas”; *Douranews*, 13 de junho de 2012. (grifo nosso)

pensar a composição das representações sociais ligadas à violência. Como incidência temos a seguinte ordem⁵³: *indígena, aldeia, arma, morte, índio e homicídio*. Portanto, *arma* e *morte* faz uma significativa relação de notícias com o subcódigo crime, assim como o código homicídio. Tomamos como exemplo duas notícias que relacionam estas representações.

*“Mais um **homicídio** aconteceu na Aldeia Bororó, em Dourados, no início da **noite** de ontem. (...) Um dos **jovens**, apontados como autor do **crime**”*⁵⁴. *Adolescentes de 15 e 17 anos que alegaram legítima defesa foram indiciadas por **homicídio** e liberadas (...) na noite do **crime** (...), indiciadas pelo **crime** de **homicídio** (...). o **crime** aconteceu por volta das 23h”*⁵⁵.

Observamos o exemplo dos termos recorrentes em ambas notícias. A expressão crime está acompanhada de expressões como homicídio, jovem e principalmente a expressão noite ou a identificação do período do crime. As representações sobre a expressão *noite* veremos a seguir. A questão é que os crimes são apresentados na relação direta com os jovens e adolescentes. Segundo Machado e Porto (2015), existem processos sociais que levam a criminalização direcionada a um grupo de indivíduos específicos.

*“Um menino de 12 anos foi esfaqueado por um **adolescente** de 17 anos durante uma briga (...). a denuncia do **crime** (...). quando o **crime** aconteceu (...). a **faca** utilizada pelo suspeito”*⁵⁶. *“92% de **homicídios** de indígenas foi praticado pelos próprios índios (...) indígena como autor do **crime** (...). informações sobre os **homicídios** de indígenas (...). as informações disponibilizadas pelo Governo estadual evidenciam que o consumo de álcool é o principal motivo dos **crimes** (...). naquele ano os autores dos **crimes** são também indígenas”*⁵⁷.

Tanto na notícia que narra um homicídio e outra que apresenta a opinião da FAMASUL que é uma instituição ruralista. Trabalham com as representações sociais da violência voltadas diretamente para a ação do indígena.

Durkheim (2007) conceitua o crime como uma ação contrária aos costumes e moral e a lei de uma sociedade. Pode ser legalmente punida e reprovada numa consciência coletiva. Ele afirma que não há nenhuma sociedade onde não exista o crime, portanto, é o crime normal porque a sociedade isenta deste fenômeno seria inteiramente impossível. Este conceito não nos permite discutir a sua normalidade ou não na sociedade, o que nos faz entender é que o crime não pode ser reduzido a uma linguagem seja esta jurídica ou midiática.

⁵³ Vide Anexo 2.

⁵⁴ *Ibid*; *Douranews*, 2 de janeiro de 2012. (grifo nosso)

⁵⁵ “*Irmãs confessam assassinato de índia*”; *O Progresso*, 14 de junho de 2010, nº 10943. (grifo nosso)

⁵⁶ “*Adolescente de 17 anos esfaqueia menino em aldeia*”; *O Progresso*, 27 de fevereiro de 2012, nº 11434. (grifo nosso)

⁵⁷ “*92% de homicídios de indígenas foi praticado pelos próprios índios*”; *Douranews*, 19 de junho de 2013. (grifo nosso)

O subcódigo *crime* contém representações sociais sobre os jovens indígenas e os estigmatizam. Nesta construção do imaginário é que iremos apresentar a importância de se trabalhar o subcódigo *noite* nestas sequencias.

c) *Noite*: é importante ressaltar que esta expressão não é exclusivamente relacionada com o código homicídio. Porém, das 116 expressões pesquisadas, incide em 29 notícias neste código. Por incidência, este subcódigo relaciona⁵⁸ se com: *aldeia, indígena, arma, morte, crime e jovem*. Aqui encontramos novamente relação importante para discutir as representações sociais no código *homicídio*.

*“A violência dominou nas aldeias de Dourados neste final de semana. (...) Um indígena de 25 anos foi morto a tiros na madrugada de ontem (...)”*⁵⁹. *“Um indígena de 18 anos, morador na aldeia bororó, foi agredido com uma facãozada. (...) das 3h daquela madrugada (...). o crime aconteceu na madrugada”*⁶⁰. *“levou duas facadas no peito na noite de sábado. (...) Pai e filho foram presos em flagrante, acusados de tentativa de homicídio.”*⁶¹. *“na madrugada de ontem (...). As vítimas foram encontradas esfaqueadas na madrugada de domingo”*⁶².

A expressão *madrugada* ou *noite*, carrega o significado de tempo ou período como subcódigo das narrações que se apresentam. Porém, a recorrência dos termos *noite* ou *madrugada* apresentam a forma padronizada, que segundo Benites (2014) relaciona-se à construção da notícia sobre o indígena. O discurso apresentado é acompanhado também das expressões que vão determinar o crime. As representações se dão no tipo de arma que é utilizado bem como os personagens que são envolvidos nos crimes, no caso os jovens indígenas.

A justificativa de aparecer à expressão *noite* aqui em conjunto com o código *homicídio*, se deve ao discurso recorrente que as notícias trazem. Apresentamos a relação dos subcódigos *morte* e *crime* no corpo do texto e apresentamos também a incidência de *armas* e *brigas*, que compõem este código. A representação de um lugar sem segurança, conforme destacado no primeiro código das expressões que representam o jovem indígena. Relaciona-se um lugar violento à noite, momento em que os indígenas se relacionam com a violência.

d) *Armas*: com 331 expressões ao todo e 61 notícias que incidem no código homicídio. Este subcódigo apresenta relevante contribuição para pensar as notícias que

⁵⁸ Vide, Anexo 2.

⁵⁹ *Ibid.*; *O Progresso*, 23 de junho de 2010, nº11544. (grifo nosso)

⁶⁰ *Ibid.*; *O Progresso*, 15 de março de 2010, nº10863. (grifo nosso)

⁶¹ “Pai e filho são acusados de esfaquear indígena”; *O Progresso*, 19 de junho de 2012, nº 11525. (grifo nosso)

⁶² “Três suspeitos de duplo homicídio estão presos”; *O Progresso*, 21 de maio de 2013, nº 11790. (grifo nosso)

representam os jovens indígenas por constar a seguinte relação⁶³: *indígena, aldeia, morte, crime, índio, noite e jovem*. A quantidade de notícias em que a expressão armas aparece identifica também a recorrência de como a mídia estigmatiza os jovens. É o que demonstram os seguintes fragmentos.

*“Índio leva 11 facadas, corre e pede socorro (...). Ele foi agredido com 11 golpes faca na tarde de ontem (...). A polícia checkou o nome da vítima e constatou que o indígena tem várias passagens por delegacias de Dourados.”*⁶⁴. *“e com contradições que podem alterar a penalização do fazendeiro acusado de ter atirado e matado o adolescente indígena de 15 anos. (...). O fazendeiro confessou que atirou” (...). porque ao atirar contra os três. (...) não descarta a possibilidade de enquadramento do fazendeiro em homicídio doloso”*⁶⁵.

A primeira notícia apresenta a faca como arma utilizada no homicídio, já a segunda notícia apresenta relação com arma de fogo. As duas notícias representam diferentemente a questão ligada ao homicídio envolvendo indígenas. Na primeira fala há apenas o retrato do indígena que é vítima e ao mesmo tempo é representado como criminoso. Já no segundo artigo jornalístico há o relato da morte de um adolescente indígena por um fazendeiro. Este artigo dialoga com a possibilidade de o fazendeiro ter cometido tal delito. Ambas notícias apresentam representações sociais que relacionam os jovens indígenas a violência.

Todas estas formas de representações dos indígenas admitem o que Fausto (1984) questiona sobre os instrumentos utilizados na prática do homicídio, e que são indicativos de determinada atividade cultural. Porém a relação destas representações com a prática de um imaginário determinado a um lugar atribuído como selvagem, por exemplo, recorre no discurso de notícias como a que segue: *“utilização de punhais, facas, pedaço de madeira e arma de fogo (...). apreendida uma arma de fogo (...). apreendidas 140 armas brancas”*⁶⁶. *“uma facãozada na cabeça”*⁶⁷.

O subcódigo *armas* é trabalhado a partir das expressões exemplificadas no fragmento anterior *“punhais, facas, pedaço de madeira e arma de fogo”*. Percebe-se a construção do imaginário em que o indígena é possuidor de armas e que a manipula para fins criminosos. Esta construção ganha uma característica de estigmatização significativa, porque pela força da repetição promove o que Rocha (2008) identifica como fabricação de paradigmas que detectam a realidade de cultura e formações sociais.

⁶³ Vide, Anexo 2.

⁶⁴ *“Índio leva 11 facadas, corre e pede socorro”*; *O Progresso*, 16 de janeiro de 2013, nº 11690. (grifo nosso)

⁶⁵ *“Perícia pode elucidar como índio foi morto”*; *O Progresso*, 22 de fevereiro de 2013, nº 11719. (grifo nosso)

⁶⁶ *Ibid.*; *Douranews*, 16 de agosto de 2011. (grifo nosso)

⁶⁷ *Ibid.*; *O Progresso*, 15 de março de 2010, nº 10863. (grifo nosso)

O subcódigo *armas* é relacionado ao código *homicídio*, e se relaciona com outros subcódigos aqui trabalhados. Tornam-se repetitivas as representações do local em que os indígenas vivem. É o que discutiremos na subcódigo *brigas*.

e) *Brigas*: com o total de 41 expressões pesquisadas e 15 notícias, o subcódigo ‘briga’ está no contexto do homicídio também pela quantidade de notícias que incidem. Como quantidade de incidência tal subcódigo tem relação com aldeia, indígena, armas, crime, bebidas e homicídio. Aqui os subcódigos e código apresentam relação significativa na repetição do discurso midiático:

*“Durante briga, adolescente indígena tenta incendiar rival (...). as duas participavam de uma festa, quando brigaram (...). Durante briga, adolescente indígena”*⁶⁸. *“Segundo o relatório, 19 assassinatos foram resultado de brigas”*⁶⁹. *“Quase todos os homicídios é por briga, discussão e motivos fúteis”, concluiu o delegado sobre as ocorrências nas aldeias. (...). O motivo seria uma briga em um bar (...). A razão do assassinato seria uma briga”*⁷⁰.

As duas notícias aqui apresentam a questão da briga com motivador de possíveis crimes. As representações sociais da violência na expressão *brigas* tomam sentido quando na primeira notícia envolve explicitamente a adolescente em a segunda notícia o assassinato é narrado pelo motivo das brigas. As notícias a seguir mostram como é este discurso:

*“Um menino de 12 anos foi esfaqueado por um adolescente de 17 anos durante uma briga na Aldeia Tey Kuê, em Caarapó. (...) tentava apartar uma briga”*⁷¹. *“em briga com índios (...). em uma briga com um grupo (...). o que teria culminado na briga”*⁷².

São recorrentes os termos: *adolescente*, *briga*, e a presença da utilização de uma arma. O tratamento que se dá ao homicídio encontra na notícia tais representações, assim como o discurso da briga ser a razão do homicídio. Os jovens indígenas estão ligados à briga para mídia, portanto são como representantes da violência. Retomando Silva (2007) para analisar estes textos jornalísticos a atenção deve recair para o papel da mídia numa sociedade de massas em que estão impregnados interesses políticos e econômicos.

É o que podemos discutir como as RS retratam e determinam a criação de um imaginário para uma população e cultura específica. Isto é observado no subcódigo a seguir.

⁶⁸ *“Durante briga, adolescente indígena tenta incendiar rival”*; *Douranews*, 25 de dezembro de 2011. (grifo nosso)

⁶⁹ *Ibid.*; *Douranews*, 13 de junho de 2012. (grifo nosso)

⁷⁰ *Ibid.*; *O Progresso*, 15 de setembro de 2012, nº 11599. (grifo nosso)

⁷¹ *Ibid.*; *O Progresso*, 27 de fevereiro de 2012, nº 11434. (grifo nosso)

⁷² *“Sitiante morre com flechada em briga com índios”*; *O Progresso*, 13 de abril de 2013, nº 11760. (grifo nosso)

f) *Atropelado*: aqui esta expressão aparece 28 vezes nas notícias pesquisadas e em 4 notícias incide com o código *homicídio*. Por mais que haja uma menor incidência no número de notícias que os outros subcódigos, é relevante pensar este termo como componente de campo semântico. Nesta relação de incidência a expressão *atropelado* apresenta a seguinte configuração: indígena, morte, índio, homicídio, violência e jovem. Compreendemos que o grau de relação com este código é evidente, é o que iremos observar nas notícias.

“*Jovem morre atropelada em rodovia (...). Uma jovem de 21 anos morreu atropelada, na noite de segunda-feira. (...) o motorista fugiu sem prestar socorro*”⁷³. A notícia apresenta a figura do jovem que é atropelada e morre. Neste primeiro fragmento não há nenhuma evidência aparente de estigmatização. Porém, no discurso das expressões *noite*, *morte* e *jovem*. São subcódigos aqui apresentados e noticiados diante do fato do motorista fugir sem prestar socorro.

Atropelado aqui é tomado como subcódigo, pois é apresentado de forma significativa ligada a *homicídio*, mas justificado quando tem relação junto com outro código, o *alcoolismo*. A estigmatização é evidente na notícia que segue:

“*Índigena faz graça na rodovia e morre atropelado (...). Ele estava de bicicleta em companhia de um outro jovem indígena de 15anos. Ao fazer ‘graça’ para o jovem no meio da rodovia, ele foi colhido com violência pelo veículo (...). De acordo com o jovem de 15 anos, a vítima havia bebido cachaça e estava embriagada. (...) morreu atropelado ontem à tarde. (...) Os familiares foram avisados sobre o caso, chegaram no local e demonstravam visível embriaguez.*”⁷⁴

O discurso aqui se dá na afirmação: “faz graça”. A notícia apresenta a fala do jovem indígena sobre a situação do atropelamento, bem como utiliza de justificativa a embriaguez do indígena para explicar o atropelamento. A notícia não apresenta o discurso voltado para a velocidade do carro e muito menos para outro motivo a não ser da atitude de embriaguez dos indígenas. Além da figura da vítima de atropelamento, há também o discurso de que os familiares também se encontravam em estado de embriaguez.

A estigmatização do indígena ou do jovem indígena que consome bebidas alcóolicas aqui é apresentada de forma generalizante. Veremos mais adiante outros subcódigos que relacionam a questão do alcoolismo, o que nos cabe entender é que são expressões sobre os jovens indígenas.

⁷³“*Jovem morre atropelada em rodovia em Coronel Sapucaia*”; *Dourenews*; 26 de novembro de 2013.(grifo nosso)

⁷⁴“*Índigena faz graça na rodovia e morre atropelado*”; *O Progresso*, 27 de junho de 2012, nº11532. (grifo nosso)

E a representação recorrente é que estão os indígenas condicionados a provocarem o atropelamento, como a notícia a seguir sugere.

*“Criança índia cai de bicicleta embaixo de pneu de ônibus (...). morreu depois de ser atropelada por um ônibus (...). Segundo a polícia, os pais da menina estavam alcoolizados. (...) Na delegacia, a mãe e o pai, ainda embriagados”*⁷⁵.

Recorre a ligação do atropelamento a questão da embriaguez e novamente tal expressão reaparece como justificativa. A questão que entendemos como estigmatização dos indígenas no discurso se dá na primeira oração da notícia que é o título que está estampado: “Criança índia “cai” de bicicleta embaixo de pneu de ônibus”. Esta afirmação dá por primeiro a recorrência do sentido de estado de exceção de Agamben (2000) em que há um extermínio e aqui no caso dos indígenas. Esta expressão também aponta para a ação da criança que cai embaixo do pneu do ônibus. O sentido que é justificado no corpo da notícia pelas representações sociais já recorrentes das notícias que envolvem os indígenas. Portanto, tal notícia aparece com um discurso estigmatizante e evidente desta violência que parece ser tomada a partir do agir humano em Agamben (2000).

Mesmo que apareçam notícias relacionadas a crianças indígenas diante dos fragmentos apresentados, é importante salientar a relevância de apresentar as notícias que relacionam a questão do atropelamento na construção do código homicídio. A relação com a questão de não identificação do suspeito pelo atropelamento e a fuga dos motoristas do local dos acidentes, favorece a noção de que este item é importante para se pensar como a mídia constrói a situação de morte dos indígenas.

g) *Cadáver*: encontramos 9 (nove) expressões em todas as notícias pesquisadas e incidem em 6 notícias com *homicídio*. Este subcódigo tem a seguinte ordem de incidência seguindo a tabela do Anexo 2: *morte, homicídio, indígena, arma e crime*. A relação direta com o código que pretendemos discutir e três outros subcódigos que já foram apresentadas faz com que os quatro fragmentos a serem apresentados de modo recorrente.

*“Índigena de 19 anos comete suicídio em aldeia de Paranhos (...). Ao ver o cadáver, a mulher acionou o capitão dele”*⁷⁶. *“Corpo não apresentava sinais de violência, porém o afogamento se deu numa lagoa com 1,20m de profundidade (...). O cadáver estava boiando. (...) testemunhas disseram aos policiais que viram a vítima com o irmão e outras pessoas ingerindo bebidas alcólicas”*⁷⁷.

⁷⁵ “Criança índia cai de bicicleta embaixo de pneu de ônibus”; *O Progresso*, 23 de outubro de 2013, nº 11919. (grifo nosso)

⁷⁶ “Índigena de 19 anos comete suicídio em aldeia de Paranhos”; *Douranews*, 27 de agosto de 2011. (grifo nosso)

⁷⁷ *Ibid.*; *O Progresso*, 13 de janeiro de 2010, nº 10814. (grifo nosso)

Nestes dois primeiros fragmentos o termo cadáver é relacionado a eventos que se repetem. A questão do suicídio que será tratada em outros subcódigos, aqui tem com representações sociais da violência o discurso do desconhecimento para tal fato. No segundo artigo jornalístico já há uma situação que se repete que é o discurso da utilização de bebida alcoólica para explicar a morte da indígena. Estas duas notícias representam novamente o fator do indígena como produtor de uma violência sem uma prévia reflexão sobre o contexto em que vivem.

A notícia que apresentamos agora é publicada no mesmo veículo de comunicação, porém retrata uma condição diferenciada da violência. Representações estas que diferente dos artigos recorrentes aqui já mencionados, coloca a situação indígena conectada com a violência provocada pelo conflito de terras.

*“ocultação dos **cadáveres**”⁷⁸. “Vereador e produtores rurais indiciados por assassinato de indígenas (...). As **mortes** ocorreram durante expulsão de área reivindicada pelos indígenas como de ocupação tradicional (...). ocultação dos **cadáveres** (...). Segundo o Tribunal, existem provas de que a Fazenda São Luiz pode vir a ser demarcada como **área** tradicionalmente ocupada pelos índios”⁷⁹.*

A notícia mostra especificamente o cadáver de um indígena que esta ocultada por conta da ação de fazendeiros. Esta notícia é apresentada para que possamos apreender que os subcódigos que formam o código *homicídio* derivam também deste conflito que não é noticiado de forma recorrente nas páginas policiais. O termo *cadáver* tem um significado, mas não estamos aqui querendo conceituar a palavra cadáver. A repetição desta palavra em muitas notícias nos chama a atenção. Os termos *morte* e *cadáver* aparecem relacionados à questão da demarcação de terras, assim as representações destes subcódigos sugerem que a demarcação caso seja efetuada, é colocada como causa de mais violência, independente se esta for feita pelo Estado ou pelos indígenas. O que favorece a discussão que devemos empreender em decifrar estas representações sociais.

Fica evidente como a mídia constrói o imaginário a partir dos discursos que associam de forma recorrente as expressões *morte*, *crime*, *briga* e *atropelado*. Os subcódigos *noite*, *armas* e *cadáver* contém representações significativas destes discursos que estigmatizam os jovens indígenas.

As notícias que inserem as expressões *morte* e *arma*, por exemplo, tentam compor nos discursos o indígena violento a partir dos dados. A presença do código *segurança* é

⁷⁸ “Denunciados por morte de indígenas viram réus”; *O Progresso*, 24 de janeiro de 2012, nº 11408. (grifo nosso)

⁷⁹ *Ibid.*; *Douranews*, 23 de janeiro de 2012. (grifo nosso)

presente também no código homicídio quando as notícias retratam os jovens e adolescentes como envolvidos nos crimes. Portanto, cria-se um estereótipo ligado ao comportamento dos jovens indígenas pelas notícias apresentadas. As expressões *noite* e *madrugada* se tornam um subcódigo pela quantidade de vezes que é narrada nos fragmentos. O homicídio como uma prática justificável pelo período noturno é encontrado nas notícias. O fator *noite e morte* recriam a perpetuação de um estado de exceção nas palavras de Agamben (2000).

As representações sociais focadas nos subcódigos *armas* e *brigas* reproduzem esta conectividade e recorrência dos discursos pesquisados. Ao apresentar esta gama de subcódigos, estamos cientes de que eles aparecerão nas notícias que virão para compor os outros subcódigos e códigos. É por isso que observamos aqui as citações feitas a estigmatização dos jovens indígenas ligado ao alcoolismo, como iremos apresentar a seguir.

3.3. Drogas, Estudante, Afogado, Não-índio e Bebida. Os subcódigos de alcoolismo

Configura aqui um código o termo *alcoolismo* por conta da quantidade de notícias que apresentam a relação entre álcool e violência. Nas 135 notícias encontradas, podemos observar como o jovem indígena é associado ao consumo de bebidas alcoólicas como motivação de um conjunto de crimes praticados.

Tratamos como *alcoolismo* um código que se relaciona com a quantidade de vezes que aparece o termo *bebida* ou relacionado a ele. No jornal *O Progresso* a expressão relacionada à bebida alcoólica aparece 113 vezes e no *Douranews* 22 vezes. Em todo material pesquisado o que é relacionado com alcoolismo aparece 125 vezes. Os termos que denominamos subcódigos aparecem na tabela abaixo são apresentados como componentes deste código pela quantidade de incidência que possuem nas notícias pesquisadas.

Em relação à tabela apresentada no anexo 2 referente à quantidade de incidência entre os termos, o código alcoolismo apresenta a seguinte configuração.

Tabela 3.

Alcoolismo	Drogas	Estudante	Afogado	Não-índio	Bebida
O Progresso	101	7	1	29	113
Douranews	52	6	0	1	22
Total de expressões	153	13	1	30	135
Total de incidência (nº de artigos)	21	3	1	4	81

Fonte: Autor (2015).

Na sociologia podemos obter duas formas de olhar para o alcoolismo. O primeiro se aplica à visão de uma doença social. Oliveira (2009) afirma que o alcoolismo para a sociologia pode ser visto como uma doença social⁸⁰, ou seja, a sociedade por não ver o alcoolismo como doença vê o consumo do álcool como normal. Acredita que o álcool prejudica a integração social, e contribui para a causa de muitos problemas como perturbações físicas e mentais. E o segundo olhar se dá em relação ao conceito de alcoolismo em relação com os segmentos sociais. Segundo Neves (2004) o que se deve investigar é a compreensão como os membros de segmentos sociais e culturais tem relação com a embriaguez. Não se deve ter como objeto a explicação do porquê do alcoolismo, mas como conceito se dá na construção de relações sociais.

As duas formas contribuem para um olhar sociológico diante deste código. A notícia a seguir apresenta representações sobre como o alcoolismo.

*“o cadáver estava boiando numa lagoa localizada dentro da reserva (...). testemunhas disseram aos policiais que viram a vítima com o irmão e outras pessoas ingerindo **bebidas alcoólicas** próximo ao lago”⁸¹.*

Neste fragmento de notícia encontramos a questão da bebida alcoólica sendo abordada como possível justificativa para a morte. As notícias apresentam e representam a ligação que há entre o consumo do álcool com a violência. Como vemos nesta notícia:

*“tem a difícil missão de combater o alto índice de violência, dentro da Reserva. (...) nos crimes praticados dentro das aldeias, por esses menores, principalmente quando se tratam de receptação, vendas de **bebidas alcoólicas** e drogas (...). encontros de jovens, nas madrugadas, onde costumam ocorrer consumo desenfreado de **álcool** e até de drogas”⁸².*

A associação que esta notícia faz do alcoolismo com o alto índice da violência, se retrata na associação com a utilização de drogas e a relação com outros tipos de crimes.

Estas duas notícias se distanciam da concepção do alcoolismo como uma doença social e representando o nas relações sociais. Há uma construção social do imaginário de que é costume o consumo desenfreado de álcool entre os indígenas. A narrativa da mídia indica que os jovens indígenas são consumidores costumazes de drogas e álcool, o que já configura uma estigmatização do jovem indígena e sua cultura.

⁸⁰ “Tal como temos visto, para a sociedade o alcoolismo é um vício, uma atitude a condenar e a esconder e, simultaneamente, um comportamento simbólico de entrada na idade adulta. Além disso, ao alcoólico são atribuídos uma série de estereótipos e preconceitos negativos, “rótulos sociais” que os perseguem, muitas vezes, injustamente” (OLIVEIRA, 2009, p. 23).

⁸¹ “Indígena é encontrada boiando em lagoa”; *O Progresso*, 13 de janeiro de 2010, n° 10814. (grifo nosso)

⁸² “Mais 150 armas brancas são apreendidas”; *O Progresso*, 23 e 24 de janeiro de 2010, n° 10823. (grifo nosso)

Na perspectiva de apontar uma banalização construída pela mídia sobre a situação de violência que envolve os indígenas, as notícias representam a seguinte fala quando interpretam as organizações indigenistas. Nestes fragmentos observamos um discurso diferente do que é abordado na questão do alcoolismo tratado anteriormente:

*“O relatório aponta também que, no caso de violência relacionada à omissão do Poder Público, houve crescimento na falta de assistência à educação escolar (18,8 mil vítimas), à saúde (80,4 mil vítimas) e disseminação de bebidas **alcoólicas** (254 vítimas)”⁸³.*

Aqui as representações sociais se dão no enfoque da omissão do poder público, traçando outra maneira de observar esta relação da violência com os indígenas. Porém, esta construção do imaginário também se dá com o seguinte exemplo de notícia, cujo título apresenta:

*“Índigena é detida por perturbação da ordem e **embriaguez**”. “Um grupo de estudantes realizava um ensaio musical e um dos participantes estava sentado próximo ao grupo, tomando **cerveja**, negou-se a dar **bebida** a indígena, que apoderando-se de uma garrafa vazia atirou-a contra os estudantes”⁸⁴.*

É necessário observar os termos que são apresentados nesta notícia. Há um estudante tomando cerveja, porém quem é apresentada no contexto de embriaguez é a indígena. As representações sociais atribuídas aos estudantes e a indígena são perceptíveis, diante do fato narrado que a indígena estava perturbando a ordem.

Elias (2011) sugere no que chama “processo civilizatório” que determinadas falas e atitudes integrantes da construção de costumes podem ser consideradas “bárbaras” ou “incivilizadas”. Este fragmento exibe a construção e naturalização de uma narrativa que liga a indígena ao alcoolismo em uma atitude incivilizada, ou seja, avessa à ordem e aos costumes. Já o estudante é civilizado, o que já qualifica na noção construída por Elias (2011) da postura, gestos, vestimenta. A visão da perturbação da ordem está ligada a um discurso arraigado na compulsão à violência, tomado como atitude bárbara. A fala do movimento da classe média retrata que os povos não estão ainda suficientemente civilizados, isto significa que há uma noção de civilização e que exige processo no termo da construção do termo *civilisation*. Ou seja, o discurso da mídia retrata este indígena como um ser compulsivo em relação ao alcoolismo, a violência e é representado a partir da noção de civilização nos modelos ocidentais nos textos jornalísticos.

⁸³ “Violência entre indígenas aumenta 237%, aponta relatório”; *O Progresso*, 28 de junho de 2013, nº 11822. (grifo nosso)

⁸⁴ “Índigena é detida por perturbação de ordem em embriaguez”; *Douranews*, 29 de agosto de 2011. (grifo nosso) (vide anexo 6)

A estigmatização dos jovens indígenas vinculado ao alcoolismo é evidente e frequente nas notícias pesquisadas. Por isso representam a violência exibida pelas notícias. Como se apresenta no seguinte fragmento: “*PROGRESSO apurou que se tratam de ações emergenciais para o combate à violência, gerada pelo **alcoolismo***”⁸⁵. Portanto, se faz necessário apresentar os códigos decifrados na pesquisa, para exortar a afirmação recorrente da mídia, que a violência é gerada pelo alcoolismo.

Utilizando-se da relação geral conforme a tabela do campo semântico contida no Anexo 2, o termo *bebidas alcoólicas* também incide significativamente com outros subcódigos: 22 (vezes) indígena; 17 comunidade; 15 índio; 15 aldeia; 14 violência. Podemos observar que nenhum destes subcódigos são observados juntamente com o código *alcoolismo*. Porém, como já observamos neste capítulo as notícias apresentam a repetição de termos. E os subcódigos que iremos abordar agora apresentam o alcoolismo como componente significativo na composição da notícia.

Alcoolismo é um código evidente nos escritos jornalísticos pesquisados, e aparece nos casos de violência, segundo os jornais *O Progresso* e *Douranews*. A questão das RS se dá pelo sentido genérico que os textos jornalísticos dão ao jovem indígena na relação entre violência e o consumo de bebida alcoólica.

a) *Drogas*: Ao todo encontramos 153 expressões em todas as notícias pesquisadas e incide em 21 notícias com *alcoolismo*. Este subcódigo possui a seguinte ordem de incidência seguindo a tabela do Anexo 2: *aldeia, indígena, Bororó, jovem, morte e bebida*. A relação direta com o código é significativa por conta das notícias que serão apresentadas.

*“nos crimes praticados dentro das aldeias, por esses menores, principalmente quando se tratam de receptação, vendas de bebidas alcoólicas e drogas (...). As pessoas brancas que exploram nossas adolescentes para o consumo de drogas (...). encontros de jovens, nas madrugadas, onde costumam ocorrer consumo desenfreado de álcool e até de drogas”*⁸⁶.

Apresentamos novamente uma notícia em que a afirmação é recorrente. Como componente deste código temos a citação da utilização de bebida alcoólica ligada a outras expressões que se inserem: *jovem, adolescente, drogas*. A ideia de que há um consumo de drogas e álcool desenfreado remete à construção do imaginário de um lugar ou de indígenas produtores de violência e de crimes genéricos. A expressão *madrugada* também reforça esse contexto que o consumo de álcool está ligado ao consumo de drogas. Este código tem relação

⁸⁵ “PF ataca tráfico de drogas na aldeia”; *O Progresso*, 18 de maio de 2011, n° 11206. (grifo nosso)

⁸⁶ “Mais 150 armas brancas são apreendidas”; *O Progresso*, 23 e 24 de janeiro de 2010, n° 10823. (grifo nosso)

com outros códigos, dentro da ideia de campo semântico, e é por isso que a próxima notícia traz os termos recorrentes e outros que apresentaremos durante este capítulo: “*Uma indígena de 20 anos cometeu suicídio (...). Segundo relatos de familiares, a jovem havia consumido bebida alcoólica em companhia do marido e outras pessoas.*”⁸⁷. Este fragmento não traz referência direta às drogas, mas apresenta o caso do suicídio vinculado à bebida alcoólica. E segue:

*“Aqui está rolando de tudo, já. Crack, maconha e até cocaína, alerta a vice-líder da aldeia, (...). Uma índia de apenas 14 anos diz que está acostumada a fumar maconha com os amigos. (...) Gostei da maconha até a primeira vez. Quando chego alguém com maconha, eu fumo, diz. (...) O consumo de álcool e drogas potencializa a violência”*⁸⁸.

O discurso costumeiramente utiliza drogas, consumo de álcool, como fala de indígenas. A escalada da violência, segundo a mídia, neste caso vincula-se ao consumo de álcool e de drogas, prática de costume, segundo o jornal. Estas relações são retomadas no subcódigo *estudante*.

b) *Estudante*: Tratamos como subcódigo *estudante* o número total de 13 expressões em 3 notícias que se relacionam. A quantidade de artigos encontrados e expressões não são tão numerosas, mas são significativos para pensar como estes termos incidem diante da representação do texto que descreve e relaciona o alcoolismo a violência. Este termo obtém⁸⁹ a seguinte sequência de incidência: 3 (vezes) *bebida*, 2 *kaiowá*, 2 *Guarani*, 2 *aldeia*, 2 *violência*. Verificaremos nas notícias a seguir como esse subcódigo é importante para se pensara relação com o subcódigo *estudante*.

*“a preocupação das lideranças é com a segurança dos estudantes e toda a própria comunidade, principalmente neste período em que a aldeia atravessa um sério problema de violência”*⁹⁰.

Neste primeiro fragmento fica evidente a questão recorrente apresentada já em outros códigos como a questão da *comunidade* e *segurança* e principalmente a construção do imaginário ligado ao problema de violência ditando as representações sociais da violência. Tais representações se exibem no exemplo dos seguintes fragmentos:

*“Índigena é detida por perturbação de ordem em embriaguez (...). Um grupo de estudantes realizava um ensaio musical e um dos participantes estava sentado próximo ao grupo, tomando cerveja, negou-se a dar bebida a indígena, que apoderando-se de uma garrafa vazia atirou-a contra os estudantes”*⁹¹.

⁸⁷ “Índigena comete suicídio na Aldeia Amambai”; *O Progresso*, 19 de abril de 2011, nº 11184. (grifo nosso)

⁸⁸ *Ibid.*; *Douranews*, 31 de janeiro de 2011. (grifo nosso)

⁸⁹ Vide, Anexo 2.

⁹⁰ *Ibid.*; *O Progresso*, 13 de janeiro de 2010, nº 10814. (grifo nosso)

⁹¹ “Índigena é detida por perturbação de ordem em embriaguez”; *Douranews*, 29 de agosto de 2011. (grifo nosso)

A repetição faz com que a indígena seja representada como embriagada, contrastando com o estudante que está consumindo (ordeiramente) bebida alcoólica. A atitude de atirar a garrafa nos ‘estudantes’ é resultado do estado de embriaguez. A bebida negada é por parte de um estudante, de forma que os sujeitos são representados diferentemente. Ser estudante e ser indígena aparece sutilmente como condições sociais incompatíveis, com comportamentos previsíveis e antagônicos.

Assim ocorre com as notícias que se referem a outras formas de violência tratada pela mídia:

*“Um indígena de 19 anos foi preso no final da tarde dessa segunda-feira (25) sob acusação de assaltar e estuprar uma estudante de 18 anos, (...). Ao se aproximar da entrada da reserva indígena onde reside, ela teria sido atacada por dois índios”*⁹².

Este fragmento não expressa exatamente a questão do alcoolismo, mas é importante refletir aqui a presença de uma afirmação que propõe a estigmatização dos indígenas. Em nenhum momento a vítima é apresentada como indígena como no caso do seguinte fragmento: “Ao se aproximar da entrada da reserva indígena onde reside”. A vítima reside na aldeia, portanto a oração que segue determina a condição da aldeia em que ela reside: “ela teria sido atacada por dois índios”. Em uma notícia podemos compreender o poder que detém o discurso representativo. As mensagens aqui são distribuídas em uma relação de poder e como Carey (1975) descreve o controle das distâncias, espaços e pessoas. Ou seja, os indígenas como praticantes de crimes são recorrentes nos discursos, como pudemos observar no fragmento acima.

*“O relatório aponta também que, no caso de violência relacionada à omissão do Poder Público, houve crescimento na falta de assistência à educação escolar (18,8 mil vítimas), à saúde (80,4 mil vítimas) e disseminação de bebidas alcoólicas (254 vítimas).”*⁹³.

A questão da disseminação de bebidas alcoólicas aqui é vista como violência a partir do argumento baseado no relatório do CIMI de 2012. Aqui o discurso apresenta o discurso voltado para os estudos relacionados aos indígenas. Interessante notar que a omissão do poder público é vista como violência nos discursos dos organismos indígenas, porém não é recorrente nas notícias que não citam nenhuma das instituições indígenas ou indigenistas.

⁹² “Polícia prende índio acusado de estupro”; *O Progresso*, 27 de fevereiro de 2013, n° 11723. (grifo nosso)

⁹³ *Ibid.*; *O Progresso*, 28 de junho de 2013, n° 11822. (grifo nosso)

O que nos ocupa aqui é entender a recorrência do código *alcoholismo* como uma possível justificativa da mídia para a ocorrência das mortes, crimes e situações de violência representadas. É o que veremos com o próximo subcódigo.

c) *Afogado*: este subcódigo é apreciado em apenas uma notícia. Porém, trabalhar a questão do afogamento dentro do código de *alcoholismo* se dá pela relevância que a notícia que vai narrar ou descrever o evento, determina uma quantidade significativa de representações sociais da violência. Este subcódigo tem relação com outros subcódigos como: *cadáver*, *reserva*, *indígena* e *bebida* todos estes com um evento de relação.

“O cadáver estava boiando numa lagoa localizada dentro da reserva. (...) Testemunhas disseram aos policiais que viram a vítima com o irmão e outras pessoas ingerindo bebidas alcólicas próximo ao lago. (...) a lagoa onde (...) teria se afogado tem profundidade de 1,20 metro”⁹⁴.

Em destaque a notícia apresenta “Vítima foi vista com irmão ingerindo bebidas alcólicas”. A afirmação de que a indígena teria se afogado por conta da ingestão de bebida alcólica.

Os subcódigos que representam os indígenas são os mesmos que constroem o imaginário sobre os jovens indígenas. Na constituição da notícia a mídia exerce uma relação de poder. Rocha (2008) afirma que a interpretação dos fatos pela mídia está ligada a interesses particulares. Os interesses relacionam violência e jovens indígenas as drogas e alcoholismo.

Não estamos questionando a existência ou não destes fatos. Mas, com a teoria das RS podemos questionar a função de generalizar os indígenas. “Há uma economia de interesses que favorece a constituição da opinião pública” (HABERMAS, 1984, p. 112). O fato do afogamento na notícia insere a discussão de como os indígenas são assim estigmatizados. É o caso do próximo subcódigo que apresenta outro personagem que é recorrente, o *não-índio*.

d) *Não-índio*: em todas as notícias pesquisadas a expressão *não-índio* aparece 30 vezes. O vínculo deste subcódigo ao código *alcoholismo* não se dá apenas pela quantidade de expressões, mas também pela incidência de 4 (quatro) notícias que representam de forma peculiar estes jovens, como no fragmento que segue:

“a maioria das armas brancas foi apreendida com adolescentes indígenas entre 14 e 18 anos. (...) quer seja índio ou não-índio, sejam checados. Os brancos serão expulsos da reserva e os índios orientados para que sigam para as suas casas. (...) Vamos monitorar todos os possíveis pontos de vendas de drogas dentro da reserva, denunciar e, se preciso (sic!), fechá-los. (...) onde costumam ocorrer consumo desenfreado de álcool”⁹⁵.

⁹⁴ “Indígena é encontrada boiando em lagoa”; *O Progresso*, 13 de janeiro de 2010, n° 10814. (grifo nosso)

⁹⁵ *Ibid.*; *O Progresso*, 23 e 24 de janeiro de 2010, n° 10823. (grifo nosso)

O discurso de que a maioria das armas foi apreendida com os adolescentes retoma o código homicídio. Porém, nesta teia de relações a notícia faz referência a segurança na reserva. A notícia apresenta a expressão supostamente colocada pelos indígenas, mas estigmatiza ao dar ênfase a esta continuidade de expressões que se repetem. *Drogas, álcool, adolescentes e armas* estão aqui no termo *não-índio* referentes à entrada na aldeia de qualquer pessoa.

Refletimos sobre esses subcódigos como contexto da desnaturalização que é necessário quando encontramos estas estigmatizações dos indígenas. Como já trabalhamos no primeiro capítulo desta dissertação a partir de Saraiva & Coutinho (2012) em que a mídia escrita representa a violência como um ato natural, o que precisa ser descaracterizado. Encontramos, portanto que a violência é naturalizada independente da figura do indígena e do não-índio.

Acompanhando esta estigmatização a próxima notícia apresenta esta relação a partir da expressão *branco*.

“Num espaço de quatro meses, a cidade de Dourados foi destaque de forma negativa no Programa Fantástico, (...) Localizadas a três quilômetros da cidade, as aldeias Jaguapiru e Bororó são as que mais apresentam conflitos de desestruturação familiar. (...) Sem policiamento ostensivo, a aldeia é uma terra sem lei. Por lá circulam motos sem placas, pilotadas por crianças. (...) O branco vem oferecer aqui para nós tudo quanto é tipo de coisa”⁹⁶.

Esta notícia apresenta o discurso que a aldeia é um local que é ausente à questão de segurança. O discurso de uma terra sem leis em que o branco oferece qualquer tipo de coisa remete que o acesso à aldeia é livre. Um lugar onde os brancos assim como os indígenas são representados na violência.

A expressão *não-índio* faz referência a questão da entrada de drogas.

“O bloqueio é direcionado para todos os não-índios sem autorização para entrar na comunidade. (...) Portanto, além de drogas e bebidas, a atuação será uma represália contra candidatos a prefeito e vereador em época de eleição. (...) a partir de 1º de agosto, todas as pessoas não-índias que entrarem na aldeia terão que passar por triagem”⁹⁷.

A comunidade é utilizada em contraponto dos não-índios que não têm autorização de entrada. A represália às drogas, bebidas e candidatos políticos expressa o discurso da mídia que reforça a violência. Mesmo se tratando de uma notícia que permite entender o discurso dos indígenas. A atitude está ligada à questão da violência – drogas e bebidas.

⁹⁶ “Caos na aldeia é ‘destaque’ nacional”; *O Progresso*, 01 de fevereiro de 2011, nº11121. (grifo nosso)

⁹⁷ *Ibid.*; *O Progresso*, 18 de julho de 2012, nº 11550. (grifo nosso)

As construções relativas aos indígenas a partir da expressão *não-índio*, também caracterizam a continuidade de representar a aldeia e a situação como violenta. O indígena e o não-índio (aquele que é diferente do indígena) são representados no contexto de violência e alcoolismo. Porém, nas notícias o espaço a se discutir estas representações se dá na aldeia. Para Porto (2010) estas são teses das representações sociais do fenômeno da violência, portanto produzem um monopólio da informação transformando a realidade já interpretada em uma única representação possível.

Há diversas notícias que situam esta estigmatização dos jovens indígenas relacionando a bebida alcoólica, é o que será objeto de discussão no próximo subcódigo.

e) *Bebidas*: referente à *bebida alcoólica*, com 135 expressões em 81 notícias, é de extrema importância para compreender as diversas representações sociais sobre os jovens e adolescentes indígenas.

*“As testemunhas informaram ainda que a jovem indígena seria alcoólatra e dependente química”*⁹⁸. *“o autor, supostamente, seria membro de um grupo de jovens que, sob efeito de bebida alcoólica”*⁹⁹. *“Eles querem um basta na violência que atinge principalmente os jovens. (...) O álcool e outras drogas estão sempre presentes nos crimes que acontecem na reserva indígena”*¹⁰⁰.

O consenso é criado nestes três exemplos de fragmentos de notícias. Todos eles relacionam jovens com bebida alcoólica. No terceiro fragmento apresenta um protesto feito pelos indígenas. O exemplo a seguir traz a recorrência relacionada ao código.

*“Segundo a esposa, ela teria sido agredida a socos pelo marido, que estava bêbado”*¹⁰¹. Aqui as notícias são relacionadas respectivamente aos crimes que ocorrem na reserva e a violência doméstica. Representam a presença da bebida na prática.

Estas imagens são construídas, por exemplo, nos discursos midiáticos que tratam da violência envolvendo os indígenas a partir de estatísticas. *“as informações disponibilizadas pelo Governo estadual evidenciam que o consumo de álcool é o principal motivo dos crimes nas aldeias”*¹⁰². Ao situar este exemplo, é preciso relacionar com o conflito de terras, relação pouco recorrente nos jornais são colocadas. É o exemplo da notícia a seguir que apresenta uma outra indicativa para a violência.

“uma sequência de suicídios motivados pela falta de terras e pelo uso e abuso de bebidas alcoólicas, o que se vê hoje é uma série de crimes, assassinatos, violências bárbaras

⁹⁸ *Ibid.*; *O Progresso*, 17 de março de 2010, n° 10865. (grifo nosso)

⁹⁹ *Ibid.*; *O Progresso*, 7 de outubro de 2010, n° 11032. (grifo nosso)

¹⁰⁰ *“Indígenas promovem passeata pela paz”*; *O Progresso*, 10 e 11 de março de 2012, n° 11444. (grifo nosso)

¹⁰¹ *“Índia mata marido com duas facadas”*; *O Progresso*, 3 de junho de 2013, n° 11800. (grifo nosso)

¹⁰² *Ibid.*; *Douranews*, 19 de junho de 2013 (grifo nosso)

provocadas e encorajadas pelo uso de drogas”¹⁰³. Aqui o que motiva os suicídios é a falta de terras, porém há ainda outras relações. O abuso das bebidas alcoólicas vincula-se a série de crimes e assassinatos, fazendo com que a questão do conflito de terras fique submissa a imagem que se tem do indígena.

É recorrente o alcoolismo sendo apresentado como o motivador da violência entre os indígenas pela mídia. Chomsky (2004) identifica aí estímulos da mídia para assustar a população com mensagens ligadas à violência.

A incidência das drogas ligada a bebida alcoólica faz com que os jovens indígenas sejam representados como consumidores. Os subcódigos *estudante*, *afogado* e *não-índio*, aparecem como número de incidências de notícias. Porém os fragmentos evidenciam que os indígenas são segundo estes subcódigos retratados e estigmatizados.

Para Limberti (2012), a mídia se utiliza dos recursos para estabelecer nas notícias como os não-índios são traçados como uma negação do ser indígena. Isto é o que exhibe o subcódigo *bebidas*.

Outras estigmatizações se dão pela construção desse imaginário que envolve os indígenas nas derivadas formas de violência compreendida pela mídia. É o que observaremos no retrato que a mídia faz do que caracterizamos como código *violência sexual*.

3.4. Estupro e Prostituição, os subcódigos da Violência sexual

A *violência sexual* aparece nos termos *estupro* e *prostituição* nas notícias pesquisadas. São 29 notícias que tratam sobre estupros e 7 notícias que apresentam a prostituição como violência.

Este código é composto por dois subcódigos. Ambos são apresentados nos jornais como violência sexual. Resolvemos trabalhar estes dois subcódigos separadamente.

Tabela 4.

Violência Sexual	Estupro	Prostituição
O Progresso	49	7
Douranews	21	3
Total de expressões	70	11
Total de incidência (nº de artigos)	29	7

Fonte: Autor (2015)

¹⁰³ *Ibid.*; *Douranews*, 11 de dezembro de 2010. (grifo nosso)

Para a sociologia a análise da violência sexual necessita do desvelamento do imaginário e das ideologias. Para Faleiros (1998) isto é tão fundamental como as discussões econômicas e de desigualdade social. Isto se deve a fabricação e incorporação de crenças e valores. Nesta concepção a violência sexual é uma articulação de relações sexuais gerais e específicas de forças desiguais e situações concretas. A violência sexual aqui é manifestada como uma relação de poder. Relaciona-se, segundo o autor com os valores do machismo, do patriarcalismo, e da suposta inferioridade de gênero.

“Novos referenciais são construídos pelos apelos de marketing, de consumo, de expressão da libido e do prazer, do indivíduo, da competitividade, da solução do conflito pela força do “herói”, principalmente através da TV”. (FALEIROS, 1998: 13)

Neste emaranhado de significados as notícias retratam como o indígena é vinculado à violência sexual e como se conectam outros códigos tentando dar múltiplas explicações e significados como fenômeno e não como produto de relações sociais. O código alcoolismo anteriormente aparece neste fragmento de notícia e a questão da violência sexual como suposição: “*A Polícia Civil investiga a morte de uma adolescente indígena (...). ela havia ingerido **bebida alcoólica** e estava perambulando na estrada (...). não descartam também a possibilidade da vítima ter sido **estuprada***”¹⁰⁴. Ao explicar a morte da indígena, temos uma série de suposições como a fala da ingestão de bebida alcoólica bem como a possibilidade **de a** vítima ter sido estuprada. São narrativas que demonstram representações sociais de uma imprensa que caracteriza a violência sexual como suposto evento.

*“A polícia suspeita que a vítima tenha sido **abusada sexualmente**”*¹⁰⁵. “*Polícia investiga se indígena de 6 meses morreu após **abuso sexual** (...). A Polícia Civil de Mato Grosso do Sul investiga se um bebê indígena de seis meses morreu após ser vítima de **violência sexual**(...) Conforme a delegada explicou ao G1, nas duas unidades, os procedimentos apontaram que o bebê apresentava sinais de **abuso sexual**”*¹⁰⁶.

Estes dois fragmentos demonstram como a mídia utiliza o termo violência sexual diante do discurso possível do ato violento. A narrativa aponta que a autoridade responsável pelo caso dá explicações a um veículo da mídia sobre os procedimentos feitos.

Em geral a violência se responde com mais violência, para Girard (1990) ela é considerada ilegítima quando opomos a legitimidade da força ligada ao Estado que é repressivo. Os aparelhos da polícia, da ordem, da justiça, por exemplo, são práticas

¹⁰⁴ “Indígena é encontrada morta em rodovia”; *O Progresso*, 26 de outubro de 2010, nº 11046. (grifo nosso)

¹⁰⁵ “Indígena é estrangulada na aldeia Bororó em Dourados”; *Douranews*, 29 de agosto de 2011. (grifo nosso)

¹⁰⁶ “Polícia investiga se indígena de 6 meses morreu após abuso sexual”; *Douranews*, 17 de setembro de 2013. (grifo nosso)

cotidianas que estão para reprimir o desviado, anormal, o errado. Assim a violência sexual tomada na questão da prostituição é elevada a questão de anormalidade.

Além da narrativa de suposição da violência sexual, apresentamos os fragmentos das notícias que trazem estas representações. Principalmente quando a mídia apresenta a prostituição como categoria voltada ao imaginário das representações sociais da violência.

*“O coordenador da Funasa conta que o **alcoolismo, drogas e prostituição** são os principais causadores da doença”*¹⁰⁷. *“**Prostituição, drogas e violência** foram as temáticas abordadas pela reportagem do Fantástico durante entrevistas com indígenas em Dourados. (...) Problemas antes presenciados na cidade agora tornaram-se rotina entre os indígenas.”*¹⁰⁸.

Os fragmentos retratam alcoolismo, drogas e prostituição como práticas que causam doenças nas aldeias. A notícia que se refere questão de desnutrição é tomada também como representações sociais da violência que aqui são apresentadas, quando expressa e qualifica a aldeia como espaço em que há prostituição, as drogas e alcoolismo. Outro fator é relacionado ao fragmento da notícia que vai tentar explicar a repercussão que deu a reportagem do fantástico. A notícia tematiza a prostituição segundo seu título: “Caos na aldeia é destaque nacional”. Afirma textualmente que tornou se um problema de rotina entre os indígenas. *“MP investiga denúncias de **prostituição** infantil (...). Promotoria abre investigação sobre **crimes sexuais** que vitimizam crianças em Dourados; 90% dos **estupros** ocorrem nas aldeias”*¹⁰⁹.

Aqui nos cabe uma reflexão diante do que é afirmado pela mídia quando na repetição de representações acaba naturalizando uma prática por determinado grupo ou sociedade e aqui no caso os indígenas. A reflexão sobre a origem destes problemas é pouco refletida nas notícias, o que perpassa a noção de um lugar perigoso.

“A TV é um poderoso instrumento de criar consensos momentâneos, de estilo de campanhas, como também de formar a razão entre o bem e o mal”. (FALEIROS, 1997, p. 14). As notícias representam violência, porque cria campo semântico em torno de uma expressão. Neste trabalho estupro e prostituição é tomado como subcódigos, o que discutiremos mais adiante. Mas aqui devemos registrar que a violência sexual forma campos semânticos, pois como as notícias demonstram, ela é instrumentalizada com outros códigos aqui pesquisados como o alcoolismo.

¹⁰⁷ “Desnutrição ainda mata nas aldeias”; *O Progresso*, 13 de janeiro de 2010, n° 10814. (grifo nosso)

¹⁰⁸ “Caos na aldeia é destaque nacional”; *O Progresso*, 01 de fevereiro de 2011, n° 11121. (grifo nosso)

¹⁰⁹ “MP investiga denúncia de prostituição infantil”; *O Progresso*, 11 de maio de 2011, n° 11200. (grifo nosso)

Toda a discussão quando se trata de apresentar estes termos ligados à violência. Parte da reflexão de traçar a violência sexual como uma doença social, por causa das influências econômicas e políticas que implicam na prática da prostituição e nas questões que implicam o estupro.

Há mais incidência do subcódigo *estupro* do que *prostituição*. Porém, é importante entender como cada subcódigo é caracterizado nos fragmentos de notícia. As práticas da violência são dadas pelos discursos que retratam esta violência sexual.

a) *Estupro*: Este subcódigo conta com 29 notícias com 70 expressões o que demonstra sua importância no retrato da violência sexual na mídia. Este subcódigo se relaciona com outras expressões na seguinte ordem de incidência de notícias: 23 (*vezes*) *aldeia*, 21 *indígena*, 19 *jovem*, 13 *morte*, 11 *crime*.

Nesta relação como outros códigos e subcódigos, a questão do estupro também é discursada com expressões recorrentes.

*“Menina de três anos pode ter sido **estuprada** na aldeia Jaguapiru. (...) teriam sido vítimas de **violência sexual** no final de semana. (...) o suspeito de **abuso** contra a criança de três anos, segundo a mãe da criança, seria um **adolescente**”*¹¹⁰.

Nas representações sociais deste adolescente destaca-se o teor de barbárie na descrição da violência sexual, como veremos a seguir.

*“Segundo informações da polícia, ela havia ingerido **bebida alcoólica** e estava perambulando na estrada (...). não descartam também a possibilidade da vítima ter sido **estuprada**”*¹¹¹.

Ambas as notícias apresentam a possibilidade do estupro. Na primeira trata-se do discurso da mãe da criança. O segundo fragmento relaciona o possível estupro a ingestão de bebida alcoólica.

*“Dois adolescentes indígenas, um de 17 e outro de 14 anos, foram apreendidos pela Polícia Civil sob acusação de **furto** e **estupro** de vulnerável (...). Já o crime de **estupro**, ocorrido no interior da Aldeia Lima Verde (...). Na Delegacia o **menor** infrator confessou o **estupro** e o laudo médico também comprovou o ato libidinoso. Ele fez sexo anal com a criança, segundo a polícia.”*¹¹².

Além da associação de termos *furto* e *estupro*, o termo *menor* que em um discurso de continuidade da violência. A barbárie apontada por Elias (2011) retrata este discurso como um retrato de que a sexualidade é condicionada a comportamentos. Nesta noção

¹¹⁰ “Menina de três anos pode ter sido estuprada na aldeia Jaguapiru”; *Douranews*, 16 de setembro de 2013. (grifo nosso).

¹¹¹ “Indígena é encontrada morta em rodovia”; *O Progresso*, 26 de outubro de 2010, n° 11046. (grifo nosso)

¹¹² “Índios são apreendidos por furto e estupro”; *O Progresso*, 25 de abril de 2013, n° 11769. (grifo nosso)

civilizatória a mídia não trata o estupro ou a prostituição como um fato qualquer. A notícia faz duas características que estigmatizam os dois adolescentes indígenas, a primeira ligada ao *furto* e ao *estupro* e em um segundo momento tratando-o na qualidade de *menor*.

As representações, *menor infrator* e a descrição textual de que ele fez sexo com a criança, são expressões evidentes deste contexto de construção do imaginário. O discurso jornalístico torna recorrente como são estigmatizados não só os indígenas, mas o exemplo da especificidade do ato sexual que é feito. Ratton (2003) evidencia o estupro como crime de ação privada que, utilizando a linguagem jurídica constringe à mulher a conjunção carnal, mediante a violência. Há o desejo masculino de exercer poder e controle, podendo ser realizado através do estupro. Novamente a mídia apresenta este comando em que comunica e interpretam os personagens noticiados, no caso os jovens indígenas sem a reflexão possível sobre o fato em si.

As notícias apresentam também as indígenas como vítimas do estupro, é o caso dos fragmentos das duas notícias que seguem.

*“Índigena de 17 anos é estuprada em aldeia de Japorã. (...) Uma indígena de 17 anos foi estuprada na manhã dessa sexta-feira”*¹¹³. *“uma índia de 11 anos foi estuprada na Aldeia Jaguapiru, (...) a levou para um matagal onde cometeu o estupro”*¹¹⁴.

Ao vincular os eventos narrados às aldeias, a mídia constrói a imagem de um lugar sem leis, como já visto em outras notícias. Por isso Faleiros (1997) ressalta a importância de perceber os valores do machismo, do patriarcalismo e da inferioridade de gênero.

As composições do campo representam a violência ligada a crianças, meninas e também a presença do alcoolismo que já foi tratado como código anteriormente. Os fragmentos apresentam também a localidade do crime, assim configurando este subcódigo com relação ao espaço em que vivem os indígenas e como é representado socialmente pela mídia.

b) *Prostituição*: este subcódigo aparece em 7 notícias e ao todo expressado 11 vezes. Tem como ordem¹¹⁵ de incidência os termos: *Jaguapirú 6 (vezes), drogas 6, aldeia 5, violência 5, indígena 4*. Faz parte do código violência sexual pela discussão da incidência de notícias.

¹¹³ “Índigena de 17 anos é estuprada em aldeia de Japorã”; *Douranews*, 12 de novembro de 2011. (grifo nosso)

¹¹⁴ “Reserva indígena”; *O Progresso*, 2 de maio de 2011, nº 11192. (grifo nosso)

¹¹⁵ Vide, Anexo 2.

As representações que apresentam o subcódigo prostituição determinam este evento como o discurso repleto de expressões recorrentes. É o caso destes dois fragmentos:

*“O coordenador da Funasa conta que o **alcoolismo, drogas e prostituição** são os principais causadores da doença”¹¹⁶. “**Prostituição, drogas e violência** foram as temáticas abordadas pela reportagem do Fantástico durante entrevistas com indígenas em Dourados”¹¹⁷.*

Nas duas notícias a recorrência da prostituição está ligada a um grupo de práticas violentas. *Drogas e prostituição* aparecem nos dois fragmentos e *alcoolismo* também compõe esta lista.

Outro discurso que se repete aqui é o da construção do imaginário referente ao lugar em que vivem os indígenas. *“Segundo ela, hoje as **aldeias** concentram o maior número de ocorrências de **crimes sexuais** envolvendo crianças”¹¹⁸*. Esta notícia faz referência a questão da prostituição infantil ligada ao Ministério Público, e aqui é apresentada a aldeia com maior número de ocorrências de crimes sexuais. As RS da violência perpassam este discurso recorrente onde cada uma das expressões é justificada por outra teia de códigos e subcódigos que naturalizam a violência no cotidiano dos indígenas.

*“E os **adolescentes das aldeias** que vêm se **prostituir** sabem desse limite nosso de autoridade aqui”¹¹⁹*. No que compete ao discurso jornalístico a recorrência dos termos *adolescentes, aldeias e prostituir* completam este imaginário construído pela mídia.

Nestes fragmentos *estupro e prostituição* são termos que se repetem, favorecendo a estigmatização. As situações de furto e alcoolismo ligados ao estupro constituem uma forma de consenso produzida pela mídia.

A expressão *menor infrator* que será abordado no próximo capítulo, demonstrando como a mídia retrata discursos em desuso. Como os detalhes do estupro veiculados na mídia sugerem esta especificidade da barbárie. O código violência sexual é caracterizado pelos subcódigos estupro e prostituição, isto significa que os jornais apresentam os dois termos como crimes sexuais, ou violência sexual, pautando a questão da prostituição infantil.

Portanto, é importante apresentar este código a partir dos subcódigos, porque representam a violência nas aldeias.

¹¹⁶ “Desnutrição ainda mata nas aldeias”; *O Progresso*, 13 de janeiro de 2010, n° 10814. (grifo nosso)

¹¹⁷ *Ibid.*; *O Progresso*, 01 de fevereiro de 2011, n° 11121. (grifo nosso)

¹¹⁸ “Prostituição infantil está na mira do MP”; *O Progresso*, 11 de maio de 2011, n° 11200. (grifo nosso)

¹¹⁹ *Ibid.*; *Douranews*, 31 de janeiro de 2011. (grifo nosso)

3.5. *Jovens e FUNAI, os subcódigos vinculados à Suicídio*

Suicídio figura em 32 notícias pesquisadas (vide anexo 1). É formadora de campos semânticos, porque está associada a diversos contextos quando é noticiada. O número de notícias é significativo, pois atribui ao indígena uma problemática conectada a diversas outras representações de códigos que expressam violência.

Abordamos a partir das notícias como os jovens indígenas são retratados nas 46 expressões em *O Progresso* e 19 expressões no *Douranews*. Referente aos subcódigos que formam este código por número de incidência de notícias tem os seguintes dados:

Tabela 5.

Suicídio	Jovens	Funai
O Progresso	222	76
Douranews	98	29
Total de expressões	320	105
Total de incidência (n° de artigos)	16	8

Fonte: Autor (2015).

Podemos perceber que os subcódigos aqui elencados possuem relação também com outros códigos que já abordamos. Os números de artigos que confrontam a questão do suicídio com os subcódigos *jovens* e *Funai*, sugerem a forma específica como a mídia local trata a questão da violência.

Ao tratar o suicídio exige enxergar além de um fato isolado, considerando o conjunto de suicídios que ocorrem em determinada sociedade, constituindo assim um fato novo. Para Durkheim (2000) o suicídio está ligado a estrutura social. Portanto, cada sociedade tem em cada momento de sua história, uma disposição definida sobre o suicídio como um fato social. A maneira sociológica de tratar o suicídio parte das representações coletivas feitas pelo autor. Porém, esta noção de suicídio passa por uma perspectiva funcionalista que reifica a sociedade como um fato. E esta não é a proposta, pois tratando-se do discurso da mídia, podemos entender que os artigos jornalísticos tentam passar esta noção durkheiminiana de suicídio, quando reificam a população indígena como violenta desde a perspectiva da sociedade englobante. O suicídio é apresentado pela mídia como uma anomia, o que, na visão da mídia funcionalista, não aprofunda o contexto de confinamento que os indígenas estão sujeitos.

Partindo das RS, Moscovici (2003) fala da comunicação entre os indivíduos, no âmbito do senso comum. Assim não se trata de discutir o suicídio a partir da ótica de como

questão de saúde pública, porém é importante salientar que as notícias relacionam a questão do suicídio de indígenas com diversos códigos que elencamos ao longo da pesquisa.

É o exemplo do seguinte fragmento:

*“uma sequência de **suicídios** motivados pela falta de terras e pelo uso e abuso de **bebidas alcoólicas**, o que se vê hoje é uma série de crimes, assassinatos, violências bárbaras provocadas e encorajadas pelo uso de **drogas**”¹²⁰.*

O que nos chama a atenção é a quantidade de motivos que se dá para explicar as causas da sequência e suicídio. O primeiro motivo ‘falta de terras’ é significativo, porém não é abordado na notícia com atenção, e o que se segue é a justificativa do abuso de bebidas alcoólicas e a qualificação de uma série de crimes. Ou seja, o suicídio faz parte de um conjunto de violências bárbaras.

Este conjunto de subcódigos diante do código *suicídio* envolvem os jovens indígenas explicitamente nas notícias. Os termos *jovens* e *adolescentes* são utilizados com ênfase e também com certa confusão, como podemos observar no próximo fragmento.

*“Adolescente de 17 anos comete **suicídio** (...). utilizou a própria blusa para cometer **suicídio**. (...) a **jovem** teria amarrado a manga da blusa no galho. (...) A família não soube explicar os motivos que teriam levado a adolescente a cometer **suicídio**.”¹²¹.*

Enquanto, a primeira parte da notícia retrata o adolescente que cometeu o suicídio, em um segundo momento é substituído pelo termo jovem quando vai retratar os detalhes de como ocorreu o suicídio. Há diferença quanto ao primeiro grupo de notícias quando associa o suicídio a questão das drogas e bebida alcoólica.

O discurso do que motiva o suicídio nesta notícia é narrado como desconhecido. Assim como é repetido neste fragmento:

*“Dois casos de **suicídio** de indígenas foram registrados pela polícia de Antônio João (...). constataram a morte de um **adolescente** (...). A **Funai** disse desconhecer o que motivou os indígenas a cometer os **suicídios**”¹²².*

Novamente observamos o discurso feito pela imprensa do desconhecimento dos motivos relacionados ao suicídio, porém algumas notícias apresentam uma pista para tal causa. A estigmatização feita pela representação do suicídio encontra sentido em notícias que aparecem em menor quantidade nos jornais. É o caso do seguinte fragmento:

*“como está se pretendendo fazer por meio de recurso à Justiça, por meio de inviabilização da atividade da **FUNAI** (...). a própria questão dos **suicídios**, que*

¹²⁰ *Ibid*; Douranews, 11 de dezembro de 2010. (grifo nosso)

¹²¹ “Adolescente de 17 anos comete suicídio”; *O Progresso*, 11 de maio de 2011, n° 11200. (grifo nosso)

¹²² “Dois índios se matam em Antônio João”; *O Progresso*, 26 de fevereiro de 2013, n° 11722. (grifo nosso)

durante algum tempo se supôs que fosse um traço cultural daquele grupo, hoje há fortes indícios de que essa questão está associada à insuficiência de terras”¹²³.

No corpo da notícia há a representação ultrapassada da questão do suicídio ligado ao traço cultural, porém é substituída pela questão da insuficiência de terras. Esta notícia veiculada apresenta como as outras notícias podem ser tomadas como representações sociais da violência, assim como esta notícia, pois o campo semântico está formado a partir deste significado.

Buscando desnaturalizar o discurso recorrente da mídia que traça o código suicídio com a questão cultural, vale continuar a discussão a partir do próximo código. Ambos *jovens* e *FUNAI* são subcódigos se relacionam quando compreendemos um dos motivos que são motivadores do suicídio e que são recorrentes nas notícias.

Um primeiro elemento relacionado aos suicídios é a questão territorial. A crise da falta de terras, com o superpovoamento das aldeias da região, as torna como as periferias dos grandes centros urbanos brasileiros. Outro elemento é a ausência de trabalho para a juventude, agravado pela imposição da cultura ocidental que permeia estes povos. (SAUER & MASO, 2014, p.34)

Segundo Benites (2014) depois dos idos de 2000, tornou se bastante comum à veiculação de notícias sobre suicídio. As notícias apresentavam os Guarani e Kaiowá várias vezes propensas ao suicídio e violência. Uma desconstrução do que é cotidianamente colocado pela mídia em relação ao jovem indígena, é fundamental para entender a situação do suicídio¹²⁴ ligado a diversas situações. Observando que a motivação mais presente é no contexto do conflito de terras.

Conforme o Anexo 2, a expressão suicídio encontra a seguinte ordem de incidência de artigos pesquisados: *indígena 31 (vezes), morte 26, aldeia 24, jovem 16, Kaiowá 16, Guarani 15*. É assim um código que se conecta com muitos outros códigos e subcódigos já inseridos na dissertação, justamente porque a construção do imaginário referente ao jovem indígena se repete nas representações sociais da violência.

a) *Jovem*: este termo perpassa todos os códigos desta dissertação e está nas notícias pesquisadas. Tratamos aqui em relação suicídio pelo grau de incidência relevante para se pensar a questão do suicídio. Observaremos que o termo jovem é substituído por adolescente e que em algumas notícias recorre certa confusão quando se refere a um mesmo ator social

¹²³ “A reserva de Dourados é talvez a maior tragédia conhecida na questão indígena em todo mundo”; *Douranews*, 30 de novembro de 2010. (grifo nosso)

¹²⁴ Os 13 municípios com maior número de suicídios indígenas na somatória do quinquênio 2008/2012. Dourados aparece em terceiro lugar. Em Mato Grosso do Sul, a participação indígena nos suicídios é mais preocupante ainda. (WAISELFISZ, 2014, p. 123).

como jovem e adolescente. Conforme o anexo 2 a relação com o termo jovem se dá na incidência: *indígena 118 (vezes), aldeia 109, morte 84, armas 61, crime 53*. Mas como vimos este grau de incidência se dá no código suicídio, como observaremos nos seguintes fragmentos.

*“Ossada de **adolescente** indígena é encontrada (...). tenha cometido **suicídio**”*¹²⁵.
*“**Adolescente** de 17 anos comete **suicídio** (...). utilizou a própria blusa para cometer **suicídio**. (...) a **jovem** teria amarrado a manga da blusa no galho”*¹²⁶.

As duas notícias apresentam o adolescente indígena, exceto a segunda que apresenta também no texto o termo jovem. Estas representações sociais ligadas ao suicídio estão apresentadas como possibilidade tanto na primeira notícia, como na segunda. A estigmatização que é feita recorre à conexão dos suicídios estarem ligados aos jovens e adolescentes indígenas.

No que tange a recorrência de termos apresentados até agora neste capítulo o seguinte fragmento apresenta a situação de um crime, mas que é apresentado como situação de suicídio. *“foi presa e uma **adolescente** de 16 anos (...). Ainda segundo a polícia, elas tentaram simular o **suicídio** (...). O **crime** aconteceu quando ambas, que já estavam **embriagadas**”*¹²⁷. Além da expressão do termo crime, temos também a repetição do adolescente como ator social presente na notícia, bem como o suicídio, aqui narrado a partir da simulação e a referência recorrente a embriaguez.

*“Índio morre depois de tentar **suicídio** 5 vezes (...). Depois de tentar **suicídio** por quatro vezes, o **jovem** índio”*¹²⁸. *“Um **adolescente** indígena de 17 anos foi encontrado morto na **noite** de sábado (...). O marido teria entendido que a mulher cometeu **suicídio** e se matou”*¹²⁹.

O que pretendemos trazer com o subcódigo jovem em relação com o suicídio retratam as proporções que tomam as representações sociais sobre o jovem como prática naturalizada do suicídio. Tal situação parece ter uma motivação já traçada na questão dos outros termos já apresentados e que de certa forma provocam os suicídios no discurso jornalístico. Porém, algumas notícias apresentam alguns discursos sobre o suicídio, é o caso do subcódigo FUNAI.

b) *Funai*: As notícias apresentam dados da FUNAI (Fundação Nacional do Índio), bem como interpretações sobre esta instituição diante da causa dos indígenas. Este subcódigo

¹²⁵ “Ossada de adolescente indígena é encontrada”; *O Progresso*, 7 de janeiro de 2011, nº 11100. (grifo nosso)

¹²⁶ “Adolescente de 17 anos comete suicídio”; *O Progresso*, 11 de maio de 2011, nº 11200. (grifo nosso)

¹²⁷ “Índigena é asfixiado durante bebedeira”; *O Progresso*, 9 de março de 2012, nº 11443. (grifo nosso)

¹²⁸ “Índio morre depois de tentar suicídio 5 vezes”; *O Progresso*, 13 de junho de 2011, nº 11228. (grifo nosso)

¹²⁹ “Adolescente é encontrado morto na Aldeia Jaguapiru”; *O Progresso*, 4 de julho de 2011, nº 11243. (grifo nosso)

possui relação de incidência na seguinte ordem¹³⁰: *indígena 45 (vezes), índio 27, morte 26, aldeia 24, Jaguapirú 20*. FUNAI aparece 105 vezes nas notícias pesquisadas, portanto, como importante subcódigo vinculado a suicídio.

Estes fragmentos de notícia relacionam a questão do suicídio ao conflito de terras em contraste com discursos onde os jovens indígenas são simplesmente naturalizados como violentos.

*“como está se pretendendo fazer por meio de recurso à Justiça, por meio de inviabilização da atividade da FUNAI (...). a própria questão dos suicídios, que durante algum tempo se supôs que fosse um traço cultural daquele grupo, hoje há fortes indícios de que essa questão está associada à insuficiência de terras”*¹³¹.

A expressão *insuficiência de terras* não é recorrente nas notícias. Trata-se aqui da voz do indígena na mídia que, como retrata Limberti (2012), nos permite comparar como é dada a voz dos indígenas nas notícias do jornal.

Como contraponto da notícia anterior, apresentamos o seguinte fragmento:

*“Se antes era comum assistir pela mídia, uma sequência de suicídios motivados pela falta de terras e pelo uso e abuso de bebidas alcoólicas, o que se vê hoje é uma série de crimes. (...) O Ministério Público e a Funai batem muito em cima dessa questão mas a verdade é que aqui a cultura está praticamente morta e ninguém toma providência”*¹³².

Novamente o discurso da falta de terras é substituído pelo da criminalidade entre os próprios indígenas, como os indígenas são relacionados ao suicídio.

*“jovem da etnia guarani comete suicídio (...). Em novembro nós comunicamos à Fundação Nacional do Índio (Funai), assim como as forças de segurança”*¹³³.
*“Indígenas ameaçam suicídio coletivo (...) determinando que seja garantida a posse da área e fixou multa diária, em caso de descumprimento, no valor de R\$ 500,00, a ser suportada pela Funai (...). ameaçam cometer suicídio coletivo.”*¹³⁴.

No primeiro fragmento de notícia o papel da Funai é garantir segurança, já no segundo discurso surge a questão da posse de terra vinculado ao anúncio de suicídio coletivo, numa evidente estigmatização no jovem violento.

As representações sociais da violência dos jovens indígenas pela mídia justificam o suicídio como consequência natural da violência juvenil. Há, porém, alguns fragmentos as questões ligadas aos conflitos de terra.

¹³⁰ Vide Anexo 2.

¹³¹ *Ibid.*; *Douranews*, 30 de novembro de 2010. (grifo nosso)

¹³² *Ibid.*; *Douranews*, 11 de dezembro de 2010. (grifo nosso)

¹³³ *Ibid.*; *O Progresso*, 1 de março de 2013, nº 11725. (grifo nosso)

¹³⁴ “Indígenas ameaçam suicídio coletivo”; *O Progresso*, 16 de outubro de 2012, nº 11622. (grifo nosso)

As notícias apresentam o jovem como potencial suicida quando vinculado ao subcódigo *FUNAI* às representações aparecem de forma mais ampla, pois indicam o suicídio ligado aos conflitos de terra.

3.6. Estrada, Aldeia, Doença e Funasa, os subcódigos dos Conflitos de terra

De todos os códigos trabalhados nesta etapa do capítulo, talvez a expressão conflito de terras vincula-se às notícias que expressem o contraponto diante de todas as representações sociais da violência feitas pela mídia até agora. Verifica-se, porém que, nos poucos artigos que contemplam o conflito de terra como motivador da violência, verifica-se também o processo estigmatizante elaborado pela mídia.

As notícias representam o conflito de terras de duas formas. A primeira e mais recorrente nas notícias diz respeito à violência provocada entre os próprios indígenas e a segunda menos recorrente, traz menção à questão do conflito de terra com os latifundiários e violência ocasionada pelos indígenas com a retomada de terras.

O código *conflito de terras* forma um campo semântico junto com a expressão aldeia, recorrente nos textos jornalísticos. Aqui é tratada como um subcódigo do código conflito de terras justamente por aparecer em 242 notícias que relacionam este conflito a outros derivados de violência.

Nas palavras de Benites (2014) a visão geral dos fazendeiros e os políticos sobre o conflito de terras, sejam nas esferas municipal, estadual e federal, são similares sobre os Guarani e Kaiowá e tem muito destaque na mídia. Os artigos que circulam na mídia constroem a estigmatização e o racismo, o aumento do ódio, da violência e preconceito contra os indígenas:

“Desnutrição ainda mata nas aldeias. (...) a desnutrição ainda mata nas aldeias de Mato Grosso do Sul. Segundo dados da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) (...). Flávio atribui a desnutrição a vulnerabilidade social em que vivem os indígenas. (...)“A preocupação das lideranças é com a segurança dos estudantes e toda própria comunidade, principalmente neste período em que a aldeia atravessa um sério problema de violência (...). implantar cerca de 30 luminárias ao longo da estrada”¹³⁵.

Estes dois fragmentos de notícias deixam evidente a estigmatização de um lugar em conflito, no primeiro caso a explicação da desnutrição como um fenômeno que causa morte nas aldeias. E na notícia que segue, há a questão da problemática da violência e implantação

¹³⁵ *Ibid.*; *O Progresso*, 13 de janeiro de 2010, n° 10814. (grifo nosso)

de luminária na aldeia, concebendo o local como inseguro e propício para a prática da violência.

Estas notícias acrescentam a noção de que o problema enfrentado pelos indígenas se dá pela violência, mas não aprofunda tal relação. Portanto, está apresentada que a mídia persiste em significar o jovem indígena, como é característico neste campo semântico que representa a violência.

A imprensa insiste em reproduzir uma imagem do índio do passado, distante e que nada tem a ver com esses personagens da atualidade e que não seriam mais índios. As identidades culturais contribuem para o agravamento da discriminação e dos conflitos territoriais. (MALDONADO, 2014, p. 65)

Portanto, as notícias acima diferem do argumento utilizado para apresentar a situação que ocasionam estas manifestações de violência no cotidiano indígena. Quanto ao conflito de terras a notícia a seguir apresenta uma reflexão diferente da que temos pesquisado. E tal notícia atenta para a questão da demarcação de terras indígenas, algo que as notícias relacionadas a jovens indígenas e violência não são representadas desta forma.

*“Relatório sobre a situação dos índios guarani-kaiowá em Mato Grosso do Sul, produzido pela Comissão Externada Câmara dos Deputados, mostra que nos últimos dois anos, pelo menos 75 indígenas foram **assassinados** no município. (...) A intenção da visita foi constatar uma complexa e **grave situação** em que os índios vivem atualmente. (...) foi que o Estado brasileiro cometeu um erro ao distribuir **terras** ou permitir negociação de áreas tradicionais dos indígenas. (...) Outra motivação foi uma carta em que os índios se declaravam dispostos a morrer pelas suas **terras**. (...) Expulsão de seus territórios, atraso na **demarcação das terras** de uso tradicional e violação dos direitos humanos mais básicos como o acesso à **saúde, educação**”¹³⁶.*

Logo no início da notícia há um índice que liga a situação dos indígenas a quantidade de assassinatos, continuando as representações sociais deste indígena já estigmatizado pela mídia. Porém, o argumento que segue no artigo jornalístico fala da constatação de tal situação e o código conflito de terras, é expressa com o argumento da distribuição de terras feita de forma errada pelo governo. O artigo é finalizado com a questão posta da demarcação de terras que é motivadora do ato de morte coletiva e também da violação dos direitos humanos.

Em um gráfico com todas as notícias pesquisadas, esta notícia em especial apresenta a fala do índio no que se relaciona com o motivo dos conflitos de terras. Este se diferencia do discurso recorrente feito pela mídia. É observável que a notícia coloca representações

¹³⁶ “Dourados registra 75 assassinatos contra indígenas”; *O Progresso*, 13 de maio de 2013, nº 11783. (grifo nosso)

diferentes. Em Hall (2004) estas identidades repletas de preconceito e caracterização, coexistem e não há uma identidade unificada à medida que ocorrem os sistemas de significação e representações culturais e sociais. Ou seja, uma multiplicidade de identidades possíveis se dá na construção feita pela mídia em relação aos indígenas na prática da violência com o discurso recorrente de drogas e álcool, por exemplo.

Porém, este papel de explicar os conflitos de terra, não é recorrente quando se trata da mídia pesquisada em questão. Na estigmatização dos indígenas, a relação existente entre as identidades é apontada por Benites (2014) quando percebe que a estrutura dos artigos jornalísticos e sua estrutura estão padronizadas. E as mortes entre os indígenas são classificadas apenas como violência entre os índios.

Portanto, este campo semântico que representa a violência, coloca os indígenas como um grupo que vive em um espaço inseguro. Nas contínuas representações sociais dos códigos *alcoolismo* e *violência sexual*, pudemos compreender como a mídia expressa e estigmatiza aquilo que motiva a violência, ou seja, um discurso que caracteriza uma anomia social, descrevendo uma terra sem leis.

Este campo semântico composto por conjuntos de códigos encontra nas expressões *suicídio* e *conflito de terras* a relação que a mídia tem com a possível segregação destes indígenas e os jovens indígenas. Aqui se observa a necessidade de apresentar os códigos e subcódigos que representam os jovens indígenas. Porque ao propormos desnaturalizar estes discursos, se faz necessário apresentar como ela se repete nas notícias.

A partir da quantidade de artigos jornalísticos (vide Anexo 1) apresentam-se os seguintes subcódigos: *estrada*, *aldeia*, *doença*, *FUNASA*. O quadro abaixo apresenta a relação de expressões e notícias que foram pesquisadas e que auxiliam a configuração deste código como formador de campos semânticos.

Tabela 6.

Conflito de terras	Estrada	Aldeia	Doença	FUNASA
O Progresso	39	409	19	30
Douranews	14	127	1	5
Total de expressões	53	536	20	35
Total de incidência (n° de artigos)	43	242	3	25

Fonte: Autor (2015).

Estes quatro subcódigos tratam as representações sociais da violência vinculada à questão de disputa pela terra. Estrada, aldeia, doença e FUNASA são subcódigos que fazem relação com os campos semânticos, porque apresentam a seguinte ordem de incidência.

Estrada: *indígena 40 (vezes), aldeia 33, morte 31, índio 27*. Aldeia: *indígena 215 (vezes), morte 138, armas 123, Bororó 117*. Doença: *indígena 9 (vezes), aldeia 6, Guarani 5, reserva 5*. FUNASA: *aldeia 23 (vezes), indígena 19, armas 15, morte 12*. Destes números que são análise da relação exercida pelas notícias, atentamos para o subcódigo aldeia que é expresso em grande quantidade e faz parte de quase todos os códigos e subcódigos apresentados com maior índice de relação.

a) *Estrada*: somam-se 53 expressões ao todo, contabilizadas em 43 notícias. Esses fragmentos sugerem a pouca importância do local em que os indígenas vivem. Assim, as vias que cortam as aldeias aparecem como espaços que favorecem a prática da violência. Principalmente na fala do indígena no corpo da notícia. Chamamos de subcódigo estrada toda a expressão que irá se referir as vias, ou seja, rua, estrada e rodovia.

*“A nossa divisa é só uma rua. E os adolescentes das aldeias que vêm se prostituir sabem desse limite nosso de autoridade aqui”*¹³⁷. *“A preocupação das lideranças é com a segurança dos estudantes e toda própria comunidade, principalmente neste período em que a aldeia atravessa um sério problema de violência (...). implantar cerca de 30 luminárias ao longo da estrada”*¹³⁸.

Esses dois fragmentos representam a aldeia como um espaço em conflito e de insegurança. No primeiro artigo jornalístico é apresentada a questão da rua como divisa, em que delimita toda aldeia. No segundo artigo a referência a estrada se dá pela implantação das luminárias na estrada das aldeias, porém o discurso que antecede afirma a preocupação com os estudantes e a comunidade, e retrata o sério problema de violência.

As representações sociais que são apresentadas retratam esta condição da estrada como local em que é narrada a possibilidade da prática da violência.

*“O índio de Dourados foi encontrado no meio da estrada. (...) Uma das vítimas era morador da aldeia Jaguapiru. (...) Segundo o autor, ele seguia por uma estrada na Aldeia de moto”*¹³⁹. *“investiga a morte de uma adolescente indígena de 15 anos, moradora na aldeia. (...) Ela foi encontrada morta na noite de domingo às margens da rodovia”*¹⁴⁰.

As notícias apresentam a aldeia e a estrada como espaço e local da prática comum de violência. No primeiro caso a estrada está representada como local da prática do homicídio, enquanto no segundo artigo jornalístico o corpo é encontrado as margens da rodovia. **As** sequências destes discursos são representados continuamente, *“A morte de um adolescente de 15 anos, com um tiro na cabeça, registrada domingo (17), em uma estrada que separa a*

¹³⁷ *Ibid.*; *Douranews*, 31 de janeiro de 2011. (grifo nosso)

¹³⁸ *Ibid.*; *O Progresso*, 13 de janeiro de 2010, n° 10814 (grifo nosso)

¹³⁹ *Ibid.*; *O Progresso*, 8 de julho de 2013, n° 11830. (grifo nosso)

¹⁴⁰ *Ibid.*; *O Progresso*, 26 de outubro de 2010, n° 11046. (grifo nosso)

aldeia guarani”¹⁴¹. Todos os casos representam os indígenas em conflito com o espaço em que vivem, motivados pela construção do discurso de violência.

Porém, a notícia a seguir apresenta outro discurso referente à questão do código conflito de terras e que é abordado, quando observamos a relação dos indígenas com as representações sociais da violência. “MPF culpa demora na **demarcação de terras em MS por morte de indígena**. (...) até hoje a maioria dos índios do estado vive em acampamentos na beira de **estradas**”¹⁴². Ou seja, o subcódigo estrada é significado aqui em detrimento da realidade das demarcações de terras. Um discurso como vimos neste capítulo que não é recorrente. O que nos faz compreender que a questão dos conflitos de terras é oportuna pra pensar as representações sociais destes jovens indígenas. Neste diálogo de contrapor as notícias que apresentam a situação do conflito de terras ora com relação às demarcações de terras e ora violência entre os próprios indígenas. Faz com que observemos mais explicitamente esta relação de estigmatização.

b) *Aldeia*: com 536 expressões ao todo e 242 notícias que é apresentado o termo aldeia. Resolvemos tratá-lo como subcódigo de conflito de terras, por causa do estereótipo promovido pela mídia e já decifrado. As representações sociais da violência para este termo continuam a construção do imaginário do local e espaço em que os indígenas vivem. Iremos conceituar a expressão aldeia a partir da relação que ela tem nos discursos jornalísticos que serão apresentados.

*“um jovem doente de 17 anos vive praticamente abandonado na Aldeia Bororó. (...) O problema é tão grave que ele desenvolveu **problemas mentais** devido às **drogas**. (...) Anote, aqui na **aldeia**, não falta má companhias para levar meu filho ao caminho errado”*¹⁴³.

Estes fragmentos de uma só notícia expressa bem como a recorrência dos termos já apresentados são expressos. A aldeia como um lugar que se abandona o jovem, que a utilização das drogas é comum e que é repleta de más companhias. A expressão noite também acompanha a construção do imaginário sobre os jovens indígenas como já colocamos anteriormente, neste pressuposto de estar à aldeia em um contexto sem liberdade e insegurança.

*“o filho saiu na **estrada** para ver o que os índios queriam e acabar com a provocação. (...) Com isto estão transformando a **aldeia** num inferno (...). A*

¹⁴¹ “Funai trata morte de garoto em aldeia de Caarapó como ‘execução’”; *Douranews*, 19 de janeiro de 2013. (grifo nosso)

¹⁴² “MPF culpa demora na demarcação de terras em MS por morte de indígena”; *Douranews*, 5 de julho de 2011. (grifo nosso)

¹⁴³ “Jovem é refém das drogas e do álcool”; *O Progresso*, 19 de abril de 2011, nº 11187. (grifo nosso)

mulher diz que o confinamento dos indígenas obriga a uma disputa de terra que sempre acaba mal. ”¹⁴⁴.

Já estes fragmentos retomam alguns subcódigos, porém a expressão que dá a possível fala da indígena expressa que ‘*estão transformando a aldeia num inferno*’, ou seja, o local em que os indígenas vivem é estereotipado como lugar impróprio para se viver. O discurso retrata a questão do conflito de terras com o confinamento, afirmando que o conflito na aldeia não se dá somente entre os indígenas. “*É comum ver nas estradas da aldeia pessoas viciadas, alimentando o vício com todo o tipo de crime. (...) O índio está sufocado. São quase 14 mil deles sem terra e espaço para plantar*”¹⁴⁵. Ou seja, encontramos também o discurso ligado à falta de terras para os indígenas, e são contextos acompanhados com as representações de diversos tipos de violência.

Porém, esta notícia expressa à questão da violência de outra maneira. “*As duas aldeias de Dourados, Jaguapiru e Bororó, possuem uma população aproximada de vinte mil indígenas e um cenário de pobreza e violência bastante crescente*”¹⁴⁶. Portanto, a grande quantidade de população e o cenário de violência e pobreza é que estão sendo estereotipados pela imprensa local. Esta notícia expressa com o subcódigo aldeia o que se observa de forma repetitiva nas notícias sobre que representam este jovem. Assim como o subcódigo doença que acompanha a mesma linha de discurso.

c) *Doença*: este subcódigo possui 20 expressões ao todo e incide em 3 notícias. A quantidade de evidência é menor que outros subcódigos aqui expressos, porém a construção do imaginário sobre os indígenas se relaciona também com a apresentação da aldeia em relação com a doença como subcódigos que se dialogam.

Em Miqueletti (2007) encontramos a explicação semântica e a de discurso que é exercido no caso da desnutrição pela mídia. O discurso relaciona as condições de vida dos indígenas invés de outras discussões sobre doença.

Neste fragmento, o que é discursado pela mídia se relaciona a um protesto feito pelos indígenas. “*que os funcionários públicos estão retidos dentro de uma sala de aula da escola da aldeia, mas não estão amordaçados e não estão sendo tratados com violência. (...) A ação é um protesto contra a falta de atendimento de saúde*”¹⁴⁷. O discurso aqui trata de um

¹⁴⁴ *Ibid.*; *O Progresso*, 11 de julho de 2012, nº 11544. (grifo nosso)

¹⁴⁵ *Ibid.*; *O Progresso*, 9 de junho de 2011, nº 11225. (grifo nosso)

¹⁴⁶ *Ibid.*; *Douranews*, 11 de dezembro de 2010. (grifo nosso)

¹⁴⁷ “*Índios de Japorã fazem 40 refêns em Porto Lindo*”; *O Progresso*, 7 de maio de 2013, nº 11778. (grifo nosso)

sequestro feito por indígenas, mas como forma de protesto e textualmente sem a utilização da violência, nas representações possíveis.

Contudo, as notícias que relacionam *saúde* neste código são expressas com a seguinte recorrência.

*“A violência e as falhas na atenção à **saúde** de povos indígenas têm mantido altas as estatísticas de mortes nessas populações a cada ano”¹⁴⁸. “**Desnutrição** ainda mata nas **aldeias**. (...) a **desnutrição** ainda mata nas **aldeias** de Mato Grosso do Sul. Segundo dados da Fundação Nacional de Saúde (**FUNASA**) (...). Flávio atribui a **desnutrição** a vulnerabilidade social em que vivem os indígenas”¹⁴⁹.*

O discurso da saúde está ligado a ocorrência das estatísticas de morte nas aldeias, bem como às condições de vulnerabilidade que se encontram os indígenas. Novamente a perspectiva da violência acrescenta um estereótipo em conjunto com este subcódigo. O conflito aqui é tratado com situação social de vulnerabilidade e insegurança. Os fragmentos das duas notícias apresentadas relacionam-se ao discurso que é recorrente da mídia, portanto, representam os indígenas.

Estas representações sociais nos justificam a refletir a violência. A notícia a seguir apresenta como o conflito de terras é expresso na questão da problemática das demarcações de terras.

*“Outra motivação foi uma carta em que os índios se declaravam dispostos a morrer pelas suas **terras**. (...) Expulsão de seus territórios, atraso na **demarcação das terras** de uso tradicional e violação dos direitos humanos mais básicos como o acesso à **saúde**, educação”¹⁵⁰.*

Esta notícia confirma que os indígenas são também afetados pela condição do conflito de terras. Ao tratar da demarcação de terras e expressar a expulsão de seus territórios, esta notícia diverge da grande quantidade de outras notícias que encontramos nesta pesquisa quando irão demonstrar os indígenas em relação com a violência. É importante salientar que estas notícias são representadas de forma mais recorrente no subcódigo a seguir.

d) *Funasa*: este subcódigo tem o total de 35 expressões em 25 notícias pesquisadas. Os fragmentos retratam os indígenas em relação com a saúde e também o conflito de terras. As representações sociais da violência são expressas de maneira com que a fala sempre recaia para a instituição. Ou seja, além dos indígenas a própria Funasa obtém representações sociais pela mídia.

¹⁴⁸ *Ibid.*; *Douranews*, 30 de junho de 2011. (grifo nosso)

¹⁴⁹ *Ibid.*; *O Progresso*, 13 de janeiro de 2010, n° 10814 (grifo nosso)

¹⁵⁰ *Ibid.*; *O Progresso*, 13 de maio de 2013, n° 11783. (grifo nosso)

“A falta de estrutura está comprometendo a saúde indígena nas **aldeias de Dourados**. (...) flagrou esta semana veículos da Fundação Nacional de Saúde (**Funasa**) totalmente sucateados, abandonados no pátio da entidade” ¹⁵¹. Nesta notícia há a relação da saúde e Funasa que compõem como subcódigos a questão do conflito de terras. Apresentamos esta notícia, pelo fator do sucateamento da Funasa. É evidente que há uma estigmatização a partir do olhar político sobre esta notícia. Porém, tal notícia é expressa como comparativo para o próximo fragmento.

“O coordenador da **Funasa** conta que o alcoolismo, drogas e **prostituição** são os principais causadores da doença” ¹⁵². Nestes fragmentos retomamos muitos dos termos já expressados e tomados como exemplo neste capítulo. O discurso que apresenta a fala do coordenador da Funasa, ganha representatividade para a estigmatização deste indígena que recorre de diversas representações sobre a violência. Além destas características, cabe exemplificar um fragmento que expressa outra maneira de estereotipar o indígena. “Assistência Social, **Funasa**, **Funai**, e entidades, têm como objetivo diminuir os impactos sociais causados por atração de mercado temporário (...). De acordo com dados do MPT, 100% dos trabalhadores braçais de Dourados são nordestinos ou **indígenas**” ¹⁵³. A condição dos indígenas junto aos nordestinos subentende também como representações que perpassam a discussão da violência e retratam a questão social e do cotidiano, por exemplo, o trabalho braçal. São estas notícias que determinam as representações sociais dos jovens indígenas.

Mesmo que inserimos notícias que expressem a fala dos indígenas, é perceptível que as notícias que irão elencar representações sociais da violência à questão das demarcações de terras, não são demonstradas como os outros discursos. A relação da comunidade que é caracterizada como uma forma de confinamento ou gueto nas expressões aldeia e reserva, por exemplo, exprimem como a mídia reconhece o local que os indígenas vivem.

Tratar da recorrência das expressões é observar a continuidade de notícias que se dão nos termos: noite, armas, brigas e crime. A forma como é construído o imaginário sobre o código homicídio, é um exemplo de repetições e de características de violência. Atribuem aos jovens indígenas o retrato genérico e indissociável da violência. O discurso de continuidade destas representações propicia a noção de notícias padronizada.

¹⁵¹ “Falta de estrutura atinge saúde indígena”; *O Progresso*, 19 de abril de 2011, n° 11187. (grifo nosso)

¹⁵² “Desnutrição ainda mata nas aldeias”; *O Progresso*, 13 de janeiro de 2010, n° 10814. (grifo nosso)

¹⁵³ “Migração aumenta cinturão da pobreza”; *O Progresso*, 1 de julho de 2010, n° 10949. (grifo nosso)

3.7. Desfigurando o indígena: os discursos recorrentes da mídia versus o discurso de indígenas

Iniciamos discutindo este tema com um termo que aparece nas notícias pesquisadas e que estigmatizam os jovens indígenas que é a expressão *menor*. Importante ressaltar que o termo menor é utilizado equivocadamente na mídia. Para Almeida (2013) a utilização deste termo pelos jornalistas é equivocada, porque todas as pessoas que têm entre 12 e 17 anos incompletos é adolescente. Também há de se considerar que tal expressão é típica de discurso policialesco, visando no mais das vezes a criança pobre. A própria identificação da faixa etária dos indígenas já caracteriza uma estigmatização, porém utilizamos esta relativização do conceito menor a partir dos seguintes títulos de notícias.

Douranews de 21 de fevereiro de 2013: “*Lauro Davi cobra atenção sobre assassinato de menor indígena*”. *Douranews*, 10 de setembro de 2012: “*Menores indígenas confirmam que mataram para roubar moto*”; *Douranews*, 18 de outubro de 2010: “*Menor é apreendido com 15kg de maconha comprada de índio*”. *O Progresso*, 6 de junho de 2011: “*Menor confessa ter matado idoso a golpes de facão*”; e em 14 de fevereiro de 2013 : “*Menor leva droga na vagina para namorado*”.

Portanto, o *menor* é o sujeito que mata, rouba, utiliza drogas, é preso, utiliza armas e é traficante. Esta relação está contida também nos títulos das notícias.

*“A polícia apreendeu um menor indígena de 17anos. (...) Menor confessa ter matado (...) uma tentativa de homicídio (...). O adolescente se aproximou de Atos, que estava com amigos e tentou matá-lo (...). Na Delegacia do Menor, ele confessou que não havia nenhum motivo aparente para as agressões, só que deu “vontade” de matar.”*¹⁵⁴. *“Na Delegacia o menor infrator confessou o estupro e o laudo médico também comprovou o ato libidinoso. Ele fez sexo anal com a criança, segundo a polícia.”*¹⁵⁵.

Na primeira notícia podemos refletir o porquê a caracterização do personagem se dá como menor. Está aliado as questões recorrentes de homicídio. A existência da delegacia do menor exhibe uma instituição de punição específica e descrita nos artigos jornalísticos. O discurso estigmatiza a questão da violência como uma situação promovida na livre vontade dos adolescentes indígenas, já que não é textualizado os motivos. Na segunda notícia o fragmento qualifica o menor como infrator e expressa a caracterização do indígena. É com

¹⁵⁴ “*Menor confessa ter matado idoso a golpes de facão*”; *O Progresso*, 6 de junho de 2011, nº 11222. (grifo nosso)

¹⁵⁵ “*Índios são apreendidos por furto e estupro*”; *O Progresso*, 25 de abril de 2013, nº 11769. (grifo nosso)

este discurso que a expressão menor é utilizada pela mídia. Acompanhada pela narração detalhada do ato de violência tomado e noticiado com tom de autoridade por informar ser fonte da polícia. A narrativa que descreve o *menor* nestas notícias, vem determinada de um discurso repleto de afirmações relacionadas a violência.

Os artigos jornalísticos apresentam de forma genérica este discurso.

*“O grupo não descarta a possibilidade de envolvimento de adultos, nos crimes praticados dentro das aldeias, por esses menores, principalmente quando se tratam de recepção, vendas de bebidas alcoólicas e drogas”*¹⁵⁶.

Os jovens indígenas também são caracterizados como jovens que consomem bebidas alcoólicas na condição de menores:

*“pois muitos casos são ‘mascarados’ e a notificação de óbitos, às vezes, aponta causas decorrentes do consumo do álcool (...). Uma das causas do abuso do álcool se deve, ao apelo social (...), e considera fundamental tornar mais rigorosa a proibição da venda de bebida a menores”*¹⁵⁷.

A violência nesse item do capítulo é colocada em comparação com alguns veículos de comunicação produzidos pelos indígenas de Dourados. É o caso do jornal *AJindo* (Ação de Jovens Indígenas de Dourados) que irá retratar o discurso a partir da visão dos indígenas em detrimento dos discursos recorrentes das mídias pesquisadas. Em outro contexto há a necessidade de propor uma crítica a esta forma de ser da mídia. Aqui apresentado neste capítulo como estigmatização, o que se relaciona com as representações sociais que ao formarem a opinião pública, são condicionadas à esfera pública e, portanto, produzem processos de representações destes jovens.

*“Hoje em dia é muito comum que os jovens indígenas comecem a usar drogas e se envolvam com o crime cada vez mais cedo nas aldeias e reservas indígenas em todo o Brasil. Existe a hipótese de isso ocorrer por falta de opções de lazer para as crianças e jovens, além da falta de oportunidades de emprego e renda”*¹⁵⁸.

O discurso acerca do consumo de drogas e outros crimes entre os jovens indígenas podem ser recorrentes. As questões das oportunidades de emprego e renda contrastam com as notícias que apresentam o jovem apenas como praticante de crimes. A noção de falta de segurança e a aldeia como uma terra sem leis são relativizadas na notícia do jornal *Ajindo*, quando questiona a falta de opções de lazer. Logo as notícias que neste capítulo tratavam de conflito de terras, por exemplo, pouco expressava reflexão sobre o contexto que leva os jovens indígenas a prática de violência. Ao tomarmos o exemplo da notícia de *O Progresso*,

¹⁵⁶ *Ibid*; *O Progresso*, 23 e 24 de janeiro de 2010, nº 10823. (grifo nosso)

¹⁵⁷ *Ibid*; *Douranews*, 30 de junho de 2011. (grifo nosso)

¹⁵⁸ “Projeto Marangatu”; *Ajindo*, setembro de 2012, nº 31. (grifo nosso)

podemos observar a recorrência das representações sociais da violência envolvendo os jovens indígenas e um discurso praticado pelo indígena no texto.

*“adolescentes e jovens são usados por traficantes como distribuidores. (...) venda de drogas é fácil de se manter numa terra sem leis. (...) principalmente no trabalho para traficantes índios e não-índios, que atuam na Reserva. (...) O não índio é que o influenciou a atos maléficis em troca de dinheiro. Não é da cultura indígena essa atitude”*¹⁵⁹.

A semelhança persiste no discurso que envolve os jovens a questão de criminalidade e alcoolismo em uma terra sem leis. Contudo, a informação retrata a presença do não-índio e a inculturação, como parte da explicação, enquanto no fragmento alude se as opções de lazer. Há uma diferença específica que coloca o jovem indígena no primeiro fragmento condicionado a falta de lazer na aldeia bem como no segundo fragmento apresenta o contexto de sujeição ao não-índio.

Quando a informação assume a ótica do indígena, observamos claramente as representações sociais da violência das quais os jovens indígenas são vítimas, ligadas a um conjunto de outros códigos que diferenciam do discurso recorrente dos jornais *O Progresso* e *Douranews*.

*“Os moradores da Reserva Indígena de Dourados não estão satisfeitos com a duplicação da rodovia MS-156, que liga Dourados a Itaporã e passa no meio da Reserva, pois vai significar mais riscos à população”*¹⁶⁰. O breve fragmento faz referência ao descontentamento da população indígena em relação à duplicação da rodovia. A diferença está nas representações expressas no jornal *Ajindo* da não satisfação e os riscos que irão causar tal duplicação. Podemos enfatizar que as recorrências das notícias pesquisadas vinculam atropelamento ao alcoolismo do indígena.

Faz-se necessário retomar a notícia de *O Progresso* de 23 de outubro de 2013.

*“Criança índia cai de bicicleta embaixo de pneu de ônibus (...). morreu depois de ser atropelada por um ônibus (...). Segundo a polícia, os pais da menina estavam alcoolizados. (...) Na delegacia, a mãe e o pai, ainda embriagados”*¹⁶¹.

No início desse fragmento o discurso apresentado faz referência ao título da notícia e coloca o motivo do atropelamento a queda da criança apenas. Ao fixarmos o entendimento da notícia apenas nesta afirmação, percebemos que o discurso remete a uma representação diferente, se pegamos o fragmento do jornal *Ajindo*. O fragmento ao apresentar alguns

¹⁵⁹ *Ibid*; *O Progresso*, 9 de junho de 2011, n° 11225. (grifo nosso)

¹⁶⁰ “Duplicação perigosa”; *Ajindo*, setembro de 2010, n° 22. (grifo nosso)

¹⁶¹ “Criança índia cai de bicicleta embaixo de pneu de ônibus”; *O Progresso*, 23 de outubro de 2013, n° 11919. (grifo nosso) (vide anexo 5)

detalhes do atropelamento aponta para o fato de os pais da criança estarem alcoolizados. Em nenhum momento o discurso faz referência à atitude da motorista. A questão que se caracteriza é a recorrência de expressões que são contrastadas no fragmento do jornal *O Progresso*, quando refere-se aos indígenas de modo diferente aos argumentos no jornal *Ajindo*. Esta notícia de *O Progresso* não retrata os jovens, mas situações de uma criança, porém a recorrência deste discurso é um exemplo significativo para o que estamos discutindo, o demonstrativo da estigmatização dos indígenas, logo a caracterização dos jovens indígenas.

Como havíamos demonstrado, a construção da relação jovem e violência também se dá no jornal *Ajindo* com expressões que tomamos como recorrentes. É o exemplo do seguinte fragmento.

*“Existem muitos desentendimentos entre alunos nas escolas tanto na Aldeia Bororó quanto na Aldeia Jaguapiru, que às vezes acabam resultando em comportamentos violentos. Algumas explicações para isso são que, além dos jovens muitas vezes já terem problemas em casa e isso se refletir em seu comportamento na escola, a violência também pode ser provocada pelo uso de drogas”*¹⁶².

O fragmento acima expressa que a violência também pode ser provocada pelo uso das drogas, quando se refere ao comportamento dos jovens nas escolas da aldeia. O discurso dos problemas que estes jovens têm em casa, aponta códigos e subcódigos que detêm uma relação além das drogas e crimes.

*“No ano de 2011, apareceram muitas notícias da aldeia na televisão. O governo e a FUNAI, que são os responsáveis pela aldeia, não tomam nenhuma providência para diminuir a violência nas aldeias Jaguapiru e Bororó”*¹⁶³. *“Por ano morrem centenas de índios por doença, ataque de pistoleiros, suicídio, medo e ninguém se preocupa, a não ser a própria população indígena. Os motivos dessas inúmeras mortes são associados à falta de terra para viver, assim como à invasão por garimpeiros, madeireiros e fazendeiros das terras já demarcadas”*¹⁶⁴.

Neste contexto o discurso sobre a relação de aldeia e a segurança aborda a questão da violência ligando os indígenas. Ressalta os motivos da violência na questão das demarcações de terra, o que vai além dos discursos recorrentes que também são apresentados nestes fragmentos. Diferentemente dos discursos recorrentes em *O Progresso* e *Douranews*, aparece à expressão sobre a responsabilidade do governo e da FUNAI, bem como o que

¹⁶² “Conscientizar: a melhor solução”; *Ajindo*, setembro de 2010, n° 22. (grifo nosso)

¹⁶³ “A palavra é dos alunos”; *Ajindo*, abril de 2012, n° 30. (grifo nosso)

¹⁶⁴ “Terra: nossa vida nossa história”; *Ajindo*, janeiro de 2012, n° 29. (grifo nosso)

motiva a violência está também relacionada ao conflito de terras na questão das demarcações de terra.

Tomando como discurso recorrente, o exemplo do fragmento a seguir demonstra como é representado a questão do suicídio em *O Progresso* como abordamos no item 3.2.3. “Dois casos de **suicídio** de indígenas foram registrados (...) A **Funai** disse desconhecer o que motivou os indígenas a comentar os **suicídios**”¹⁶⁵. O fragmento narra que a FUNAI desconhece os motivos do suicídio dos indígenas. A notícia que envolve a violência demonstra em seu discurso uma isenção sobre a questão do conflito de terras, ou demarcação de terras. Ou seja, este discurso é tomado como construção de esfera pública como já apontado nesta dissertação. Bourdieu (1989) fala que as relações de comunicação exercem poder e acumulam simbolismo. Assim Guareschi e Jovchelovitch (1995) relata a manipulação ideológica do imaginário. Toda esta construção é verificada, por exemplo, na notícia que segue: “O *PROGRESSO* e o site *Dourados* agora também apuraram que por conta das **drogas**, a violência tomou conta da reserva e os casos de **prostituição** aumentam dia a dia”¹⁶⁶. Ou seja, o discurso do veículo midiático citado, ganha propriedade de opinião para legitimar a situação dos indígenas em relação à violência por conta das drogas. Contrapondo tal discurso, temos o seguinte fragmento retirado do jornal *Ajindo*.

*“O Jornal AJIndo cita tudo isso para dizer que o abandono histórico do governo em relação à Reserva Indígena de Dourados está cada vez maior. Leis de direitos humanos estão sendo violadas, serviços de saúde e educação não têm a qualidade que deveriam ter e isso tudo leva ao que estamos vivendo hoje: a violência em alta. O número de assassinatos e suicídios só aumenta e as maiores vítimas são os jovens indígenas”*¹⁶⁷.

O discurso deste fragmento contrapõe um dos diversos modos de representações sociais feita pela imprensa de Dourados. A violência não é apenas provocada pelas drogas. Segundo os indígenas do *Ajindo*, o abandono histórico do governo é responsável pela visão dos direitos humanos na aldeia. A questão é que no discurso o indígena é observado de forma diferenciada que os outros periódicos pesquisados. O seguinte fragmento “*Enfim, a violência sexual não ocorre só no Brasil, nem só na Reserva Indígena de Dourados, e isso só vai acabar quando os homens se conscientizarem*”¹⁶⁸

Neste discurso da mídia versus o discurso indígena, pudemos perceber uma forma equivocada de retratar a violência nos jornais *O Progresso* e o *Douranews*. Justamente por

¹⁶⁵ *Ibid*, *O Progresso*, 26 de fevereiro de 2013, n° 11722. (grifo nosso)

¹⁶⁶ *Ibid*; *O Progresso*, 9 de junho de 2011, n° 11225. (grifo nosso)

¹⁶⁷ “*Violências sem fim*”; *Ajindo*, janeiro de 2012, n°29. (grifo nosso)

¹⁶⁸ “*Fala garoto, fala garota*”; *Ajindo*, janeiro de 2011, n° 24 (grifo nosso)

não atribuírem a relação com o conflito de terras nestas expressões que tratam a violência. A mídia constrói o imaginário a partir de interesses e assim toma um modo recorrente de notícias. O que chamamos de discurso dos indígenas retratado no jornal *Ajindo*, favorece elementos significativos para entender a quais interesses servem os dois veículos pesquisados e que são confrontados aqui. Por isso que chegamos à necessidade de uma análise crítica destas notícias.

3.8. Crítica aos códigos e subcódigos que representam a violência envolvendo os jovens indígenas na imprensa de Dourados

Caracterizando os indígenas diante de uma opinião pública, a imprensa demonstra a construção de uma identidade a partir de seus interesses. Hall (2004) explica que a identidade se torna uma celebração móvel, e é transformada na forma que é representada.

A necessidade da crítica à mídia se deve a maneira de ela significar a sociedade. Esta formação de significados em Chomsky (2004) é o modelo que pode ter um contexto construído a partir de uma frase. Uma reprodução que pode ser recorrente na mídia.

As notícias demonstram como a comunidade se relaciona com essas representações da violência, em um tom de certa normalidade. “*A comunidade toda sabe onde ficam estes locais de revenda de entorpecentes. (...) Falta **segurança** efetiva que há mais de dois anos não acontece...*”¹⁶⁹. Os modelos resultantes da urbanização são colocados por Habermas (1984) como uma criação da esfera pública em que a cultura é formada como o consenso na sociedade.

As notícias reproduzem um preconceito, atualizam na repetição das expressões o que os jovens passam, e como os jovens devem ser enxergados pela sociedade Douradense. Nas palavras de Limberti (2012) o jornal representa os saberes e os cristaliza em seus discursos. Como o exemplo a seguir:

“*Conflito entre índios de Dourados é destaque no Fantástico (...). O Fantástico foi a uma das oito **reservas** criadas*”¹⁷⁰. A imprensa representa o conflito entre os índios, porém, no discurso da mídia que apresenta o discurso dos indígenas, que tal conflito se dá na questão das terras. É recorrente a prática que apresenta uma violência simbólica dada pela

¹⁶⁹ “Dourados tem 40 bocas de pó em aldeias”; *O Progresso*, 9 de junho de 2011, nº 11225. (grifo nosso)

¹⁷⁰ *Ibid*; *Douranews*, 31 de janeiro de 2011. (grifo nosso)

mídia. Portanto, cristaliza a imagem do indígena como violento e determinado pela prática recorrente do homicídio.

Outro discurso que remete à consciência sobre os casos de homicídio toma na mídia o sentido de subcódigos que determinam os jovens como praticantes da violência. A morte é tratada de maneira vulgar como se os jovens vivessem em um lugar sem leis. As notícias comportam o símbolo de jovens que caracterizam a violência. Isto significa que para a imprensa douradense estes jovens são sinônimos de violência. Os fragmentos que tratam sobre homicídios são repletos de expressões recorrentes.

*“confessa **assassinato** cometido em julho (...). hoje (21) o **homicídio** do indígena (...). foi **morto** com um tiro (...). ameaçado de **morte** (...). O **assassino** foi indiciado pelo **crime de homicídio doloso**”¹⁷¹.*

Isto significa que é necessário que a imprensa douradense reflita a formação da notícia nas páginas policiais, quando não é capaz de refletir a situação em que a população que coloca como protagonista do discurso da violência, não é capaz de refletir estas representações que provocam.

O discurso da mídia ligando a violência ao alcoolismo também contribui na construção do imaginário sobre o indígena. Observamos que tal discurso associa um conjunto de significados quando aborda as drogas, o afogamento e o não-índio a um significado generalizante de criminalidade. O discurso cria uma teia de significados de uma população violenta. A crítica deve ser feita a partir da noção que a imprensa toma em seu discurso a justificativa de que toda a violência é associada ao jovem indígena.

Para Baudrillard (1991) há uma vivência de um universo que existe cada vez mais informação e menos sentido. Ou seja, as mensagens midiáticas ao repetirem a situação do alcoolismo determinam menos sentido em seu discurso sobre o indígena. Como no exemplo a seguir:

*“Esperamos que essa operação possa tirar as **drogas** entre os índios. (...) A grande quantidade de **bebidas** é outro problema. (...) Também foram apreendidas 140 armas brancas, além de **drogas** como **maconha** e **cocaína**, **bebidas alcoólicas** e cartões de benefício de programas do governo retidos por traficantes”¹⁷².*

Chomsky (2004) aponta para a necessidade de indagar a postura da mídia como ela se posiciona e dá significado ao conflito. Os significados de alcoolismo, violência sexual e suicídio são repletos de exemplos de discursos que se repetem o preconceito. Portanto, não

¹⁷¹ “Indígena confessa assassinato cometido em julho na aldeia”; *Douranews*, 21 de outubro de 2011. (grifo nosso)

¹⁷² “Índio que matou policiais é preso em operação”; *O Progresso*, 17 de agosto de 2011, nº 11281. (grifo nosso)

estamos isentando à violência como prática entre os indígenas. Mas, criticamos o ocultamento do contexto que acarreta tal violência entre os próprios indígenas. Para Saraiva e Coutinho (2012) é preciso descaracterizar a violência como um ato natural. Porém, o discurso que encontramos na mídia é justamente a naturalização das práticas da violência, no discurso tal fato se constitui num hábito.

“Dois índios são assassinados a facadas na aldeia Jaguapiru (...). A Polícia civil de Dourados investiga um duplo homicídio ocorrido após uma confusão em um bar no interior da aldeia Jaguapiru, na madrugada deste domingo (...). de 19 anos foram assassinados (...). mas morreram a alguns metros do local”¹⁷³.

Estes fragmentos apresentam os termos que puderam recorrer o discurso dos jornais *O Progresso* e *Douranews*. Além dos discursos, tomamos como exemplo a notícia veiculada no sítio do *Douranews*.

www.douranews.com.br/policia/item/61797-dois-indios-sao-assassinados-a-facadas-apos-participar-de-baile-na-aldeia-jagua

Dom, 19 de Maio de 2013 10:47

Dois índios são assassinados a facadas na aldeia Jaguapiru

Escrito por Redação Douranews

Texto:

Expediente
Quem somos

Notícias
Brasil
Dourados
Cidades
Cultura
Educação
Eleições
Entretenimento
Personalidade
Mundo
Saúde
Polícia
Política
Rural
Geral
Tecnologia

Economia
Mercados
Empresas
Finanças Pessoais

Esportes
Futebol
Copa 2014
F1
Olimpíadas
Tabela Brasileira

Concursos
Informativos

Opinião
Blog do Clóvis

Serviços

Polícia Civil e Força Nacional começam a apurar duplo homicídio na aldeia Jaguapiru
Sidnei Lemos/FM94

A Polícia civil de Dourados investiga um duplo homicídio ocorrido após uma confusão em um bar no interior da aldeia Jaguapiru, na madrugada deste domingo (19).

Fonte: Imagem retirada do sítio do *Douranews*, 19 de maio de 2013

A notícia retrata textualmente como as representações que podem ser tiradas para tal contexto de uma estigmatização. As imagens que são objeto de um diálogo mais amplo e, porém, muito importante, apresentam formas de linguagens que fazem da imprensa um espaço de caracterização destes jovens indígenas.

A sua transformação em massa de manobra dos setores dominantes imprime-se de maneira significativa a estigmatização dos jovens indígenas neste contexto jornalístico.

No caso do fragmento aqui atribuído à Famasul, podemos observar uma intencionalidade nesta construção da realidade a partir dos setores dominantes.

¹⁷³ “Dois índios são assassinados a facadas na aldeia Jaguapiru”; *Douranews*, 19 de maio de 2013. (grifo nosso)

“92% de homicídios de indígenas foi praticado pelos próprios índios (...) indígena como autor do crime (...). foi elaborado a pedido da Famasul (Federação da Agricultura e Pecuária de MS) com a finalidade de esclarecer informações sobre os homicídios de indígenas no Estado(...). as informações disponibilizadas pelo Governo estadual evidenciam que o consumo de álcool é o principal motivo dos crimes (...). Remeter os homicídios ao conflito fundiário é manipular a informação e camuflar o problema social. (...) naquele ano os autores dos crimes são também indígenas”¹⁷⁴.

O discurso segue apenas confirmando a prática da recorrência de repetição de termos e a partir dos interesses ao qual a imprensa se presta em realizar a informação, é que caracteriza o homicídio como não decorrente do conflito de terras.

A construção da esfera pública é evidente quando a imprensa na qualidade de uma empresa que difunde os interesses e valores dos fazendeiros. Define as relações econômicas e aqui em específico caracteriza o motivo que explica a situação dos homicídios entre os indígenas, sem tocar no que consiste a relação com a terra.

Chamamos de esfera pública as pessoas do público consumidor dos produtos jornalísticos articulados pela mídia, o que não exige a capacidade das empresas de comunicação de massa exercer influência sobre a sociedade. (ROCHA, 2008, p. 14).

Podemos atentar, também, para a relação que os jornais fazem ao expressar os códigos e subcódigos sobre violência com uma produção da violência. Esta violência que é consumida pela opinião pública estigmatizante sobre os jovens indígenas. Estigmas que imprimem no senso comum uma ordem estabelecida da origem da violência, ou o lugar e espaço em que a violência é mais praticada na cidade de Dourados. Para Rocha (2008) o reconhecimento da tendência de os produtos jornalísticos funcionarem como meio de controle sistêmico, visando à continuidade da ordem estabelecida e a colonização do mundo vivido. Possibilita que compreendamos esta comunicação da mídia é articulada e se transforma em opinião.

A articulação que encontramos na mídia se repete:

“estão detidos acusados do crime de latrocínio”¹⁷⁵. “hoje Dourados tem 43 presos por tráfico de drogas”¹⁷⁶. “matou porque a vítima teria furtado dele um aparelho de DVD. (...) A Força Nacional prendeu os acusados”¹⁷⁷. “espancado e morto (...). depois de morto (...). pela prática do homicídio”¹⁷⁸. “O crime aconteceu na noite (...). ao local do crime (...). acusado de homicídio qualificado”

¹⁷⁴ “92% de homicídios de indígenas foi praticado pelos próprios índios”; Douranews, 19 de junho de 2013. (grifo nosso)

¹⁷⁵ “Dourados registra 9 mortes em 9 dias”; *O Progresso*, 15 de setembro de 2012, nº 11599. (grifo nosso)

¹⁷⁶ *Ibid*; *O Progresso*, 9 de junho de 2011, nº 11225. (grifo nosso)

¹⁷⁷ “Dois índios guaranis são mortos a golpes de faca”; *O Progresso*, 8 de julho de 2013, nº 11830. (grifo nosso)

¹⁷⁸ “Índio é espancado e morto em aldeia”; *O Progresso*, 20 de agosto de 2012, nº 11578. (grifo nosso)

¹⁷⁹. “Índio fere outro a facadas durante desentendimento (...) no início da **noite de terça-feira**” ¹⁸⁰.

Esses fragmentos de notícias representam justamente o indígena como um agente genericamente violento. A desnaturalização deste discurso não se dá de forma simples, e nem podemos aqui relativizar a violência como um fenômeno social. Porém, esses artigos jornalísticos apresentam de maneira clara a estigmatização quando atentamos para os títulos das notícias aqui tomados como exemplo.

Para Porto (2009) se a realidade é construída, apresentada e representada por meio de narrativas e imagens de guerra e paz, os efeitos sobre possíveis formas de orientação de conduta dos atores sociais serão distintos. O discurso gera uma realidade indiscutível. Ou seja, ao contrapormos estes códigos e subcódigos que foram formados pela imprensa de Dourados-MS, temos uma caracterização motivada por interesses definitivamente econômicos e políticos.

“O discurso jornalístico não é gratuito, constitui como principal produto o resultado do funcionamento o retrato das instituições. A naturalização é a modalidade de estratégias mais importantes do discurso jornalístico” (ROCHA, 2008, p. 22).

A mídia apresenta a problemática da violência como um produto, um objeto de consumo que se objetiva o imaginário dos indígenas naturalizados a pratica recorrente da violência. Determina a relação de ausência de segurança e a violência se dá na pratica desenfreada do indígena na condição de criminoso e consumidor de bebidas alcoólicas. Os discursos recorrentes ligando a justificativa da violência a bebidas alcoólicas e utilização de drogas tem seus traços fatuais, longe de tentar aqui legitimar a ausência destas características.

Caracterizar as populações indígenas, portanto, foi um processo recorrente das políticas nacionais. O exemplo destes processos a mídia persiste em continuar o retrato que se dá de forma preconceituosa e violenta as etnias indígenas. O raciocínio a seguir deixa isto evidente:

[...]os índios brasileiros descobriram que haviam sido 'unificados' na generalidade por um poder transcendente, unificados para melhor serem des-multiplicados, homogeneizados, a brasileiroados. O pobre é antes de mais nada alguém de quem se tirou alguma coisa. Para transformar o índio em pobre, o primeiro passo é transformar o Munduruku em índio, depois em índio administrado, depois em índio assistido, depois em índio sem-terra, transformando-o por fim em ninguém, em pobre. (VIVEIROS DE CASTRO, 2016, p. 3).

¹⁷⁹ “Pajé é morto e tem cabeça decepada”; *O Progresso*, 22 de outubro de 2010, n° 11043. (grifo nosso)

¹⁸⁰ “Índio fere outro a facadas durante desentendimento”; *O Progresso*, 1 de setembro de 2011, n° 11294. (grifo nosso)

Este capítulo apresentou como a mídia é capaz de estigmatizar os jovens indígenas. A esfera pública construída nesta informação veicula, sem uma prévia reflexão, a violência. Há uma perceptível naturalização sobre a imagem veiculada dos jovens indígenas pela imprensa de Dourados-MS. Esta naturalização os representa genericamente como violentos. Portanto, o trabalho de desnaturalizar a imagem construída dos jovens indígenas se faz necessário. Justamente pelo conhecimento desta construção de esfera que estigmatiza e caracteriza os jovens indígenas diante de todo um conceito alcançado pela mídia. O produto a ser consumido é a imagem do indígena violento, criminoso e que vive em uma terra sem leis.

Podemos perceber que estes discursos oprimem os jovens indígenas apresentando como naturalmente violentos. A mídia provoca a violência ao reproduzir mensagens no intuito de repetitivamente construir a opinião pública de que o jovem indígena é visto genericamente relacionado à violência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação é um estudo das notícias publicadas entre os anos de 2010 a 2013 nos jornais *O Progresso* e *Douranews*, que envolvem os jovens indígenas em discursos que retratam a violência. A partir das representações sociais da violência tenta se entender como estas notícias caracterizam e estigmatizam os jovens. Por isso, foi importante o contato com as notícias para compreender as diversas formas de violência que a mídia retrata. Como formadora e reprodutora da violência, consideramos que a mídia com sua forma de ser define para o jovem indígena um lugar próprio, que é relacionado com a violência.

Portanto ela exerce papel fundamental na construção da esfera pública, como vimos ela permeia o discurso que parte das representações sociais para a constituição do imaginário, que por sua vez forma a opinião pública. A esfera pública é composta pela opinião pública condicionada a uma relação de poder que é dada no processo de manipulação da construção da informação. Podemos considerar também que a violência é representada pela produção da notícia no fato de caracterizar os jovens indígenas. Assim as percepções das RS da violência não são um conjunto teórico, mas uma reflexão sobre a violência em que decorre como um dispositivo metodológico de interrogar a realidade construída.

Das possíveis conclusões que chegamos, uma delas se dá na padronização de um ethos na mídia. Significa que as notícias generalizam o jovem, como exemplo o seguinte trecho: “*Desconfiados da atitude suspeita do indígena, já que frequentemente índios são flagrados transportando drogas ou de posse de produtos de furtos na cidade*” (*O Progresso*, 23 de junho de 2010). Com a padronização do jeito de ser da mídia, a opinião pública é formada por estas representações do jovem indígena. O jovem indígena é generalizado e tomado discursivamente como violento. Isto responde provisoriamente o que são as RS da violência envolvendo as juventudes indígenas na imprensa de Dourados.

Consideramos provisória a resposta, porque ao utilizar a análise de documentos como ferramenta e método de pesquisa, podemos demonstrar a quantidade de artigos jornalísticos que retratam o jovem indígena para a opinião pública. Portanto, diversas respostas podem ser dadas ao se propor fazer um trabalho documental em que os artigos jornalísticos se tornam fonte de pesquisa. Estas respostas foram elencadas em um campo semântico justamente por considerar que o discurso do jornalismo reflete um universo de diversas expressões. A essas expressões denominamos códigos e subcódigos porque descrevem e caracterizam os jovens indígenas.

Portanto, a repetição de termos, pela mídia provoca a violência, por caracterizar o jovem indígena para a sociedade. Além da padronização das notícias, identificamos que estes 311 artigos jornalísticos proporcionaram uma coleta quantitativa de dados, e permitiram um método qualitativo de sistematizar e tabular os dados, criando o campo semântico. Considerando que este número significativo de termos pode apontar aspectos de dominação cultural nas notícias, a análise destes documentos é então contrastada com o discurso do indígena no jornal *Ajindo*.

Com a comparação dos discursos dos jornais *O Progresso* e *Douranews*, com as expressões do jornal *Ajindo*, pudemos compreender que a violência pode ser retratada no contexto das demarcações de terras. O código *conflito de terras*, por exemplo, demonstra algumas notícias que falam do conflito e das demarcações, mas de maneira menos significativa que as notícias que retratam o indígena ao crime no código de homicídio, por exemplo. É pertinente trazer a reflexão do jornal *Ajindo* no processo de crítica a naturalização do discurso promovido pelos outros jornais. Porque, neste caso, a estigmatização destes jovens é contrastada com a condição em que os jovens vivem e a ausência de políticas públicas ou condições de vida para os mesmos, principalmente no que concebe a questão da terra. Os discursos do jornal *Ajindo* relatam a violência a partir do discurso indígena, enquanto os outros discursos produzem justificativas de que a violência é um processo natural à vida dos jovens indígenas.

Diferente da proposta midiática em traçar um perfil estigmatizante do jovem indígena, este trabalho pretendeu desnaturalizar estes discursos de violência. Os códigos e subcódigos neste trabalho apresentam a importância de se olhar para a notícia e como este discurso é promovido na sociedade local, ou seja, em Dourados. O indígena carrega um estigma histórico e que é continuamente difundido pela mídia. Portanto, os processos de representações da violência na mídia são estigmatizantes, definidos com um preceito de violência nos próprios discursos.

Percebemos que há um estado de exceção, ou seja, um discurso que provoca a extinção dos indígenas como sociedade. Aos jovens são atribuídas a relação com o alcoolismo, homicídio, violência sexual, suicídio e segurança como códigos que tomam como única identidade divulgada como sinônimo de violência na imprensa douradense. O termo “menor” é um exemplo de desconhecimento da mídia em relação à identidade étnica dos indígenas. Constatamos que falta para os jornais locais a reflexão sobre as diretrizes que tratam os adolescentes e os jovens. O estado de exceção acontece quando compreendemos

que o jovem ou adolescente indígena é denominado da seguinte maneira: “*evidenciam que o consumo de álcool é o principal motivo dos crimes*”; “*Quase todos os homicídios é por briga, discussão e motivos fúteis*”; “*nos crimes praticados dentro das aldeias, por esses menores, principalmente quando se tratam de receptação, vendas de bebidas alcoólicas e drogas*”. As representações sociais da violência são caracterizadas por um campo semântico bem definido de códigos e subcódigos que na mídia são elevados à condição de realidade. Por isso o preconceito e equivoco referente ao tratamento da questão da violência pelos jornais tem neste trabalho um significado.

A estigmatização quando o jovem é representado como criminoso, alcoólatra, homicida. Representações sociais da violência que sintetizam o discurso repetitivo da mídia diante do que é publicado. O sujeito narrado na notícia se torna vítima, justamente pela confusão que a imprensa faz em noticiar o fato da violência e ao mesmo tempo caracterizá-lo como menor, como praticante de violência por motivos fúteis. As notícias caracterizam os indígenas e também os identificam como indivíduos organizados em uma situação de barbárie. A seguinte expressão: “*outras formas de venda de drogas é fácil de se manter numa terra sem leis*”; retrata que a padronização no conteúdo das notícias inserem o pronunciamento do sentido de extermínio quando há uma repetitividade na linguagem que insinua a morte ou a violência. Consideramos importante pensar que a morte dos indígenas está relacionada, além de ao agir humano, à persistente construção de um roteiro em que este indígena é visto em sua essência como praticante da violência.

Novamente a desnaturalização dos discursos, reflete a necessidade de se criticar os conceitos preconceituosos e estigmatizantes difundidos pela mídia. A articulação do discurso pesquisado determina ao indígena

A partir das noções de “manipulação”, “estigmatização” e “generalização”, entre outros, compreendemos que é necessário indagar a forma de ser da mídia como formadora do imaginário das populações indígenas. É importante romper com um senso comum contribui para a continuidade da afirmação generalizante já operacionalizada pelo jornalismo. Consideramos que a composição dos códigos e subcódigos deixam claro a forma como é retratada estas representações e como ela pode se transformar em uma prática recorrente da sociedade ao ter contato com este exemplo de publicação midiática.

O trabalho de apresentar estas representações sociais da violência serve para pensar os discursos que precisam ser desnaturalizados. Consideramos que a discussão sobre o que representa a juventude indígena pode ser amplamente discutida, por isso esta pesquisa

pretende contribuir com a codificação dessas expressões e assume o papel de analisar e escancarar como os jornais retratam os jovens indígenas. E ao sugerirmos este tema, entendemos que existe uma relação entre a manipulação do que é veiculado pela mídia e a construção da esfera pública formada por discursos de exclusão e de estigmatização.

Portanto, o olhar sociológico sobre a comunicação, compreende uma forma de descaracterizar a situação dos indígenas retratada pela mídia. O esforço de perceber que as notícias são repletas de códigos que inferiorizam e delimitam os jovens indígenas, identifica os processos de produção da mídia como estigmatizações. Apontamos a necessidade de continuar a discussão sobre as representações sociais da violência percebendo que a mesma deve ser vista a partir de sua dimensão simbólica e envolvendo os jovens indígenas na imprensa de Dourados-MS.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor. **Indústria Cultural e Sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ALEXANDRE, Marcos. O papel da mídia na difusão das representações sociais. Rio de Janeiro: **Revista Comum**, v.6, n° 17, jul/dez, 2001. p. 111 a 125.
- ALMEIDA, Jaqueline. **Jornalismo e direitos humanos de crianças e adolescentes**. Belém: EMAUS, 2013.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.
- BARREIRA, César; ADORNO, Sérgio. A Violência na Sociedade Brasileira. In: MARTINS, Carlos Benedito; MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza (orgs). **Horizontes das ciências sociais no Brasil: sociologia**. São Paulo: ANPOCS, 2010. p. 304 a 369.
- BAUDRILLARD, Jean. **Tela total: mito-ironias da era virtual e da imagem**. Porto Alegre: Sulina, 4 edição, 2005.
- _____. **O sistema dos objetos**. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- _____. **Simulacros e simulações**. Santa Maria da Feira: Relógio d'Água, 1991.
- BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- BENITES, Tonico. **A escola na ótica dos Avá Kaiowá: impactos e interpretações indígenas**. (Dissertação de Mestrado) Rio de Janeiro: UFRJ/MN/PPGAS, 2009.
- _____. **Rojerokyhina ha roikejevytekohape (Rezando e lutando): o movimento histórico dos AtyGuasu dos Ava Kaiowa e dos Ava Guarani pela recuperação de seus tekoha**. (Tese de doutorado) Rio de Janeiro: UFRJ/MN/PPGAS, 2014.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BOGDAM, Robert; BIKLEN, Sari. Investigação qualitativa em educação: fundamentos, métodos e técnicas. In._____: **investigação qualitativa em educação**. Portugal: Porto Editora, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.
- _____. **Sobre a televisão**. Seguido de a influência do jornalismo e os jogos olímpicos. Tradução Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- BRAND, A. **O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani: os difíceis caminhos da palavra**. Porto Alegre: Tese (Doutorado em História)- PUC/RS,1997.

CADEMARTORI, Daniela Mesquita Leutchuk de; NETO, Elias Jacob de. Florianópolis: **Seqüência**, n.66, jul – 2013. p. 187 a 212. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5007/2177-7055.2013v34n66p187>>. Acesso em: <20 abril de 2015 as 15h 50>.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. In: **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, outubro, 2006. p. 679 a 684.

CAREY, James. (1973), “**A cultural approach in communication**”. Urbana-Champagn, Institute of Communications Research, University of Illinois, mimeo. (Publicado posteriormente em *Communication*, 2, 1975, p. 1-22.)

CHOMSKY, Noam. **Fabricando el consenso: el control de los medios masivo de comunicación**. Buenos Aires – 2004. Disponível em: <<https://sociologedu.files.wordpress.com/2012/03/chomsky-fabricando-el-consenso.pdf>> Acesso em <10 de mai. de 2015>.

COHN, Gabriel. **Sociologia da comunicação: teoria e ideologia**. São Paulo: Pioneira, 1973.

COMPARATO, Fábio Konder. A democratização dos meios de comunicação de massa. São Paulo: **Revista USP**, n. 48, dez/fevereiro, 2001. p. 6 a 17.

DUARTE, Henrique. **Aspectos da violência envolvendo as juventudes indígenas de Dourados MS**. (Artigo de iniciação científica) Dourados: UFGD, 2013.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **Lições de Sociologia**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. **O suicídio**: estudo de sociologia. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ELIAS, Norbert. **O Processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

FALEIROS, Vicente de Paula. A violência sexual contra as crianças e adolescentes e a construção de indicadores: a crítica ao poder, de desigualdade e do imaginário. In: FALEIROS, Eva T. Silveira. **Oficina de indicadores de violência intra-familiar e exploração sexual comercial de crianças e adolescentes**. Brasília: CECRIA, 1998.

FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano**: a criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

FERREIRA, Eva Maria Luiz; BRAND, Antônio. Conflito e violência no território dos Kaiowá/Guarani. Campo Grande: **Tellus** n° 7,2007. p. 117 a 124.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GIRARD, René. **A violência e o sagrado**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

GOFFMAN, Erwing. **As representações do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1985.

GUARESCHI, Pedrinho A. Representações sociais e ideologia. Florianópolis: **Revista de Ciências Humanas**: EDUFSC, 2000. p. 33 a 46.

_____. JOVCHELOVITCH, Sandra. **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1995.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia**: entre factibilidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

_____. **Mudança estrutural da Esfera Pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

_____. **The theory of communication action**: reason and the rationalization of society. Cambridge: Polity Press, 2004.

LA MAZA, Luis Mariano. Fundamentos de la filosofía hermenêutica: Heidegger y Gadamer. In: **Teologia y Vida**, Vol. XLVI, 2005. p. 122 a 138.

LAPLANTINE, François; TRINDADE, Liana. **O que é imaginário**. São Paulo: Brasiliense, 1997 (Coleção Primeiros Passos).

LIMBERTI, Rita de Cássia Pacheco. **A imagem do índio**: discursos e representações. Dourados: Ed. UFGD, 2012.

MACHADO, Bruno Amaral; PORTO, Maria Stela Grossi. Homicídio na área metropolitana de Brasília: Representações Sociais dos Delegados de Polícia, Promotores de Justiça e Magistrados. In: **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 17, nº40, set/dez 2015. p. 294 a 325.

MALDONADO, Caroline Herminio. **O conflito entre os Guarani e Kaiowá e fazendeiros em MS**: análise de discurso na mídia online. (Dissertação de mestrado) Campo Grande: UFMS, 2014.

MARTINS, José de Souza. **Sociologia da fotografia e da imagem**. São Paulo: Contexto, 2008.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de Comunicação como extensões do homem**. São Paulo: Cultrix, 1964.

MELO, Marina Félix de. Hermenêutica e dialética: Gadamer e Habermas na metodologia das Ciências Sociais. In: **Revista Angolana de Sociologia**. Disponível em: <<http://ras.revues.org/172>>Nov. 2012. Acesso em: <18 de fev. de 2015>.

MIQUELETTI, Eliane Aparecida. **Os casos de desnutrição infantil indígena e a mídia: constituição de imagens e de sentidos.** (Dissertação de mestrado) Três Lagoas: UFMS, 2007.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social.** Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. Notes towards a description of social representations. In.: **European Journal of Social Psychology**, 18, 1988. p.211 a 250.

MOURA, Josemar. Sobre o “Interacionismo simbólico”. In: **Compêndio de Sociologia**. 15 de set. de 2013. Disponível em: <<http://sociologiadehoje.blogspot.com.br/2013/09/sobre-interacionismo-simbolico.html>>. Acesso em: <12 de jan. de 2015>.

NEVES, Delma Pessanha. Alcoolismo: acusação ou diagnóstico? **Caderno de Saúde Pública**, v. 20, n. 1, Rio de Janeiro, 2004.

OLABUENAGA, J.I. R.; ISPIZUA, M.A. **La descodificacion de la vida cotidiana: metodos de investigacion cualitativa.** Bilbao: Universidad de deusto, 1989.

OLIVEIRA, Bruna Prata. **Alcoolismo: vivência familiar de uma doença social.** (Dissertação de mestrado) Porto: Faculdade de Letras da Universidade de Porto, 2009.

OLIVEIRA, Luiz A.; FERNANDES, Adélia B. Espaço público, política e ação comunicativa a partir da concepção habermasiana. São João del-Rei: **Revista Estudos Filosóficos** n.6, DFIME – UFSJ, 2011. p. 116 a 130. Disponível em: <<http://www.ufsj.edu.br/revistaestudosfilosoficos>>. Acesso em: <22 abr. de 2015>.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi. *et al.* 2.ed. Campinas: UNICAMP, 1995.

PERLATTO, Fernando. Seletividade da esfera pública e esferas públicas subalternas: disputas e possibilidades na modernização brasileira. In: **Revista Brasileira de Sociologia**. v. 23, n. 53, p. 121 a 145, mar. 2015.

PORTO, Maria Stela Grossi. A violência entre a inclusão e a exclusão social. São Paulo: **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, vol.12 n. 1, mai. 2000

_____. Mídia, segurança pública e representações sociais. São Paulo: **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, v. 21, n. 2. Novembro, 2009.

_____. **Sociologia da violência: do conceito às representações sociais.** Brasília: Verbaná Editora, 2010.

_____. Violência e meios de comunicação de massa na sociedade contemporânea. Porto Alegre: **Revista Sociologias**, ano 4, n°8, jul/dez, 2002.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em Ciências Sociais.** Lisboa: Gradiva, 2005.

RATTON, Marcela Zamboni L. **A construção social do discurso sobre o estupro dentro dos terminais**. Recife: (dissertação de mestrado) Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

ROCHA, Heitor Costa Lima da. Habermas e a teoria do jornalismo: a manipulação ideológica do jornalismo como distorção sistemática da comunicação. Pernambuco: **Estudos em comunicação**, n.4, 2008. p. 41 a 57.

RÜDIGER, Francisco. A escola de Frankfurt e a trajetória da crítica à indústria cultural. **Estudos de Sociologia**, n. 4, UNESP – FCL, 1998.

SARAIVA Evelyn R. Albuquerque; COUTINHO, Maria da Penha de Lima. Meios de comunicação impressos, representações sociais e violência contra idosos: Maringá: **Psicologia em Estudo**, n. 2, 2012. p. 205 a 214.

SAUER, Sérgio; MASO, Tchenna Fernandes (Org). **Violação de direitos humanos dos indígenas no Estado do Mato Grosso do Sul**. Curitiba: Plataforma de Direitos Humanos, 2014.

SILVA, Andreia Fernandes. **Os meios de comunicação social enquanto elementos de regulação cultural – breve apontamento**.2012. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/silva-andreia-regulacao-cultural.pdf>>. Acesso em: <10 de mai. de 2015>.

SILVA, Elsa Costa e. **Os donos da notícia. Concentração da propriedade dos media em Portugal**. Lisboa: Porto Editora, 2004.

SILVA, Klarissa A. **Tipologia dos homicídios: uma análise sociológica das denúncias oferecidas pelo Ministério Público de Minas Gerais**. In: XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, Recife, 2007.

SILVA, Lélío Loureiro da. **As representações dos Kaiowa-Ñandeva no jornal O Progresso na década de 1980**. Dourados: dissertação de mestrado em história da Universidade Federal da Grande Dourados, 2007.

SILVESTRE, Célia Foster. Jovens professores Guarani e Kaiowá: identidade, educação e interculturalidade. In: FAISTING, André Luiz; FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. (orgs.). **Direitos humanos, diversidade e movimentos sociais: um diálogo necessário**. Dourados: EdUFGD, 2011, p.137 a 156.

TAVARES, R. *et al.* Homicídios e vulnerabilidade social. In: **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, v. 21 n.3, 2016, p. 923 – 934. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v21n3/1413-8123-csc-21-03-0923.pdf>>. Acesso em: <21 mar. de 2016>.

VERDUM, Ricardo. **Juventude indígena no Brasil em situação de risco**. 2013. Disponível em: https://www.cimi.org.br/ADgena+dourados+pdf&gs_l=serp.3...72278.77264.2.79149.31.1

7.0.0.0.2249.11474.6-2j0j3j2.7.0...0.0..=1280&bih=581. Acesso em: <28 de mar. de 2013>.

VIANA, Nildo. Naturalização e desnaturalização: o dilema da negação prático-crítica. **Revista Espaço Livre**. Vol. 8, num. 15, jan. jun./2013

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. “**OS INVOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA**”. Rio de Janeiro – aula pública durante o ato Abril Indígena na Cinelândia, 20 de abr. de 2016. Disponível em: < <https://acasadevidro.com/2016/04/24/os-involuntarios-da-patria-por-eduardo-viveiros-de-castro-aula-publica-durante-o-ato-abril-indigena-cinelandia-rj-20042016/>>. Acesso em: <29 de abr. de 2016>.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2014: os jovens do Brasil**. Rio de Janeiro: FLACSO, 2014.

ZALUAR, Alba. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. **Revista São Paulo em Perspectiva**, n. 13, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v13n3/v13n3a01.pdf>>. Acesso em: < 22 de fev. de 2016>.

ANEXOS

(ANEXO 1 – TABELA DE INCIDENCIA DE NOTÍCIAS) Tabela confeccionada a partir da tabulação das notícias dos jornais O Progresso e Douranews.

CAMPO SEMÂNTICO de categorias e subcategorias por notícia correlata																														
dados	furto	noite	segurança	bebida	drogas	armas	estrada	morte	jovem	preso	violência	homicídio	estupro	prostituição	crime	suicídio	doença	brigas	índio	indígena	FUNASA	FUNAI	atropelado	reserva	aldeia	estudante	afogamento	não índio	comunidade	cadáver
FURTO	30	11	3	9	11	19	6	16	13	16	5	7	6	3	13	1	0	2	14	23	1	2	0	6	26	1	0	2	6	0
NOITE	11	98	3	26	10	66	13	60	47	29	8	29	6	2	48	10	1	11	30	72	4	5	2	14	78	1	0	2	14	0
SEGURANÇA	3	3	22	7	9	11	6	13	4	5	14	4	1	2	9	4	1	1	15	22	0	6	0	12	15	1	0	3	17	1
BEBIDAS	9	26	7	81	21	41	10	48	34	24	22	29	4	4	39	13	3	15	41	72	9	5	4	24	66	3	1	4	22	1
DROGAS	11	10	9	21	44	19	9	21	28	17	15	9	4	6	18	3	4	0	19	39	5	5	0	17	42	0	0	6	16	0
ARMAS	19	66	11	41	19	151	23	98	61	47	22	61	4	3	88	7	1	18	80	135	15	17	2	31	123	0	0	2	32	4
ESTRADA	6	13	6	10	9	23	43	31	23	10	12	6	4	2	20	5	2	4	27	40	3	14	4	14	33	1	0	3	17	0
MORTE	16	60	13	48	21	98	31	176	84	37	36	57	13	5	84	26	5	12	93	160	12	26	10	39	138	2	0	5	47	7
JOVEM	13	47	4	34	28	61	23	84	127	35	19	36	19	3	53	16	2	8	53	118	11	20	4	24	109	1	0	5	23	1
PRESO	16	29	5	24	17	47	10	37	35	87	9	27	12	1	47	5	0	10	43	77	5	10	0	19	73	1	0	3	12	1
VIOLÊNCIA	5	8	14	22	15	22	12	36	19	9	51	16	3	5	21	9	5	4	33	46	3	18	4	21	35	2	0	5	27	1
HOMICÍDIO	7	29	4	29	9	61	6	57	36	27	16	80	4	2	56	7	3	15	46	76	10	5	4	9	70	1	0	0	17	6
ESTUPRO	6	6	1	4	4	4	4	13	19	12	3	4	29	1	11	0	2	2	4	21	3	1	0	4	23	1	0	1	3	1
PROSTITUIÇÃO	3	2	2	4	6	3	2	5	3	1	5	2	1	7	2	0	1	0	3	4	2	3	0	2	5	0	0	3	3	0
CRIME	13	48	9	39	28	88	20	84	53	47	21	56	11	2	127	4	0	16	58	89	11	10	0	16	88	0	0	5	22	3
SUICÍDIO	1	10	4	13	3	7	5	26	16	5	9	7	0	0	4	32	4	2	19	31	0	8	0	9	24	0	0	0	11	0
DOENÇA	0	1	1	3	4	1	2	5	2	0	5	3	2	1	0	4	9	0	5	9	3	4	0	5	6	0	0	0	3	0
BRIGAS	2	11	1	15	0	18	4	12	8	10	4	15	2	0	16	2	0	25	9	22	3	1	0	1	23	0	0	0	2	0
ÍNDIO	14	30	15	41	19	80	27	93	53	43	33	46	4	3	58	19	5	9	146	101	7	27	4	24	81	0	0	3	34	1
INDÍGENA	23	72	22	72	39	135	40	160	118	77	46	76	21	4	89	31	9	22	101	283	19	45	10	67	215	1	0	8	62	5
FUNASA	1	4	0	9	5	15	3	12	11	5	3	10	3	2	11	0	3	3	7	19	25	5	1	2	23	0	0	1	4	0
FUNAI	2	5	6	5	5	17	14	26	20	10	18	5	1	3	10	8	4	1	27	45	5	51	1	14	24	0	0	5	14	0
ATROPELADO	0	2	0	4	0	2	4	10	4	0	4	4	0	0	0	0	0	0	4	10	1	1	12	3	3	0	0	0	2	0
RESERVA	6	14	12	24	17	31	14	39	24	19	21	9	4	2	16	9	5	1	24	67	2	14	3	69	57	1	1	4	30	1
ALDEIA	26	78	15	66	42	123	33	138	109	73	35	70	23	5	88	24	6	23	81	215	23	24	3	57	242	2	0	9	52	0
ESTUDANTE	1	1	1	3	0	0	1	2	1	1	2	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	2	8	0	0	1	0
AFOGADO	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	1
NÃO ÍNDIO	2	2	3	4	6	2	3	5	5	3	5	0	1	3	5	0	0	0	3	8	1	5	0	4	9	0	0	9	8	1
COMUNIDADE	6	14	17	22	16	32	17	47	23	12	27	17	3	3	22	11	3	2	34	62	4	14	2	30	52	1	0	8	65	2
CADÁVER	0	0	1	1	0	4	0	7	1	1	1	6	1	0	3	0	0	0	1	5	0	0	0	1	0	0	1	1	2	8

(ANEXO 2 – TABELA DA RELAÇÃO ENTRE CÓDIGO E SUBCÓDIGO) Relação contém os cinco termos que mais incidem para cada código ou subcódigo em número de expressões.

Segurança	Indígena 22	Comunidade 17	Índio 15	Aldeia 15	Violência 14
Bebidas	Indígena 72	Aldeia 66	Morte 48	Bororó 45	Armas 41
Homicídios	Indígena 76	Aldeia 70	Armas 61	Morte 57	Crime 56
Estupro	Aldeia 23	Indígena 21	Jovem 19	Morte 13	Crime 11
Prostituição	Jaguapirú 6	Drogas 6	Aldeia 5	Violência 5	Indígena 4
Suicídio	Indígena 31	Morte 26	Aldeia 24	Jovem 16	Bebida 13
Furtos	Aldeia 26	Indígena 23	Jaguapirú 20	Arma 19	Morte 16
Noite	Aldeia 78	Indígena 72	Arma 66	Morte 60	Crime 48
Drogas	Aldeia 42	Indígena 39	Jovem 28	Morte 21	Bebida 21
Armas	Indígena 135	Aldeia 123	Morte 98	Crime 88	Índio 80
Estrada	Indígena 40	Aldeia 33	Morte 31	Índio 27	Jovem 23
Morte	Indígena 160	Aldeia 138	Armas 98	Índio 93	Crime 84
Jovem	Indígena 118	Aldeia 109	Morte 84	Armas 61	Crime 53
Preso	Indígena 77	Aldeia 73	Armas 47	Crime 47	Índio 43
Violência	Indígena 46	Morte 36	Aldeia 35	Índio 33	Comunidade 27
Crime	Indígena 89	Aldeia 88	Armas 88	Morte 84	Índio 58
Doença	Indígena 9	Aldeia 6	Reserva 5	Índio 5	Violência 5
Brigas	Aldeia 23	Indígena 22	Armas 18	Crime 16	Bebidas 15
Índio	Indígena 101	Morte 93	Aldeia 81	Arma 80	Crime 58
Indígena	Aldeia 215	Morte 160	Armas 135	Jovem 118	Índio 101
Funasa	Aldeia 23	Indígena 19	Armas 15	Morte 12	Jovem 11
Funai	Indígena 45	Índio 27	Morte 26	Aldeia 24	Violência 18
Atropelado	Indígena 10	Morte 10	Índio 4	Homicídio 4	Violência 4
Reserva	Indígena 67	Aldeia 57	Morte 39	Armas 31	Comunidade 30
Aldeia	Indígena 215	Morte 138	Armas 123	Jovem 109	Crime 88
Estudante	Bebida 3	Guarani 2	Aldeia 2	Violência 2	Morte 2
Afogado	Cadáver	Reserva	Indígena	Bebida	
Não-índio	Aldeia 9	Comunidade 8	Indígena 8	Jaguapirú 8	Drogas 6
Comunidade	Indígena 62	Aldeia 52	Morte 47	Índio 34	Reserva 30
Cadáver	Morte 7	Homicídio 6	Indígena 5	Arma 4	Crime 3

(ANEXO 4 – TABULAÇÃO DAS NOTÍCIAS DO JORNAL O PROGRESSO) (Imagens da tabela das 231 notícias registradas no Excel com a data da publicação, título da notícia e a quantidade de vezes que a expressão aparece)

Anexo 4.1 – imagem do ano de 2010

dia	O PROGRESSO - 2010 - Notícias envolvendo os termos: jovem indígena e relação com violência																														
EXPRESSIONES NOTICIAIS - PALAVRAS	estradas	aldeias	hoje	comunidade	estudantes	lovens	são	indo	indígena	kurto	preços	ladaver	trimes	VIOLENCIA	intervia	bebida	alcoólica	arrestação	armas	bragas	brigas	estupro	atropelado	suicídio	homicídio	fogatas	monte	segurança	PUNASA	domica	FUNAI
JANERO DE 2010																															
5									1																						
11									1																						
13									1																						
19									1																						
21									1																						
24									1																						
24									1																						
25									1																						
27									1																						
29									1																						
total de expressões																															
FEVEREIRO DE 2010																															
2									1																						
20									1																						
23									1																						
25									1																						
total de expressões																															
MARÇO DE 2010																															
4									1																						
5									1																						
6									1																						
15									1																						
17									1																						
22									1																						
25									1																						
29									1																						
total de expressões																															
ABRIL DE 2010																															
6									1																						
8									1																						
10									1																						
12									1																						
19									1																						
22									1																						
total de expressões																															
MAIO DE 2010																															
14									1																						
19									1																						
20									1																						
22									1																						
23									1																						
total de expressões																															
JUNHO DE 2010																															
7									1																						
14									1																						
17									1																						
23									1																						
total de expressões																															
JULHO DE 2010																															
24									1																						
25									1																						
29									1																						
total de expressões																															
AGOSTO DE 2010																															
24									1																						
27									1																						
total de expressões																															
SETEMBRO DE 2010																															
9									1																						
22									1																						
total de expressões																															
OUTUBRO DE 2010																															
7									1																						
21									1																						
22									1																						
25									1																						
29									1																						
total de expressões																															
DEZEMBRO DE 2010																															
2									1																						
6									1																						
7									1																						
16									1																						
28									1																						
total de expressões																															
TOTAL DE EXPRESSÕES 2010																															
10	64	26	1	1	44	1	37	135	10	14	1	33	9	12	28	2	58	10	10	9	3	4	19	1	35	1	20	9	30		

(ANEXO 5 – NOTÍCIA: Criança índia cai de bicicleta embaixo de pneu de ônibus, O Progresso, 23 de outubro de 2013)

Criança índia cai de bicicleta embaixo de pneu de ônibus

Ela seguia com o pai e a mãe, que estavam alcoolizados

De Dourados
Sidnei Bronka

Uma menina de seis anos morreu depois de ser atropelada por um ônibus, no final da tarde desta segunda-feira, por volta das 18h, depois de cair na bicicleta onde seguia em companhia do pai e da mãe. Segundo a polícia, os pais da menina estavam alcoolizados.

De acordo com o boletim de ocorrência, a família seguia em uma bicicleta por uma estrada vicinal da Re-

serva Indígena de Dourados, quando passou por eles um ônibus de uma empresa conduzido por uma motorista de 27 anos, moradora no Parque das Nações II.

Caiu

A condutora contou que desviou deles, mas o casal deixou a menina cair da bicicleta, parando embaixo da roda traseira esquerda do coletivo. Uma equipe do corpo de bombeiro chegou a ser acionada, mas a vítima já estava morta.

Na delegacia, a mãe e o pai, ainda embriagados, foram ouvidos pela delegada Andreia Alves Pereira. A Polícia Civil abriu inquérito para apurar o caso.



Embregada, a mãe chorou a morte trágica da filha

(ANEXO 6 – NOTÍCIA: Indígena é detida por perturbação da ordem e embriaguez, Douranews, 29 de agosto de 2011).

Fonte: <<http://www.douranews.com.br/policia/item/26111-indigena-e-detida-por-perturbacao-da-ordem-e-embriaguez>>

www.douranews.com.br/policia/item/26111-indigena-e-detida-por-perturbacao-da-ordem-e-embriaguez Pesquisar

Douranews
A INFORMAÇÃO DA VERDADE

Atenção
ATENÇÃO PELA VIDA

[Dourados](#) [Concursos](#) [Economia](#) [Esportes](#) [Polícia](#) [Política](#) [Saúde](#) [Opinião](#)

Digite a palavra chave para busca. Ex: Douranews douranews@douranews.com.br 55 67 3422

Você está aqui: [Início](#) / [Polícia](#) /

4:24:29 PM

Seg, 29 de Agosto de 2011 14:21

Indígena é detida por perturbação da ordem e embriaguez

Escrito por Redação Douranews

Texto:

Uma mulher indígena foi detida por uma guarnição da GMD (Guarda Municipal de Dourados) que estava de serviço na Praça Antonio João por perturbação da ordem pública e embriaguez, por volta das 17 horas de ontem.

Um grupo de estudantes realizava um ensaio musical e um dos participantes estava sentado próximo ao grupo, tomando cerveja, negou-se a dar bebida à indígena, que apoderando-se de uma garrafa vazia atirou-a contra os estudantes.

A mulher foi contida pelos estudantes e entregue à guarnição em visível estado de embriaguez, sendo encaminhada para a Depac para as providências cabíveis.

Publicado em [Polícia](#)

Disque
0800-
0800-

Dour
14.735
0 J

Ver e curtir 45

(ANEXO 7 – NOTÍCIA: Índio ataca policiais e acaba morto, O Progresso, 23 de junho de 2010).

Violência

Índio ataca policiais e acaba morto

Vilson Nascimento



Armas brancas e maconha que estavam com o indígena

Vilson Nascimento

A MAMBAI - Um indígena de 25 anos foi morto a tiros na madrugada de ontem após acatar policiais militares com golpes de facão no centro da cidade, em Amambai. Segundo a PM, Osvaldo Lopes, natural da Aldeia Taquapery, em Coronel Sapucaia, mas atualmente estaria residindo na Aldeia Amambai, transitava pela Rua da República, região central daquela cidade, transportando duas mochilas de náilon nas costas e ao avistar a viatura policial, teria apressado o passo na tentativa de fugir.

Desconfiados da atitude suspeita do indígena, já que frequentemente índios são flagrados transportando drogas ou de posse de produtos de furtos na cidade, os PMs decidiram abordar o guarani-kaiowá para averiguar o que carregava na mochila, foi quando começou a confusão.

Segundo os policiais, ao ser interceptado, Osvaldo teria se apoderado de um facão e uma faca que estava em uma das mochilas e, bastante alterado, teria passado a desafiar e proferir ameaças aos policiais dizendo, entre outras coisas, que "era acostumado a beber sangue de gente, por isso tinha o apelido de vampiro".

De acordo com os policiais, foi pelo menos meia hora de negociação sem sucesso para tentar convencer o indígena a largar as armas brancas, até que em determinado momento o guarani-kaiowá

teria partido para cima dos policiais.

Em uma primeira investida, o rapaz foi alvejado com um tiro na perna esquerda, mas mesmo assim continuou avançando e desafiando os PMs.

Num dos ataques, Osvaldo Lopes acabou desferindo um golpe de facão contra o peito de um dos policiais, causando um corte no colete de proteção, foi quando na tentativa de se defender, efetuou dois disparos contra o peito do agressor. Um acabou atingindo o indígena de raspão e outro penetrou no peito do rapaz que, mesmo ferido, continuou a atacar os PMs.

Ferido, o indígena foi socorrido pela PM e levado ao Pronto Socorro do Hospital Regional de Amambai, onde recebeu atendimento de emergência, mas não resistiu aos ferimentos e morreu.

Segundo a PM, além do facão, que acabou quebrado com um dos disparos desferidos pelo policial na hora do ataque e da faca, Osvaldo Lopes ainda carregava uma espécie de "machadinha" de ferro na cintura.

Em vistoria nas mochilas do rapaz os PMs encontraram mais uma arma branca, desta vez um punhal, barras de ferro e uma certa quantidade de maconha.

Todo o material foi apreendido e encaminhado, juntamente com o boletim de ocorrência relatando os fatos para a Delegacia de Polícia Civil de Amambai, que abrirá inquérito para apurar o caso.

(ANEXO 8 – NOTÍCIA: Dois índio se matam em Antônio João, O Progresso, 26 de fevereiro de 2013.)

Suicídio

Dois índios se matam em Antônio João

Dois casos de suicídio de indígenas foram registrados pela polícia de Antônio João, no último final de semana. Na manhã de domingo a polícia foi informada sobre um suicídio na Aldeia Campestre. As polícias Militar e Civil foram ao local e constataram a morte de um adolescente, que estava pendurado por um cinto.

Na tarde do mesmo dia a polícia foi novamente chamada para atender outro caso de suicídio na mesma aldeia, esse de um homem de 70 anos, que supostamente se matou com uma corda. A Funai disse desconhecer o que motivou os indígenas a cometer os suicídios.

(ANEXO 9 – NOTÍCIA: Jovem indígena é morta a pedradas, O Progresso, 2 de dezembro de 2010)

Jovem indígena é morta a pedradas

Menina de 11 anos, irmã da vítima, está desaparecida; as duas foram vistas pela última vez na terça-feira

João Rocha e
Sidnei L. Bronka

DOURADOS - Uma jovem índia, de 21 anos, foi brutalmente assassinada na Aldeia Jaguapiru, Reserva Indígena de Dourados. A

com requintes de crueldade. Segundo os peritos, a vítima apresentava vários ferimentos na cabeça provocados por pedradas. A jovem foi identificada por conta da roupa que vestia e de uma tatuagem com o desenho de

ao corpo. A Polícia acredita que duas ou mais pessoas tenham cometido o crime. O corpo foi encaminhado para o Instituto Médico Legal (IML).

A IRMÃ

Segundo informações de testemunhas à polícia, a vítima teria saído de casa em companhia da irmã de 11 anos. As duas foram vistas pela última vez, por volta do meio-dia de terça-feira.

A jovem foi assassinada e a criança permanece desaparecida. A Polícia Civil abriu inquérito para apurar os homicídio. Equipes policiais realizam trabalhos dentro da Reserva Indígena na tentativa de encontrar a irmã da vítima e os autores do crime.

Corpo da jovem indígena foi achado num matagal na Aldeia Jaguapiru

irmã dela, uma menina de 11 anos, continua desaparecida. O corpo de Marcia Soares Isnard, que residia na Aldeia Bororó,

foi encontrado na mangüeda de oitenta por populares, num matagal às margens de uma estrada vicinal no interior da aldeia.

De acordo com a perita técnica, a mulher foi morta

Duas pedras sujas de sangue foram apreendidas próximas



Jovem índia foi encontrado morta num matagal; a irmã dela está desaparecida

(ANEXO 10 – NOTÍCIA: Capa de O Progresso, 1 de fevereiro de 2011)

PAX
PRIMAVERA
Plano de Assistência Familiar
TEL (67) 3411-8200

O PROGRESSO

PENSAMENTO E AÇÃO POR UMA VIDA MELHOR



Dourados/MS TERÇA-FEIRA 1º/2 de 2011

Gente que coopera cresce



R\$ 2,00

ANO 60 Nº 11.121

Fundador: Welmar Torres

Diretora-presidente: Adlles do Amaral Torres



Aldeias indígenas de Dourados enfrentam problemas socioeconômicos típicos de qualquer cidade brasileira

Caos na aldeia é 'destaque' nacional

Num espaço de quatro meses, a cidade de Dourados foi destaque de forma negativa no Programa Fantástico, da Rede Globo. A primeira vez em setembro passado, com a prisão do então prefeito Ari Artuzi, secretários e empresários. Antontem veio à tona os problemas socioeconômicos vivenciados pelos indígenas das aldeias Jaguapuru e Bororó e fronteira. Prostituição, drogas e violência foram as temáticas abordadas pela reportagem do Fantástico durante entrevistas com indígenas em Dourados e Ponta Porã. O caos divulgado em rede nacional não é novidade para quem conhece de perto a realidade dos índios, pelo menos os que moram em Dourados. Localizadas a três quilômetros da cidade, as aldeias Jaguapuru e Bororó são as que mais apresentam conflitos de desestruturação familiar. **Dia a Dia 3**

Showtec começa hoje em Maracaju

Prefeitura pode dispensar licitação

O procurador-geral do Município de Dourados, Sérgio Henrique Pereira Martins de Araújo, anunciou ontem que a Prefeitura poderá recorrer a uma "decisão enérgica" e "não muito simpática" para o poder público, que é a dispensa de licitação para contratar uma empresa em caráter emergencial para os trabalhos de tapa-buraco em Dourados. "Se tivermos que recorrer a esse sistema, vamos escolher a empresa que apresentar o menor preço, até que se conclua o processo licitatório", afirmou o procurador. **Dia a Dia 2**



Showtec é um dos eventos de maior destaque no País na área de difusão tecnológica

■ A expectativa da organização é atrair um público de 12 mil pessoas

A crescente demanda por alimento no mundo representa para a agricultura um desafio a ser alcançado e para os empreendimentos rurais familiares brasileiros, uma oportunidade de sucesso. O assunto é tema da palestra "Profissionalização da Empresa Rural", ministrada pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar/MS) hoje, das 9h30 às 11h durante o Showtec 2011, em Maracaju. Em sua 15ª edição, o Showtec 2011 é considerado um dos eventos de maior destaque no País na área de difusão tecnológica para a produção no campo. A expectativa da organização este ano é atrair um público de aproximadamente 12 mil pessoas ligadas ao setor durante os três dias de evento. O Showtec 2011 tem início hoje e vai até dia 3 de fevereiro. A Secretaria de Produção do Estado (Seprotur) e suas vinculadas, participam do evento com uma ampla programação a campo e também com reuniões técnicas. No dia 2, às 9h30, a Seprotur irá realizar o projeto piloto do "Seprotur Itinerante - Induzindo o Desenvolvimento Regional". **Cidades 1 e 2**



Tempo
FONTE: INMET - INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA
Tempo parcialmente nublado com períodos de nuvens, pancadas de chuva e trovoadas isoladas à tarde, especialmente no noroeste e norte do Estado. Temperatura: estável. Max: 38°C e Min.: 21°C. Vento direção: N-W, intensidade: fracos/moderados cirrajadas. Em Dourados, parcialmente nublado com períodos de nuvens, pancadas de chuva e trovoadas isoladas à tarde. Temperatura: estável. Max.: 33°C e Min.: 21°C.

Editorial
Parlamento brasileiroPágina 2

Mercado
IndicadoresPágina 6

Loteria
LOTOFÁCIL - Concurso 665
02 - 03 - 04 - 05 - 07 - 10 - 11 - 13
14 - 16 - 17 - 18 - 21 - 23 - 25

QUINA - Concurso 2811
03 - 21 - 39 - 45 - 53

Índice

Caderno A	Polícia	1 e 4
Opinião	Cidades	1 e 4
Política	Classificados	1 e 6
Economia		5 e 6
Brasil/Mundo		7
Pura!	Caderno B	
Dia a Dia	Cultura	1
Esportes (incluindo	Variedades	2 e 3
	Adlles	4



'Ninguém ganha de Murilo', diz André Puccinelli
Em ato não oficial, o governador André Puccinelli reforçou ontem a campanha de Murilo Zauith (DEM) à Prefeitura de Dourados. "Ninguém ganha de Murilo", garantiu André durante coletiva com a imprensa na Associação Comercial e Empresarial de Dourados (Acêd), onde ocorreu um ato em apoio à candidatura do democrata. **Página 3**

O PROGRESSO lidera com 61% em Dourados

Uma pesquisa divulgada ontem pelo Instituto de Pesquisa Ibrape, revela que O PROGRESSO é o jornal mais lido em Dourados, com 61% de preferência. Em seguida vem o Diário MS, com 29%. O jornal da Capital, Correio do Estado, detém 8% e outros jornais, 1%. Pessoas que preferiram não responder à pesquisa representam 1%. A pesquisa do Ibrape foi feita entre os dias 25 e 26 de janeiro e ouviu 322 pessoas. **Dia a Dia 1**

Medidas beneficiam microempresas
PÁGINA 5

Passaia lança desafio a prefeitáveis
DIA A DIA 4

Fecomércio inicia visitas em Dourados
DIA A DIA 1

Matrículas nos Ceims vão de 7 a 22 de fevereiro
DIA A DIA 4

SE VOCÊ AINDA NÃO É ASSINANTE DO JORNAL O PROGRESSO, ASSINE E CONCORRA A VÁRIOS TELEVISORES.

SORTEIO: HOJE

LIGUE (67) 3421-2094

AV. PRESIDENTE VARGAS, 447
www.progresso.com.br